

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

Marina Valéria Delage Vicente Mancini

**FUNDO PÚBLICO E ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE
DA UNIÃO NOS 12 ANOS DE GOVERNO PT (2003 – 2014)**

Juiz de Fora

2016

Marina Valéria Delage Vicente Mancini

**FUNDO PÚBLICO E ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE
DA UNIÃO NOS 12 ANOS DE GOVERNO PT (2003 – 2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho

Juiz de Fora
2016

*À meus pais com todo carinho;
à minha avó Tudinha;
ao meu grande amor Lucas;*

AGRADECIMENTOS

Início os meus agradecimentos, enfatizando o quão importante foi a realização do mestrado em minha vida. Acredito que tal relevância se deu principalmente pelo desejo de continuar os estudos após o término da graduação, haja vista, que a carreira de docência sempre foi algo que me encantou. Tenho clareza que ainda há muito a se descobrir, e por isso deixo essa dissertação com muito carinho e com a certeza de que não irei parar por aqui.

Em primeiro lugar, agradeço os meus pais, Sonia e Orlando, pelo apoio e a dedicação, sem o empenho de vocês essa trajetória não seria possível. Vocês são meus exemplos de vida!!!! Amo vocês!!!

À minha irmã, Mônica, por sempre me motivar e me ouvir de maneira tão atenciosa.

Ao meu lindo afilhado, Arthur, que mesmo com sua bagunça (rsrsrs) alegra os meus dias. Quantas vezes ao decorrer dessa caminhada eu me sentia só e era você, Arthur, que preenchia esse vazio com sua companhia.

À minha avó, e segunda mãe, Tudinha, que sempre com seu jeito calmo e doce, me acalentou e me ensinou que todas as coisas tem um tempo certo para acontecer.

Ao meu grande amor, Lucas, por escolher dividir os momentos bons e ruins ao meu lado. Seu companheirismo me cativa. Obrigada por sempre me mostrar que posso ir além do que imagino. Saiba, que você foi essencial ao longo dessa trajetória.

Às minhas lindas amigas do “Quinteto Fantástico”, que por mais que estejam distantes estão sempre presentes em meu coração.

À todos os companheiros de mestrado, pelos momentos divididos, pela trocas de experiência. Quero tê-los para sempre presentes em minha vida.

À minha querida amiga, Greice, companheira de jornada, uma das pessoas mais doces, dedicada e justa que já conheci na vida. Amiga, obrigada por dividir comigo sorrisos, angústias, desafios e aprendizados. Chegamos até o final! Que o doutorado nos aguarde.....lá vamos nós (rsrsrs).

À toda minha família, que com carinho sempre me apoiou.

Aos meus primos, Lucas e Aline, por acima de tudo serem amigos, companheiros e confidentes.

À minha querida amiga, Ana e Laís, companheiras de mestrado e de profissão, vocês foram essenciais nessa trajetória. Obrigada pelo carinho sempre.

Às queridas bolsistas de iniciação científicas, Daiane e Ester, as quais foram peças fundamentais no decorrer dessa caminhada, pelo o esforço, o apoio e a vontade de aprender.

Às minhas queridas amigas, Fernanda, Lays e Michely, por fazerem parte da minha vida.

Aos meus amados avós que já não se encontram mais aqui, mas que tenho certeza que estão torcendo por mim.

Ao meu querido orientador, Rodrigo, por todos os ensinamentos ao decorrer dessa trajetória. Sem você a conclusão dessa etapa não seria possível. Saiba que te admiro muito.

Aos professores, Ronaldo e Alejandra, pelas frutíferas contribuições nas bancas de qualificação. Obrigada por tudo que vocês me ensinaram e mostraram.

Às professoras Cláudia e Alejandra, por participarem da conclusão desse estudo. Sou muito grata de poder contar com vocês em minha banca de defesa. Tenho certeza que a presença de vocês será essencial no final dessa etapa.

Ao PPG da Faculdade de Serviço Social, em seu conjunto, agradeço toda a atenção que tiveram comigo.

No mais, um muito obrigada a todos que de alguma maneira especial contribuíram para que esse sonho tornasse realidade.

*“Los que comen bien, duermen bien y
tienen buenas casas, posiblemente
piensen que el Gobierno gasta demasiado
en políticas sociales”.*
Mujica.

Marina Valéria Delage Vicente Mancini

Fundo público e orçamento das políticas sociais: uma análise da União nos 12 anos de governo PT (2003 – 2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Alejandra Pastorini Corleto
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Cláudia Mônica dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

A dissertação aqui apresentada possui como objetivo desvelar, num primeiro momento, a categoria fundo público, para, a partir dela, podermos estudar o seu instrumento de materialização, ou seja, o orçamento público federal - com uma nova proposta de análise - no intuito de verificarmos, através do direcionamento dos gastos públicos, se o governo do Partido dos Trabalhadores ao longo de 12 anos no poder deu continuidade a um modelo liberal periférico herdado dos anos 1990 ou apresentou uma nova tendência denominada neodesenvolvimentista.

Palavras-chave: Fundo Público. Modelo Liberal Periférico. Novo Desenvolvimentismo. Políticas Sociais. Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

The dissertation presented here aims to unveil, at first, the public funds category, so that we can study its instrument of materialization, that is, the federal public budget - with a new analysis proposal - in order to verify, through the directing of public expenditures, whether the government of the Workers' Party over 12 years in power continued a peripheral liberal model inherited from the 1990s or presented a new trend called neo-developmentalists.

Keywords: Public Fund. Peripheral Liberal Model. New Developmentalism. Social politics. Workers' Party.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Despesas realizadas por classificação ano a ano (2003-2014).....	94
Tabela 2	Somatório das despesas realizadas por classificação 2003-2014.....	98
Tabela 3	Despesa de S, redirecionada para o pagamento de Operações Especiais.....	99
Tabela 3a	Despesas com Juros e Amortizações da Dívida Interna e Dívida Externa.....	100
Tabela 3b	Despesas com Refinanciamento da Dívida Interna e Dívida Externa.....	101
Tabela 4	Despesa de UB, redirecionada para o pagamento do Programa Previdência Social Básica.....	101
Tabela 4a	Principais despesas de UB de 2012 a 2014.....	102
Tabela 5	Despesa de UB, redirecionada para o pagamento do Programa Bolsa Família – PBF.....	103
Tabela 6	Despesa de G, redirecionada para o pagamento do programa Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica (TCDLE).....	103
Tabela 7	Despesa realizada segundo redirecionamento para o capital ou para a classe trabalhadora.....	104
Tabela 8	Porcentagem dos gastos direcionados as principais funções do Estado ano a ano.....	108
Tabela 9	Somatório dos gastos direcionados as principais funções do Estado ao longo de 12 anos (2003-2014).....	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução histórica dos gastos principais ao longo de 12 anos.....	95
Gráfico 2	Total de despesas realizadas por classificação 2003-2014.....	98
Gráfico 3	Evolução histórica dos gastos direcionados ao trabalho e ao capital.....	105
Gráfico 4	Total das despesas redirecionada para o capital e para o trabalho ao longo de 12 anos.....	107
Gráfico 5	Somatório dos gastos direcionados as principais funções do Estado ao longo de 12 anos (2003-2014).....	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 SENTIDO E SIGNIFICADO DO FUNDO PÚBLICO	18
1.1 Estado no contexto do capitalismo tardio.....	18
1.2 Fundo público: concepções teóricas	31
1.3 Fundo público no contexto do capitalismo contemporâneo	45
CAPÍTULO 2 NEODESENVOLVIMENTISMO OU MODELO LIBERAL PERIFÉRICO? BREVE PANORAMA ACERCA DO MODELO ECONÔMICO BRASILEIRO	53
2.1 Novo modelo desenvolvimentista ou neodesenvolvimentismo	53
2.2 Modelo liberal periférico	65
CAPÍTULO 3 ANÁLISE DO FUNDO PÚBLICO NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL	88
3.1 Procedimentos teóricos metodológicos	88
3.2 Dados desagregados e dados agregados	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

A motivação para o desenvolvimento da presente dissertação advém primeiramente da minha inserção, enquanto bolsista – ao longo da graduação –, no Projeto de Iniciação Científica que se intitulava: “Gestão Pública Estadual do Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais”, o qual, através de pesquisas teóricas, leituras e análise de dados, proporcionou-me uma aproximação crítica com a estrutura orçamentária conformada no Estado brasileiro, bem como com sua relação com as políticas sociais no contexto dos anos 2000.

Outra razão significativa que motivou este presente estudo foi a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual, através de levantamentos de dados estatísticos, pude concluir que, do ponto de vista orçamentário, os gastos do Estado de Minas Gerais no período analisado (2008-2012) não indicavam as políticas de assistência social, saúde e educação como prioridade do governo quando comparadas às despesas realizadas com os pagamentos de dívidas interna e externa do Estado, em que estas (ou seja, despesas com dívidas externa e interna) obtiveram um valor significativamente maior de recursos.

Frente a essas experiências vividas no período da graduação em Serviço Social (a qual foi realizada na Universidade Federal de Juiz de Fora, no período de 2009 a 2013), surgiu o interesse em analisar o repasse de recursos para as políticas sociais, bem como para seus respectivos programas na esfera federal ao longo do governo do Partido dos Trabalhadores.

É mister salientar que, logo após concluir a graduação em 2013 e ingressar no mestrado em 2014, tive a oportunidade de acompanhar um grupo de pesquisa sobre fundo público denominado: “Fundo Público e o Orçamento de Políticas Sociais: uma análise da Seguridade Social Brasileira”. Tal acompanhamento me instigou ainda mais a estudar a temática, pois me possibilitou enxergar o quão é fundamental compreender a importância do levantamento das despesas e das receitas da União como também o aprofundamento e amadurecimento teórico das reflexões sobre o fundo público para buscarmos compreender, de fato, as políticas sociais em sua totalidade.

Faz-se notório destacarmos ao leitor que o financiamento das políticas sociais tem sido balizado por práticas fragmentadas, focalizadas e centralizadas, que acabam por se configurar em um processo histórico perpetuado em nossa conjuntura. Diante disso, ao partirmos da articulação existente entre política econômica e política social, percebemos que

“O estudo do orçamento deve ser considerado como um elemento importante para compreender a política social, pois é uma peça técnica que vai além da estrutura contábil, refletindo a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos, bem como a definição de quem vai arcar com o ônus do financiamento dos gastos orçamentários. O dimensionamento desses gastos permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país.” (SALVADOR, 2010, p.172)

Desse modo, o objetivo geral desta dissertação consistiu em desvelar, num primeiro momento, a categoria fundo público, para, a partir dela, estudarmos o orçamento público federal - com uma nova proposta de análise -, no intuito de verificarmos, através do direcionamento dos gastos públicos, se o governo do Partido dos Trabalhadores ao longo de 12 anos no poder deu continuidade a um modelo liberal periférico herdado dos anos 1990 ou apresentou uma nova tendência denominada neodesenvolvimentista. Tal objetivo foi caucionado na hipótese de que existe uma propensão por parte do Estado brasileiro a beneficiar muito mais o capital do que o trabalho, fato este que pode ser reforçado, também, pela lógica perversa de arrecadação de tributos a qual se manifesta em nosso País de maneira indireta onerando dessa forma os trabalhadores.

Vale lembrar ao leitor a relevância de entendermos a conexão existente entre políticas sociais e política econômica, a fim de tentarmos reduzir a utilização do fundo público como forma de resgatar o capital em momentos de turbulência, haja vista que o fundo público se constitui de forma prioritária por impostos denominados indiretos, os quais acabam incidindo de maneira majoritária sobre o trabalho.

Nesse sentido, para construir o caminho de estudo e investigação acerca do objetivo proposto, no primeiro capítulo – “*Sentido e Significado do Fundo Público*” –, realizamos uma análise acerca do Estado no contexto do Capitalismo Tardio, com o intuito de tentarmos demonstrar a relevância do fundo público nessa etapa de desenvolvimento denominada de “Fase Dourada” do Capitalismo Monopolista. Devemos elucidar que, para realizarmos essa discussão, contamos com as ilustres colocações de Ernest Mandel. No decorrer do capítulo um, trazemos o debate da categoria fundo público, a partir das concepções de Francisco de Oliveira, bem como as polêmicas geradas em torno dessa questão. Aqui, abordamos a categoria fundo público e qual a finalidade da mesma, ou seja, para que ela foi criada; enquanto que, em um segundo momento, demonstramos as diversas formas que a categoria fundo público assume, sua relação com o contexto contemporâneo, e como essa categoria influencia diretamente no modo de vida da classe trabalhadora de uma forma geral e como ela, juntamente com o Estado, torna-se imprescindível e essencial na garantia das condições

de produção e reprodução do capital. Além de Francisco de Oliveira, para realizarmos tal debate, contamos também, com outros autores como Elaine Behring, Evilásio Salvador, Roseli Coelho, Francisco Cipolla, Souza Filho, Esping-Andersen, David Harvey e Karl Marx, os quais acreditamos serem peças fundamentais para contemplar a reflexão proposta. Para finalizarmos o primeiro capítulo, trazemos para o leitor o debate da categoria fundo público no contexto do capitalismo contemporâneo, haja vista que é nesse momento, marcado pela mundialização, pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo, que o fundo público assume um papel central no seio do sistema capitalista. Temos que ter claro que o fundo público, no contexto do capitalismo contemporâneo, assume tarefas e proporções cada vez maiores, tal fato se dá exatamente na fase madura e destrutiva do capital, com intenso predomínio do modelo neoliberal e da financeirização.

Gostaríamos de deixar evidente que, ao final da discussão do primeiro capítulo desta dissertação, demonstramos que o fundo público no cenário do capitalismo contemporâneo, além de exercer uma função importante na articulação das políticas sociais, também atua como protagonista em momentos de crise econômica com o propósito de socorrer o grande capital, socorrendo principalmente as instituições financeiras.

Dando continuidade ao objeto de estudo, no segundo capítulo – *“Neodesenvolvimentismo ou Modelo Liberal Periférico? Breve Panorama do Debate Acerca do Modelo Econômico Brasileiro.”* –, o objetivo central refere-se ao debate realizado por diversos autores acerca do modelo de desenvolvimento implementado pelo Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo de 12 anos de poder, ou seja, se é um modelo neodesenvolvimentista ou um modelo liberal periférico. Faz-se notório salientarmos que tais pensadores visam demonstrar, ao caminhar de suas análises, se as melhorias no campo social estão atreladas, de fato, a uma transformação estrutural do modelo social e econômico de nosso país ou são apenas melhorias decorrentes da conjuntura mundial favorável de crescimento econômico que, como consequência, pode ter beneficiado de alguma maneira a economia do nosso país. Corroboram com esse debate diversos autores com distintos pontos de vistas dos quais podemos destacar: Carcanholo, Filgueiras, Gonçalves, Oliva, Pochmann, Sader, Sampaio Jr., entre outros.

Finalmente, no terceiro e último capítulo – *“Análise do Fundo Público no Âmbito do Governo Federal”* –, apresentamos ao leitor a metodologia e os dados referentes à pesquisa acerca da análise do fundo público no Estado Brasileiro ao longo de 12 anos – período que vai de 2003 até 2014 – a qual irá nos proporcionar um conhecimento e uma aproximação com a

estrutura orçamentária do Governo do Partido dos Trabalhadores no que diz respeito à concentração/redistribuição de renda no Brasil, ou seja, se este governo, através de suas prioridades no que tange aos gastos públicos, priorizou o capital ou o trabalho, bem como se este governo instaurou um novo modelo de desenvolvimento econômico ou deu continuidade a um modelo neoliberal.

Para analisarmos o orçamento do Governo Federal, realizamos um levantamento de dados/informações nos sites do Senado Federal – Brasil (www.senado.gov.br) e do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (www.planejamento.gov.br) de todas as funções e programas de Estado, bem como dos seus objetivos. Logo após coletarmos esses dados, realizamos também uma pesquisa em ambos os sites mencionados acima acerca das despesas realizadas com cada programa de governo ao longo dos anos analisados.

Em seguida, realizamos uma classificação - pautada em uma nova metodologia de análise - de todos os programas do Governo Federal. Devemos frisar que tal detalhamento encontra-se exposto no item 3.1 que compõe o capítulo 3 dessa dissertação. Ao realizarmos a presente análise acerca do movimento do gasto público do Governo Federal, tivemos a possibilidade de identificar se há um movimento em direção à redistribuição ou à concentração de riqueza.

Ao encerramos esta dissertação, no espaço reservado as considerações finais, apresentamos ao leitor, com base nos dados coletados e também em todo arcabouço teórico utilizado, se, ao longo dos 12 anos de Governo PT (2003-2014), houve no Brasil a introdução de um novo modelo desenvolvimentista ou apenas a continuação de um modelo liberal periférico.

Posto isto, finalizamos esta apresentação com a certeza de que o fundo público deve ser enxergado como sendo o reflexo da vida política de uma sociedade, haja vista que é via sua estrutura orçamentária de receitas e despesas que esse nos demonstra, de fato, qual classe é mais ou menos penalizada pela tributação e qual acaba sendo mais “privilegiada/atendida” com seus gastos. É através do fundo público que o Poder Executivo busca contemplar certo programa de governo e até mesmo possibilitar objetivos denominados macroeconômicos. Dessa forma, temos que as escolhas realizadas pelo Estado no âmbito dos programas a serem atendidos, bem como no âmbito dos objetivos econômicos e sociais a serem cumpridos, refletem de maneira evidente os interesses das classes, ou seja, o fundo público acaba sendo um espaço e também uma expressão das reivindicações e demandas das classes. Frente ao exposto, temos clareza da relevância em abordar a temática proposta no intuito de buscarmos,

através desse estudo, novas formas de pensar a avaliação e o alargamento das políticas sociais via fundo público. Esta é a tarefa que nos fez assumir este trabalho que apresentamos como guia dessa etapa da formação profissional.

CAPÍTULO 1 SENTIDO E SIGNIFICADO DO FUNDO PÚBLICO

1.1 Estado no contexto do capitalismo tardio

Quando abordamos sobre Capitalismo Tardio, devemos ter clareza que este é denominado de fase dourada (“anos dourados”¹) do Capitalismo Monopolista, fase a qual, de acordo com Mandel (1982), corresponde ao período que vai do final da 2ª Guerra Mundial até a entrada dos anos 1970. Isso posto, devemos ressaltar que o item 1.1 desta dissertação tem como objetivo demonstrar a relevância do fundo público nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo monopolista – denominada por Mandel (1982) por Capitalismo Tardio – e, nesse sentido, aproveitar também para apresentar no item 1.2 o debate sobre o fundo público a partir de Chico de Oliveira (1998), bem como as polêmicas geradas em torno dessa questão.

Primeiramente, gostaríamos de mencionar no que tange a economia imperialista nos anos dourados, podemos dizer que essa sofreu algumas transformações significativas, das quais devemos destacar à exportação de capitais que antes, ou seja, na vigência do imperialismo clássico, era direcionada dos países centrais para os países periféricos, nos anos dourados, passou a ser direcionada dos países centrais para os próprios países centrais fazendo com que o fluxo maior dos capitais imperialistas girasse em torno dos próprios países imperialistas. Outra transformação significativa se deu no âmbito da organização do trabalho industrial, o padrão Taylorismo-Fordismo acabou se tornando o padrão base para toda a produção industrial capitalista na segunda fase do estágio imperialista. Como bem nos esclarece Antunes (1999, p. 36-37), o padrão taylorista-fordista se pauta:

“(…) na produção em massa de mercadorias, a partir de uma produção mais homogênea e enormemente verticalizada. Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. Era necessário também racionalizar o máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o desperdício na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando à intensificação das formas de exploração. (...) Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. (...) A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva.”

¹ De acordo com Netto e Braz (2012), é válido destacarmos que, na vigência dos anos dourados, os Estados Unidos se impôs como país líder/dominante do mundo capitalista para as outras potências imperialistas e tal imposição jamais foi questionada.

Faz notório destacarmos que, juntamente com a expansão do padrão taylorista-fordista, se expandiu, também, a hegemonia norte-americana através do chamado estilo de vida norte-americano (*american way of life*). Como nos destaca Netto e Braz (2012), tal expansão impôs, através da indústria cultural, a cultura norte-americana, as diferentes nações e povos e colocou o inglês na cena mundial como língua dominante.

Como nos demonstra Netto e Braz (2012), o capitalismo monopolista, mesmo sendo criticado e questionado, impertinentemente, entrou nos anos 60, evidenciando expansão econômica e taxas de lucro compensadoras.

“Nos países capitalistas centrais, apesar das enormes desigualdades sociais, prometia-se aos trabalhadores a sociedade afluenta – ademais da proteção social assegurada pelo Welfare State, apontava-se para a possibilidade de um consumo de massa, cujo símbolo maior era o automóvel; nos países periféricos, projetos industrializantes apareciam como a via para superar o subdesenvolvimento. Nos centros, chegou-se a apregoar a integração da classe operária; nas periferias, o desenvolvimentismo era a receita para curar os males do atraso econômico-social.” (NETTO E BRAZ, 2012, p. 224)

Faz-se notório enfatizarmos que a ilusão dos “anos dourados” teve seu fim em 1974-1975, tal término resultou em uma recessão generalizada que atingiu ao mesmo tempo todas as grandes potências imperialistas. De acordo com Netto e Braz (2012), a longa onda expansiva acabou cedendo lugar para uma longa onda recessiva, a qual inverte o panorama da dinâmica capitalista até os dias atuais, ou seja, as crises passam a assumir o papel de protagonistas.

“Em face dessa inversão, o capital monopolista formulou e implementou o conjunto de respostas. (...) E trinta anos depois, na entrada do século XXI, tais respostas não alteraram o perfil da onda longa recessiva: o crescimento permanece reduzido e as crises se amiudaram; entretanto, as taxas de lucro foram restauradas – portanto, unicamente sob esse aspecto crucial, não restam dúvidas de que as respostas do capital foram exitosas. (...) É possível, na nossa avaliação, sintetizar tais respostas como uma estratégia articulada sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal.” (NETTO E BRAZ, 2012, p. 226)

É fundamental entendermos que, ao falarmos do Estado no contexto do capitalismo tardio, temos que ter claro que é neste período, denominado também de fase dourada do capitalismo, que o fundo público se fortalece, ou seja, se torna mais robusto devido a uma necessidade mais massiva de intervenção por parte do Estado no âmbito da sociedade.

Devemos frisar que é na fase denominada de capitalismo tardio que temos um processo de desenvolvimento do capitalismo, em que o Estado passa a ter uma função cada

vez mais presente na economia e, devido a essa maior presença, o Estado passa a interferir no fundo público de uma maneira mais intensa, ou seja, o Estado passa a se constituir, ou melhor, ele passa a ter uma base/uma riqueza e, desse modo, ele passa a pulsar essa riqueza material com o propósito de viabilizar sua intervenção. É exatamente nesse cenário do capitalismo tardio que o fundo público passa a ser operado pelo Estado e passa a ganhar uma dimensão qualitativa diferente.

Frente a tudo que foi exposto acima - de maneira sucinta - acerca do Capitalismo Tardio, almejamos, nesse segundo momento do item 1.1, demonstrar com base em Mandel (1982) as relações bem como as imbricações existentes entre a fase dourada do capitalismo e o Estado.

Dessa forma, devemos ter clareza que Mandel (1982) ao pautar-se em Marx nos deixa claro que o Estado é o produto da divisão social do trabalho, ou seja, o Estado, desse modo, não se configura como expressão da universalidade, se configura como uma expressão das relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista. Dessa forma, como nos enfatiza o economista belga, o Estado surgiu da autonomia progressista de determinadas atividades superestruturais, mediando a produção material, cuja finalidade era assegurar uma estrutura de classe e relações de produção.

Nem todas as funções da superestrutura encontram-se inseridas na esfera de ação do Estado, logo, as funções superestruturais que fazem parte ao domínio do Estado podem ser simplificadas de modo genérico como sendo a proteção e a reprodução da estrutura social, visto que não se adquire isso com os processos involuntários da economia.

Mandel (1982, p. 333) nos permite classificar as principais funções do Estado da seguinte maneira:

- 1) Criar as condições gerais de produção as quais não podem ser garantidas pelas atividades privadas. Como, por exemplo, construção de estradas para escoamento de produção;
- 2) Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ao modo de produção no caso capitalista. Tais repressões se dão através de forças coercitivas como, por exemplo, forças armadas, polícia, sistema penal, sistema judiciário, entre outros;
- 3) Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes dominadas concordem

com sua própria exploração sem exercer diretamente a coerção/repressão contra ela. Aqui podemos citar como exemplo a própria mídia a qual é formadora de opiniões.

“É óbvio, naturalmente, que a dominação de classe baseada apenas na repressão seria equivalente a uma condição insustentável de guerra civil permanente. Nos diferentes modos de produção ou formações socioeconômicas concretas, a função integradora é exercida principalmente pelas diferentes ideologias: magia e ritual, filosofia e moral, lei e polícia, embora em certa medida cada uma dessas diferentes práticas superestruturais desempenhe esse papel em toda sociedade de classes. A reprodução e a evolução dessas funções integradoras efetivam-se pela instrução, pela educação, pela cultura e pelos meios de comunicação – mas, sobretudo, pelas categorias de pensamento peculiares à estrutura de classe de uma sociedade.” (MANDEL, 1982, p. 334)

No que tange à função do Estado denominada por Mandel (1982) pela rubrica “providenciar as condições gerais de produção”, o autor nos evidencia que:

“Essa última função difere das duas outras principais funções do Estado pelo fato de relacionar-se diretamente com a esfera da produção, e, assim, assegurar uma mediação direta entre a infra e a superestrutura. Esse domínio funcional do Estado inclui essencialmente: assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção efetivo (meios de transporte ou de comunicação, serviço postal etc); providenciar os pré-requisitos gerais e sociais do mesmo processo de produção (como, por exemplo, sob o capitalismo, lei e ordem estáveis, um mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário); e a reprodução contínua daquelas formas de trabalho intelectual que são indispensáveis à produção econômica, embora elas mesmas não façam parte do processo de trabalho imediato (o desenvolvimento da astronomia, da geometria, da hidráulica e de outras ciências naturais aplicadas no modo de produção capitalista etc).” (MANDEL, 1982, p. 334)

Sabemos que a gênese do Estado coexiste com a gênese da propriedade privada, porém, devemos enfatizar que o Estado é mais velho que o capital e suas funções não podem derivar de modo direto das necessidades da produção e da circulação de mercadorias. Como nos expõem Mandel (1982), foi somente após que a acumulação primitiva usura e do capital mercantil atingiu certo índice de maturidade, transformando/modificando de modo essencial as ligações existentes entre as velhas e as novas classes dominantes (proprietárias) e abalando os formatos tradicionais de dominação política via crescimento do capital-dinheiro, o próprio Estado virou mais claramente um instrumento da acumulação crescente de capital e o criador do modo de produção capitalista. Posto isso, é considerado errôneo deduzir a função e o caráter do Estado diretamente da natureza da produção e da circulação de mercadoria.

Como nos ressalva Mandel (1982, p.335),

“O Estado burguês é um produto direto do Estado absolutista, gerado pela tomada do poder político e de sua maquinaria institucional pela classe burguesa. Mas é também uma negação desse último, pois o Estado burguês clássico da época da ascensão vitoriosa do capital industrial era um Estado fraco por excelência – porque se fazia acompanhar pela demolição sistemática do intervencionismo econômico dos Estados absolutistas, que impedira o livre desenvolvimento da produção capitalista enquanto tal. O governo do capital se distingue de todas as formas pré-capitalistas de governo pelo fato de não se basear em relações extra econômicas de coerção e dependência, mas em relações livres de troca que dissimulam a dependência e a sujeição econômicas do proletariado (separação entre meios de produção e subsistência) e lhe dão a aparência de liberdade e igualdade”.

Faz-se notório evidenciarmos que o Estado burguês se diferencia de todos os formatos antecedentes de dominação de classe por uma singularidade da sociedade burguesa, a qual é inerente ao próprio modo de produção capitalista. Tal singularidade se caracteriza pelo afastamento das esferas privada e pública da sociedade, que é resultado da difusão sem igual da propriedade privada, da produção de mercadorias e da competição de todos contra todos. Posto isso, podemos dizer que qualquer reprodução das predileções gerais do capital por capitalistas que agem de modo individual é praticamente impossível numa sociedade burguesa, pois, como nos afirma Mandel (1982), parafraseando a formulação de Kautsky, “A classe capitalista reina, mas não governa. Contenta-se em dar ordens ao Governo”.

O autor expõe, também, que a competição capitalista propõe desse modo, imprescindivelmente, uma tendência de autonomizar o aparato estatal, de forma que possa agir como um “capitalista total ideal” atendendo aos desejos de consolidação, proteção e aumento do modo de produção capitalista de uma forma geral, acima e ao oposto dos interesses divergentes do “capitalista total real” formado pelos “diversos capitais” do mundo real. Como nos demonstra Mandel (1982, p. 337),

“As funções econômicas asseguradas por essa preservação da existência social do capital incluem a manutenção de relações legais universalmente válidas, a emissão de moedas fiduciárias, a expansão do mercado local ou regional, e a criação de um instrumento de defesa dos interesses competitivos específicos do capital nativo contra os capitalistas estrangeiros – em outras palavras, o estabelecimento de leis, moeda, mercado, Exército e barreiras alfandegárias a nível nacional. Mas o custo dessas funções indispensáveis deve ser mínimo. Os impostos necessários à manutenção do Estado pareciam à burguesia triunfante puro desperdício de uma parcela da mais-valia que, caso contrário, poderia estar sendo empregada produtivamente. A burguesia industrial ascendente sempre tentou, portanto, controlar rigorosamente as despesas do Estado e questionar ou recusar qualquer aumento nessas despesas.”

Frente ao que foi abordado na citação acima, podemos dizer que toda tomada de decisão de cunho estatal diz respeito ou se refere a impostos, taxas, tarifas ou até mesmo distribuição do orçamento, atinge a concorrência e afeta a realocação social global da mais-

valia, gerando benefícios para alguns grupos de capitalistas. Segundo o autor utilizado, todos os grupos capitalistas são impostos, por conseguinte, a se tornarem ativos politicamente, não somente para estruturar suas propostas acerca dos objetivos coletivos de classe, mas também para salvaguardar seus interesses pessoais.

Com isso podemos afirmar com base em Mandel (1982, p. 337),

“(...) a república parlamentar burguesa é incontestavelmente a forma ideal do Estado burguês, porque reflete da melhor maneira possível a unidade dialética e a contradição entre a concorrência de muitos capitais e o interesse e a natureza social do capital em sua totalidade.”

Devemos ter clareza que a passagem do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para o capitalismo monopolista mudou, essencialmente, tanto a postura subjetiva da burguesia em relação ao Estado quanto a função objetiva desenvolvida pelo Estado ao executar suas obrigações principais.

“O surgimento dos monopólios gerou uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas. Isso produziu um aumento substancial nas despesas com armamentos e o desenvolvimento do militarismo, o que, por sua vez, levou a um crescimento ainda maior do aparato estatal, envolvendo um desvio maior de rendimentos sociais para o Estado. As despesas com armamentos têm, é claro, função dupla: a de defender os interesses específicos de cada potência metropolitana contra os rivais imperialistas (e povos coloniais) e a de proporcionar uma fonte de mais acumulação de capital.” (MANDEL, 1982, p. 337-338)

De acordo com o renomeado autor, o surgimento do capitalismo ocorreu concomitantemente com o crescimento da influência política do movimento operário, traduzido significativamente na conquista gradual do direito político e em sua utilização pela democracia social clássica. Devemos frisar que tal desenvolvimento gerou repercussões divergentes acerca da evolução do Estado burguês em sua fase denominada imperialista. Como nos ressalva Mandel (1982, p. 338),

“Por um lado, o surgimento de poderosos partidos da classe trabalhadora aumentou a urgência e o grau do papel integrador do Estado. Para o assalariado, a ilusão de igualdade formal enquanto vendedor da mercadoria força de trabalho reforçava-se agora cada vez mais com a ilusão de igualdade formal enquanto cidadão ou eleitor – dissimulando a desigualdade fundamental do acesso ao poder político, que é uma decorrência da profunda desigualdade de poder econômico entre as classes na sociedade burguesa. (...) Mas, por outro lado, a entrada em larga escala de deputados sociais-democratas e mais tarde de deputados comunistas nos parlamentos burgueses significava que esses órgãos legislativos perdiam cada vez mais sua função de árbitro de interesses conflitantes no interior da classe burguesa. A tarefa de assegurar

a continuidade da dominação política do capital foi gradualmente transferida do parlamento para os escalões superiores da administração estatal. Daí para o futuro, a tendência do poder político de centralizar-se cada vez mais no aparato do Estado foi uma resposta a esses desenvolvimentos.”

O mencionado autor também nos destaca que outra característica importante que ocorreu nessa época foi um crescimento amplo da legislação social, a qual ganhou certa ênfase no período imperialista. Devemos ter clareza que tal alargamento no âmbito da legislação social se deu devido à crescente pressão e à luta de classe do proletariado, porém, não podemos perder de vista que ao mesmo tempo tal alargamento teve intuito de atender aos interesses gerais da reprodução no modo de produção capitalista, na medida em que garantia a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava intimidada pela superexploração. Como nos enfatiza o economista belga,

“A tendência à ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha de absorver uma percentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar uma base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista.” (MANDEL, 1982, p. 338-339)

O que podemos perceber nesse contexto por ora trabalhado é que todas as fantasias em relação a um “Estado Social” pautavam-se numa mentirosa crença e uma redistribuição progressiva da renda nacional, ou seja, acreditavam que retirava-se do capital para doar ao trabalho. Tais fantasias/sonhos têm a ver com o “encurtamento” da mais-valia, mas devemos ter claro que a mesma lógica continua, ou seja, há uma redistribuição, porém, dentro de um limite estrutural.

“As ilusões quanto à possibilidade de socialização através da redistribuição não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. Esse programa incluirá habitualmente restrições periódicas ao consumo da classe operária, a fim de aumentar a taxa de lucro e assim estimular investimentos.” (MANDEL, 1982, p. 339)

Quando abordamos sobre a fase tardia do Capitalismo Monopolista, não podemos esquecer-nos de mencionar três características fundamentais que Mandel (1982) nos traz acerca desse período, as quais são: redução da rotação de capital fixo, aceleração da inovação tecnológica e alto crescimento do custo dos principais projetos de acumulação do capital, devido à terceira revolução tecnológica, com seu crescimento equivalente de riscos de atraso

na valorização dos imensos volumes de capital essenciais a esses projetos. Segundo Ernest Mandel (1982, p. 339),

“O resultado dessas pressões é uma tendência do capitalismo tardio a aumentar não só o planejamento econômico do Estado, como também a aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em um número constantemente crescente de processos produtivos. Portanto, há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação do Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às condições gerais de produção que financia. Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam nem mesmo remotamente capazes de satisfazer as necessidades do processo capitalista de trabalho.”

Com isso, podemos citar como exemplos intrinsecamente ligados a essa tendência o aumento do uso dos orçamentos do Estado com intuito de financiar pesquisas de ponta, subsidiar/financiar aviões a jato, entre tantos outros projetos industriais, subsídios creditício, fiscal, cambial e de venda; pagamento de juros e serviços da dívida, bem como sua amortização ou refinanciamento; formação do trabalhador para o mercado de trabalho; pesquisas para o desenvolvimento econômico; busca pela atração de investimentos; inserção de produtos no mercado nacional e internacional; capacitação e incentivo a investimentos privados, entre outros.

Logo, o que ocorre é um investimento cada vez maior do orçamento estatal em capital fixo a fim de expandir o excedente da produção. Posto isso, o que podemos constatar é que os recursos públicos funcionam cada vez mais como um alicerce do capital privado (e, em especial, do capital monopolista que é a fase que estamos tratando).

Mandel (1982), afirma que o capitalismo tardio se caracteriza por dificuldades crescentes de valorização do capital, o que o autor vai chamar de supercapitalização e superacumulação. Para o autor,

“O Estado resolve essas dificuldades, ao menos em parte, proporcionando oportunidades adicionais, numa escala sem precedentes, para investimentos lucrativos desse capital na indústria de armamentos, na indústria de proteção ao meio ambiente, na ajuda a países estrangeiros, e obras de infraestrutura (onde lucrativo significa tornado lucrativo por meio da garantia ou subsídio do Estado).” (MANDEL, 1982, p. 340)

Segundo o autor, outro importante atributo do capitalismo tardio que não podemos deixar de mencionar é a suscetibilidade crescente do sistema social e as grandes/repentinhas crises políticas e econômicas que aterrorizam de maneira direta todo o modo de produção capitalista. Como resultado disso,

“(…) a administração das crises é uma função tão vital do Estado na fase tardia do capitalismo quanto sua responsabilidade por um volume enorme de condições gerais de produção ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente.” (MANDEL, 1982, p. 340)

Com viés econômico, podemos dizer que essa “administração das crises” tratada na citação acima engloba toda uma gama das políticas governamentais anticíclicas, cuja finalidade é impedir ou até mesmo postergar a volta de enormes e desastrosas quedas.

Já do ponto de vista social, essa “administração das crises” se encoraja permanentemente, com objetivo de evitar a crise cada vez mais aguda das relações de produção capitalistas via uma ofensiva ordenada à consciência de classe do trabalhador. O papel do Estado nesse momento acaba sendo o de desenvolver amplas formas de manipulação ideológica da classe trabalhadora, no intuito de inserir esse trabalhador como consumidor, cidadão ou até mesmo “parceiro social” numa sociedade capitalista tardia.

Como corrobora Mandel (1982), o Estado procura constantemente transformar qualquer rebelião em reformas que o sistema possa absorver, e procura solapar a solidariedade na fábrica e na economia.

Ainda pautando-se no economista belga, faz-se notório salientar que

“A hipertrofia e a autonomia crescentes do Estado capitalista tardio são um corolário histórico das dificuldades crescentes de valorizar o capital e realizar a mais-valia de maneira regular. Refletem falta de confiança cada vez maior do capital em sua capacidade de ampliar e consolidar sua dominação por meio de processos econômicos automáticos. Também estão associadas à intensificação da luta de classe entre capital e trabalho – em outras palavras, à emancipação crescente da classe operária da subordinação completa e passiva à ideologia da burguesia, e à sua emergência periódica enquanto força independente em conflitos políticos.” (MANDEL, 1982, p. 341)

O que podemos perceber com essa citação acima é que quanto maior e mais significativa for à intervenção do Estado no capitalismo, mais claro fica que esse sistema não se autorregula, ou como afirma o nosso ilustre Mandel (1982), “sofre de uma doença incurável”. Devemos ter clareza que o capitalismo tardio se caracteriza pelo acordo simultâneo da função econômica do Estado burguês, do empenho para despolitizar a classe trabalhadora e da crença de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode de maneira suposta ir além das contradições de classe, garantir uma expansão ininterrupta, um crescimento contínuo do consumo e desse modo, gerar uma sociedade pluralista.

No que tange à função objetiva da ideologia economicista, podemos afirmar, nos respaldando em Mandel (1982), que esta tem como objetivo o desmanche/desmantelamento da luta de classe do proletariado. Mas, no que se refere à necessidade objetiva dessa ideologia,

“(...) corresponde exatamente à compulsão cada vez maior do Estado em intervir na economia capitalista tardia, e ao perigo de que essa intervenção eduque a classe operária em relação a todas as formas econômicas e sociais da sociedade cuja riqueza produz – potencialmente uma ameaça terrível ao capitalismo tardio. Isolar um elemento dessa totalidade complexa e afirmar que é o principal aspecto é um passatempo fútil em tempos intelectuais.” (MANDEL, 1982, p. 341)

Cabe-nos frisar que o aumento da intervenção direta do Estado capitalista tardio na economia permite um maior controle acerca dos rendimentos sociais. No capitalismo tardio, a hipertrofia do Estado é impreterível e essencial ao capital total. De acordo com Mandel (1982), só faz sentido para a classe burguesa se a nacionalização de parte do capital gerar não um decréscimo, mas, sim, a estabilização e se possível, o crescimento dos lucros do capital privado.

“Da mesma forma, a redistribuição dos rendimentos sociais para o orçamento nacional não pode levar a uma redução a longo prazo da taxa de mais-valia, ou ameaçar a valorização do capital: do ponto de vista da classe burguesa, o orçamento ideal é aquele que gera um aumento da taxa de mais-valia e da taxa de lucros. Tudo quanto pode acontecer é, portanto, uma redistribuição horizontal por meio da centralização de frações de mais-valia e salários (salários indiretos) – cuja finalidade é assegurar a realização efetiva de certas despesas importantes para a preservação da sociedade burguesa, que os gastos privados das duas principais faixas de renda não cobrem.” (MANDEL, 1982, p. 342)

Mesmo que ocorra uma redistribuição simplesmente “horizontal” da renda nacional pelo Estado, tal redistribuição depende de condições objetivas como a taxa geral de crescimento de produção, a expansão da taxa de lucros, as relações de força entre as classes, entre outras condições. Se tais condições apresentam transformações graduais, o efeito disso é uma crise financeira endêmica do Estado capitalista tardio.

Faz-se notório destacarmos que a crescente função econômica do Estado no contexto do capitalismo tardio, tanto no que tange à centralização quanto no que tange à redistribuição de quantias do excedente social, torna a ingerência sobre suas decisões um propósito cada vez mais imediato para todos os grupos de capitalistas. Segundo Ernest Mandel (1982), o fracasso ou o sucesso dessa ingerência pode definir a prosperidade ou a ruína de um capital individual. Desse modo, a articulação efetiva dos interesses da burguesia obtém uma relevância mais decisiva para vários grupos capitalistas.

“Duas séries de problemas surgem diretamente do exame das funções gerais do Estado burguês e de suas mutações específicas no capitalismo tardio. Em primeiro lugar, onde e como os interesses de classe capitalistas se formulam e se transformam em objetivos políticos no capitalismo tardio? Em segundo lugar, como o poder econômico e a dominação ideológica se traduzem em controle do aparelho estatal? Em outras palavras, dado que as condições são formalmente desvantajosas – visto que a classe operária organizada faz largo uso das liberdades democráticas burguesas – até que ponto o aparelho de Estado burguês é um instrumento adequado de execução dos programas de ação econômicos e sócio-políticos da classe capitalista?” (MANDEL, 1982, p.343)

A passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios significou um salto de qualidade da centralização e da concentração do capital, determinando dessa forma uma transferência da articulação dos interesses burgueses do seio da arena política para outros setores.

Como nos ressalva Mandel (1982), a amplificação do campo de ação das interferências do Estado no âmbito da vida social e econômica, bem como o aumento de números de leis, decretos e normas de vários tipos nos demonstra que os políticos não conseguem compreender, na prática, toda relevância e finalidade de tanta legislação nova, nem mesmo sua elaboração. Para o mencionado autor, “o resultado disso é que o próprio governo, no sentido de administração, torna-se uma profissão que obedece às regras da divisão do trabalho”.

“Nessas circunstâncias, os grupos de pressão da classe capitalista adquirem importância enorme. Muitas vezes são a fonte de ideias de novas medidas governamentais ou de emendas e na prática quase sempre têm a última palavra. O resultado é que as verdadeiras negociações ocorrem mais frequentemente entre esses grupos de pressão e a administração estatal (talvez com o Governo servindo de mediador) do que entre partidos políticos. (...) O resultado nem sempre é necessariamente o consenso, mas será uma decisão que reflete os interesses de classe da burguesia no sentido de promoção e consolidação das condições gerais de valorização do capital, embora possa, ao mesmo tempo, arriscar interesses particulares mesmo de frações importantes da classe burguesa.” (MANDEL, 1982, p. 344)

Posto isso, podemos afirmar que essa “reprivatização” da articulação das predileções da classe burguesa é uma contrapartida da intensa centralização e concentração de capital (MANDEL, 1982).

“Na maioria das vezes, todo o processo se desenrola fora da esfera de todas as instituições estatais oficiais (...), e é mediado por fundações, grupos de planejamento político, grupos de especialistas etc; até por grupos de trabalho específicos que propõem ou sugerem essas decisões a setores particulares do aparelho de Estado ou do Governo. A justaposição de uma articulação privada dos interesses de classe da

burguesia a uma centralização crescente das decisões políticas no aparelho técnico-administrativo do Estado leva a uma síntese da aliança pessoal entre grandes empresas e altos (os mais altos) funcionários do Governo, que agora tornou-se regra em muitos países.” (MANDEL, 1982, p. 344-345)

Podemos afirmar que é através de mecanismos concretos como a dominação financeira e econômica direta da máquina estatal, que a burguesia exerce controle sobre o aparelho do Estado no contexto do capitalismo tardio. No contexto atual, o que vem prevalecendo cada vez mais é uma intensa dependência do Estado em relação ao crédito bancário de curto prazo. Não podemos deixar de mensurar que a máquina estatal possui uma própria ordem da sociedade capitalista, ou seja, os cargos mais altos do Estado em sua maioria são preenchidos por funcionários mais graduados/especializados que geralmente são de origem burguesa ou encontram-se integrados de alguma maneira na burguesia. São, de acordo com Mandel (1982), os funcionários públicos administrativos, políticos permanentes, e grande parte deles é selecionada de camadas específicas da classe burguesa.

A citação abaixo apesar de longa é extremamente elucidativa, pois nela, Mandel (1982), nos deixa evidente, que não é apenas a organização hierárquica que determina a função do Estado enquanto instrumento da dominação burguesa. É a base geral do Estado que o garante a possibilidade de desenvolver esse, e somente esse papel, porque essa estrutura é determinada pela burguesia de duas formas:

“Em primeiro lugar, a promoção aos cargos executivos do aparato estatal é filtrada por um longo processo de seleção, no qual não é tanto a competência profissional que assegura o sucesso, mas sim a conformidade às normas gerais de conduta burguesa – quando não, como em muitos países imperialistas, participação direta em um dos grandes partidos “governantes”. Como essa seleção envolve por si mesma uma eliminação implacável e inculca tanto um espírito competitivo quanto uma empatia para com a ideologia dominante, é inconcebível que alguém que rejeite ou resista à ordem social vigente e às suas normas de pensamento e ação possa chegar, no decorrer comum dos acontecimentos, ao topo do aparelho do Estado burguês. (...) Imaginar que o aparelho de Estado burguês pode ser usado para uma transformação socialista da sociedade capitalista é tão ilusório quanto supor que seria possível dissolver um exército com a ajuda de “generais pacifistas”. É claro que em geral sempre se deve lembrar que a ideologia dominante de qualquer sociedade é a ideologia da classe dominante e que a classe que se apropria do sobre produto social controlará as superestruturas construídas com este. (...) A rigorosa utilização do Estado burguês como uma arma dos interesses de classe dos capitalistas é escondida tanto dos atores quando dos observadores e vítimas dessa tragicomédia pela imagem mistificadora do Estado como árbitro entre as classes, representante do “interesse nacional”, juiz neutro e benevolente dos méritos de todas as “forças pluralistas”. Em segundo lugar, a estrutura do Estado burguês é determinada pelos princípios de separação dos poderes e de uma burocracia profissional – em outras palavras, a prevenção permanente de qualquer exercício direto do poder (autogestão) por parte da massa da classe operária. Essa estrutura poderia, na melhor das hipóteses, constituir uma democracia indireta – governo dos representantes do povo, ao invés do governo do próprio povo; mas na verdade mesmo isso tem caráter puramente

formal, por causa da impotência econômica da maioria dos assalariados em relação à aquisição dos meios materiais necessários ao exercício efetivo de suas liberdades democráticas. Essa impotência não é só consequência direta da desigualdade de propriedade sob o capitalismo, mas também da alienação e da fragmentação do trabalho, que condicionam constantemente a consciência dos trabalhadores condenados a elas. A consciência de classe proletária só pode ser obtida e exercida *coletivamente*, enquanto todo trabalhador é admitido na cabine eleitoral apenas enquanto indivíduo isolado e atomizado. Um aparelho de Estado construído sobre essas bases se propõe a administrar o sistema social existente – ou, na melhor das hipóteses, modificá-lo mediante reformas “aceitáveis”, isto é, assimiláveis. (...) Um aparelho de Estado que não preserva a ordem social e política seria tão impensável quanto um extintor de incêndio que espalha chamas ao invés de apaga-las. Uma instituição conservadora desse gênero é por natureza totalmente incapaz de conceber, para não dizer efetivar, qualquer alteração radical do sistema social vigente. No capitalismo tardio, os ministros podem ser especialistas, e vice-versa. Mas a ideologia burguesa os confina rigorosamente a soluções “racionais” de problemas parciais; é preciso que continuem aprisionados nessa ideologia a fim de exercer suas funções de maneira socialmente (não tecnicamente) competente.” (MANDEL, 1982, p. 346-348)

Com base no que foi exposto acima, devemos ter clareza que o perfil estrutural e extremamente conservador do aparato Estatal burguês faz dele uma ferramenta eficiente para a perpetuação e a defesa das relações de produção capitalistas. O Estado tenta omitir/disfarçar, mas ele sempre foi e continua sendo um “grupo de homens armados” contratados para exercer através da coerção a dominação política de uma classe social específica. De acordo com o autor mencionado, o que podemos perceber é um intenso e claro movimento em direção a um Estado forte, firmando (através da coerção) moderações às liberdades democráticas.

“As lutas por aumento de salário realizadas pelos sindicatos e os direitos irrestritos de greve, as liberdades normais e liberais de imprensa, de reunião e de organização, o direito a manifestações – tudo isso está se tornando cada vez mais intolerável ao capitalismo tardio. Portanto, o Estado precisa restringi-las, enfraquece-las e aboli-las legalmente. A luta para preservar e ampliar esses direitos não desenvolve apenas uma compreensão mais profunda da verdadeira natureza de classe do Estado capitalista tardio e da democracia parlamentar burguesa, e também da superioridade da democracia proletária dos conselhos dos trabalhadores como forma social de liberdade genuína; também proporciona mais energia para a luta decisiva pelo poder entre o capital e trabalho, por meio da demonstração constante de que a classe operária não pode romper a dominação do capital em cada fábrica separadamente, mas apenas na sociedade como um todo. O pré-requisito dessa emancipação é a conquista do poder político e a demolição do aparelho de Estado burguês pelos produtores associados.” (MANDEL, 1982, p. 350)

Com base nas colocações de Mandel (1982), devemos ter claro que no contexto do capitalismo tardio, à expansão democrática ocorrida levou ao movimento seguinte, de corte neoliberal, de restrição principalmente no que se refere aos direitos sociais.

Após discutirmos o significado do capitalismo tardio e qual a sua relação com o Estado, temos a clareza que tais colocações realizadas ao longo do item 1.1 são cruciais para

entendermos o sentido do nosso objeto de estudo que é o fundo público. Dessa forma, o próximo item que também compõe o capítulo 1 desta dissertação irá discutir o conceito de fundo público, e qual a finalidade do mesmo, ou seja, para que ele foi criado, bem como demonstrar as diversas formas que o conceito fundo público assume, e como ele, juntamente como o Estado, torna-se imprescindível e essencial na garantia das condições de produção e reprodução do capital.

1.2 Fundo público: concepções teóricas

Ao falarmos de fundo público, devemos frisar que este é uma categoria construída com objetivo de investigar os processos pelos quais o capitalismo perdeu sua capacidade autorregulatória e, ao mesmo tempo, ele também possui a intenção de resumir o complexo que tirou o lugar da autorregulação. Segundo Oliveira (1998, p. 50-51):

“(...) a crítica neoliberal significa que o Estado transformou-se num agente econômico com a mesma racionalidade dos agentes privados, com o que a diferença qualitativa da “intervenção” perde todo o sentido e eficácia. (...) A “intervenção” é eficaz, em primeiro lugar, porque, em que pese à extraordinária transformação do Estado no século XX, sua radical separação com relação à sociedade permanece (...) e é isso que a torna qualitativamente diferente e imune aos azares dos negócios privados; sua racionalidade é de outro nível, formada por outros elementos e sujeita a outras determinações e contradições. (...) O processo real que se dá não é uma “intervenção”, posto que não é tópico nem casual? Trata-se da extrapolação dos espaços privados ou, dizendo de outro modo, da insuficiência da esfera privada para tramitar e processar novas relações sociais que, por essa razão, vê-se metamorfoseada em esfera pública. A dialética do processo resulta em que ele é urdido para assegurar os interesses privados, mas só o pode fazer, somente se torna eficaz, se eles se transformam em interesses gerais, públicos. Não há, portanto, ao contrário do que afirma a denúncia liberal e neoliberal, interesse do Estado senão na medida em que este aparece como instância necessária de publicização.”

O fundo público em suas diversas formas atua como pressuposto tanto do financiamento da acumulação do capital quanto do financiamento da reprodução da força de trabalho, englobando, de uma maneira geral, toda a sociedade por meio dos gastos sociais dos quais podemos citar: políticas públicas de saúde, educação, assistência social, previdência social, habitação, entre tantas outras. É importante mencionar, que é impensável a formação do sistema capitalista sem a utilização de recursos públicos, tais recursos, segundo Oliveira (1998, p. 20-21):

“(...) em certos casos funcionaram quase como uma acumulação primitiva desde o casamento dos tesouros reais ou imperiais com banqueiros e mercadores na

expansão colonial até a despossessão das terras dos índios para cedê-las às grandes ferroviárias particulares nos Estados Unidos, a privatização de bens e propriedades da Igreja desde Henrique VIII até a Revolução Francesa; e, do outro lado, as diversas medidas de caráter caritativo para populações pobres, de que as Poors Houses são bem exemplos no caso inglês. Contra esse caráter pontual, que dependia ocasionalmente da força e da pressão de grupos específicos, o financiamento público contemporâneo tornou-se abrangente, estável e marcado por regras assentidas pelos principais grupos sociais e políticos.”

Com o aumento da intervenção do Estado no âmbito da sociedade, o processo de concorrência da riqueza produzida socialmente recebe um novo contorno qualitativo em virtude do conseqüente crescimento do fundo público. A concorrência existente entre as classes e engendradas na sociedade passam a se realizar também no âmbito do Estado ao redor do fundo público, tanto no que diz respeito aos gastos públicos quanto no que diz respeito à taxaço de tributos exercidos pelo Estado.

É importante enfatizar, que essas disputas em torno do fundo público, visam contrabalancear as perdas ou aumentar as conquistas sociais entre as diferentes classes e frações de classes. Posto isso, o fundo público se demonstra como mais um lugar/local público da disputa social. É importante salientarmos que a resistência de uma taxaço regressiva ou progressiva coloca novamente de modo significativo no seio do Estado a concorrência entre as principais classes do capitalismo. Temos também, ao mesmo tempo, o conflito de interesses no que tange à alocação dos recursos públicos, ou seja, aqueles destinados a atender a reprodução do capital e aqueles destinados para atender os trabalhadores (através de políticas sociais).

O fundo público,

“(...) permite, de forma mais consistente, analisar o processo de produção e reprodução das relações sociais no quadro do capitalismo monopolista, em especial a partir da dinâmica do capitalismo tardio, articulando a dimensão econômica da distribuição e da repartição da mais-valia, com sua expressão política que se manifesta tanto no campo da sociedade civil – nas lutas entre as classes e suas frações em torno da distribuição da riqueza entre mais-valia e salário direto e da repartição da mais-valia através da luta intercapitalista – quanto na esfera estatal, através, principalmente, das lutas políticas no campo da tributação e da definição do gasto público, tendo como objetivo central interferir na constituição e na dinâmica da execução do fundo público.” (SOUZA FILHO, 2016, p. 328)

Com isso, devemos ter clareza que tanto as ações direcionadas para salvaguardar as condições gerais de produção quanto as ações direcionadas às interferências voltadas para a integração/repressão das classes chamadas dominadas pleiteiam recursos produzidos socialmente. Desse modo, podemos dizer que a forma das políticas sociais que serão implantadas vai depender de modo direto da correlação de forças existentes na sociedade em

um dado período histórico. Todavia, o formato de organização da classe trabalhadora será ponderado pelo nível de desenvolvimento de cada formação econômica e social, a qual influenciará de modo significativo na constituição das políticas sociais, bem como na estruturação do Estado em que essas políticas estarão alicerçadas.

De acordo com Oliveira (1998), o padrão de financiamento da economia capitalista, a partir dos anos 1940, pode ser resumido

“(...) na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento do capital de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.” (OLIVEIRA, 1998, p. 19-20)

O autor mencionado acima nos traz uma contribuição muito significativa quando discute a centralidade do fundo público atualmente para a reprodução do capital. Para Oliveira (1998), o fundo público no capitalismo concorrencial funcionava como um elemento *a posteriori*, enquanto que, no capitalismo contemporâneo, a formação da taxa de lucro passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível. O autor nos permite observar um novo caráter da participação do fundo público via modificações na reprodução da força de trabalho. O mesmo demonstra que houve uma elevação dos investimentos públicos em saúde, educação e programas de garantia de renda maior que a elevação do PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, um investimento daquilo que o autor denomina de salário indireto pelo Estado, permitindo que os salários dos trabalhadores fossem liberados para poderem consumir mais, enfatizando, portanto, os consumos de massas, contribuindo de fato para o crescimento das taxas de lucro, ao lado de outros elementos como o progresso técnico, os grandes ganhos de produtividade, entre outros.

Observamos que, diferente do período do capitalismo concorrencial, o fundo público no chamado capitalismo tardio/maduro tornou-se essencial e estável, ou seja, elemento estrutural insubstituível tanto da reprodução ampliada do capital quanto das condições de vida. Na fase do capitalismo tardio, a dinâmica do Estado expande sua ação social e econômica com o objetivo de preservar a apropriação privada da produção social.

Como nos ressalva Oliveira (1998), a mediação do fundo público a partir de sua expansão, coloca a necessidade de leva-lo em conta para refletir sobre a dinâmica da acumulação e o elo presente entre tal dinâmica e seus efeitos na tendência à queda da taxa de lucro. Isso ocorre pelo simples fato do fundo público incidir tanto no capital constante (através de investimentos em pesquisas de ponta, subsídios e etc) quanto no capital variável,

via a criação das políticas sociais. O que podemos constatar é que, nesse cenário, certas frações de classes são privilegiadas em detrimento de outras, interferindo de modo decisivo na taxa de lucro atingida por um ou outro segmento e nas condições de vida dos diversos setores da classe trabalhadora.

Para Oliveira (1998), o processo de expansão do fundo público constituiu uma esfera pública em torno do orçamento público, gerando, assim, mais um espaço para realização da luta de classes. As concorrências que ocorrem tanto no âmbito da arrecadação (receitas) quanto no âmbito das despesas públicas demonstram as lutas que se travam entre as classes na sociedade. Devemos ter clareza que a realização dessas lutas/disputas não diminui o caráter objetivo da necessidade estrutural do fundo público com a reprodução ampliada do capital no cenário do capitalismo monopolista.

“O processo de produção desse movimento, que busco conceituar no fundo público, é o processo da luta de classes. Mas é também o de seu deslocamento da esfera das relações privadas para uma esfera pública ou, dizendo de outra forma, o da transformação das classes sociais de privadas para classes sociais públicas. O que se quer dizer com isso? Seria mais fácil dizer que há um deslocamento da luta de classes da esfera da produção, do chão da fábrica ou das oficinas ou ainda dos escritórios, para o orçamento do Estado. Mas, não apenas de fato, mas teoricamente, não é isso que se passa, pois tanto para que exista o fundo público quanto para que o processo de publicização das classes sociais se dê, é absolutamente necessário que também continue a luta de classe na esfera da produção ou, se quisermos dizer, no confronto imediato e direto entre empregado e patrão. O fundo público só existe e somente se sustenta como consequência da publicização das classes sociais, do deslocamento da luta de classes da esfera das relações privadas para a das relações públicas: ele é uma espécie de soma de todas essas transformações, as quais têm que ser renovadas quotidianamente, sob pena de ele perder sua eficácia.” (OLIVEIRA, 1998, p.53-54)

Devemos ter clareza que, por se constituir de duas cargas antagônicas, opostas, o fundo público acaba sendo um “espaço” contraditório marcado por conflitos e conseqüentemente por interesses divergentes conforme já abordamos acima.

Reforçando o debate de Oliveira (1998), faz-se notório enfatizar que, para este, o fundo público funciona como um ex-ante das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter ex-post, típico do capitalismo concorrencial, ou seja, ele é a referência pressuposta principal que atualmente sinaliza as possibilidades da reprodução, o fundo público existe em abstrato antes de existir de fato. Logo, tem-se que o repasse de parcelas da reprodução da força de trabalho para o financiamento público é algo histórico tendencial que vem ocorrendo em longo prazo no capitalismo de uma forma geral. Com isso, podemos dizer, com base no autor referido, que o

fundo público pode propiciar um aumento do salário indireto, o que acaba proporcionando uma “liberação” do salário direto da população permitindo dessa forma um consumo de massa, o qual tem também como alavancas o investimento e o crescimento dos mercados, principalmente no âmbito de bens de consumo duráveis.

“Noutras palavras, para a ascensão do consumo de massa, combinaram-se de uma forma extraordinária o progresso técnico, a organização fordista da produção, os enormes ganhos de produtividade e o salário indireto (...). A presença dos fundos públicos, pelo lado, desta vez, da reprodução da força de trabalho e dos gastos sociais públicos gerais, é estrutural ao capitalismo contemporâneo, e, até prova em contrário, insubstituível.” (OLIVEIRA, 1998, p.23)

O referido autor ainda nos expõe que o fundo público para ele funciona como um antivalor, o que para Behring (2008) e Salvador (2010a) (como veremos mais a frente) acaba sendo considerado um equívoco. Para Oliveira (1998, p. 53), o fundo público,

“busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chama de antivalor, que busca não valorizar-se *per se*, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor”.

Oliveira (1998), portanto, demonstra que parte do fundo público é valor e que parte do fundo público é o que ele denomina de antivalor, evidenciando que a segunda, ou seja, o antivalor não participa como capital, do processo de valorização do valor. Conforme nos esclarece Souza Filho (2016, p. 332),

“(…) a parte constitutiva do fundo público que participa indiretamente da acumulação, seja via aporte ao capital constante ou através da efetivação do salário indireto, atua na dinâmica da produção de valor, portanto, da extração da mais-valia e da geração de lucro, porém, não como capital.”

Oliveira (1998) demonstra que, no contexto da denominada crise fiscal do Estado, aperta-se a concorrência pelo fundo público, sob acusações neoliberais de estatização, de desperdício e estímulo à dependência. Tal autor (como já foi abordado acima) defende o fato de parte fundo público agir como um antivalor, ou seja, como antimercedarias sociais, pois não possui como finalidade a geração de lucros nem permite a extração de mais valia.

A autora Elaine Behring, em sua obra “Acumulação capitalista, fundo público e política social”, discorda da tese do antivalor realizada por Oliveira (1998), pois, para a mencionada autora,

“(…) parece contraditório não considerar o fundo público na reprodução geral do capital, através de subsídios (...) e de reprodução mesma da força de trabalho como fonte de criação de valor (...). Dessa forma, consideramos que o fundo público não poderia ser considerado um antivalor, como pensa Oliveira, uma vez que o mesmo participa de forma direta e indireta do ciclo de produção e reprodução ampliada do valor.” (BEHRING, 2008, p. 54)

Behring (2008, p. 55), ainda reforça em outro momento que

“O fundo público não gera diretamente mais valia, a não ser quando o Estado participa diretamente como produtor, apesar dessa situação não ser a mais desejável para o capital, configurando-se como exceção, em geral, tendo em vista infraestrutura produtiva, preços subsidiados de matérias-primas e energia, operações de salvamento e saneamento de empresas em situação de falência e concordata, dentre outras situações conjunturais.”

A autora nos evidencia que, do seu ponto de vista, o fundo público, quando tensionado pela contradição existente entre a socialização da produção e apropriação privada do produto do trabalho social, “atua realizando uma punção de parcela da mais valia socialmente produzida para sustentar, num processo dialético, a reprodução da força de trabalho e do capital, socializando custos da produção e agilizando os processos de realização da mais valia, base da taxa de lucros.” (BEHRING, 2008, p. 55)

Já para Salvador (2010a), o fundo público encontra-se presente na reprodução do capital, e, por isso, não deve ser considerado, portanto, como antivalor, pois tal fundo público atua de acordo com o autor:

1. Como fonte essencial para a realização do investimento capitalista. No capitalismo contemporâneo, o fundo público se dá por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por diminuição da base tributária da renda do capital como base de financiamento integral ou parcial dos meios de produção, que permitem a reprodução do capital.

2. Como fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho, através de salários indiretos, diminuindo o custo do capitalista na sua aquisição. Vale frisar que a força de trabalho é a responsável direta pela criação de valor no capitalismo.

3. Através das funções indiretas do Estado, que no capitalismo atual garantem generosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas.

4. No capitalismo contemporâneo, o fundo público é responsável por uma transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial para as classes dos rentistas.

Portanto, segundo Salvador (2010a, p. 91):

“(...) o fundo público participa indiretamente da reprodução geral do capital, seja por meio de subsídios, negociação de títulos e garantias de condições de financiamento dos investimentos dos capitalistas, seja como elemento presente e importante na reprodução da força de trabalho, única fonte de criação de valor na sociedade capitalista.”

Vamos de encontro à posição de Behring e Salvador, haja vista que temos clareza que certa parcela do fundo público ser denominada como antivalor não quer dizer que essa parcela não faça parte do processo de produção e reprodução do capital. O antivalor é o modo com que o fundo público colabora para a reprodução da força de trabalho e do capital, não agindo dessa maneira como capital *per se*, tendo em vista que não compra nem meios de produção, nem força de trabalho para produzir mais-valia.

Concordamos com Souza Filho (2016, p. 332-333), quando este afirma que,

“(...) entendemos que o antivalor é a expressão da contradição do sistema. A punção da mais-valia e do salário realizada pelo fundo público através da tributação é a forma com que, a partir do valor, parte do fundo público se transforma em antivalor, o que não é o mesmo que o não valor, pois é apenas a tensão/contradição do sistema, mas não sua superação.”

Logo, ao nos pautarmos em Souza Filho (2016) acreditamos que o antivalor refere-se à parcela do fundo público, que, por não ser capital, pois não participa do processo adquirindo meios de produção, força de trabalho para produzir mais-valia, gera uma contradição na dinâmica de produção e reprodução das relações sociais.

Faz-se notório ressaltar que Oliveira (1998), ao abordar sobre a mediação do fundo público, nos demonstra a relação dialética existente entre a dinâmica da acumulação capitalista e as políticas sociais, ou seja, o autor mencionado nos expressa que, a partir do crescimento do fundo público no período do capitalismo tardio, este, ou melhor, o fundo público, se forma/se constitui como um *mix* de recursos que permite de maneira direta a produção de valor e ao mesmo tempo, porém de maneira indireta, viabiliza o capital constante, bem como o capital variável.

Dessa forma, podemos dizer que a categoria fundo público busca trabalhar essa nova relação na sua contraditoriedade, ou seja, ela não é apenas expressão de recursos estatais

voltados para custear a acumulação de capital, ela é, também, um *mix* que se forma dialeticamente e contém, na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, a qual por ora é pública ou sociopolítica, e também a razão dos capitais, a qual por ora é privada. Posto isto, devemos enfatizar que o fundo público visa explicar a formação de uma nova base da produção e reprodução do valor, inserindo, misturando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, ou seja, um valor que objetiva a mais-valia e o lucro e a outra forma (denominada antivalor), que por não valorizar-se *per se*, devido ao fato de não ser capital, ao unir-se a este, alicerça ao processo de valorização do valor.

“O conceito de fundo público tenta trabalhar essa nova relação na sua contraditoriedade. Ele não é, portanto, a expressão apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um *mix* que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada. O fundo público, portanto, busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se*, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor. Mas só pode fazer isso com a condição de que ele mesmo não seja capital, para escapar, por sua vez, às determinações da forma mercadoria e às insuficiências do lucro enquanto sustentação da reprodução ampliada. A metáfora que usaria vem da física: o antivalor é uma partícula de carga oposta que, no movimento de colisão com a outra partícula, o valor, produz o átomo, isto é, o novo excedente social.” (OLIVEIRA, 1998, p.53)

Por conseguinte, é através dessa dialética, desse *mix*, que Oliveira (1998) nos mostra a dinâmica da acumulação capitalista e as políticas sociais via mediação do fundo público. Tal autor nos alerta que o crescimento da fração do antivalor direcionada ao salário indireto pode realizar a queda da taxa de lucro, devido ao fato que esse decréscimo não estaria pautado no aumento da composição orgânica, mas, sim, no aumento do valor da força de trabalho em relação à mais-valia produzida. Devemos destacar que Mandel (1982), também corrobora essa discussão, principalmente quando aborda que o crescimento da interferência do Estado gera recentes antagonismos no sistema.

“Na verdade, é claro que a queda da taxa média de lucros, resultante de qualquer redistribuição num modo de produção capitalista, arriscaria não apenas a reprodução ampliada, mas também a reprodução simples: detonaria uma greve dos investidores, a fuga de capital e o desemprego em massa.” (MANDEL, 1982, p. 339)

Todavia, o próprio economista belga leva em conta a possibilidade do crescimento do valor da força de trabalho via os gastos sociais. Não podemos deixar de mencionar que tal

possibilidade está vinculada, por um lado, à luta entre a classe trabalhadora, e, pelo outro lado, à burguesia e ao Estado. Desse modo, o capital visa impedir ou até mesmo delimitar as atividades das organizações da classe trabalhadora que possam vir a dificultar a acumulação.

Vale enfatizar que as políticas sociais, as quais podemos denominar de bens e serviços sociais públicos, se compõem como antimercedorias sociais, pois não possuem como objetivo a geração de lucros. Com isso, podemos afirmar que tais políticas sociais não colaboram para o processo de valorização do valor, como nos destaca Oliveira (1998). Tal processo indica uma tendência a “desmercantilização” da força de trabalho.

Para Oliveira (1998), o fundo público pode desmercantilizar, de forma parcial, a força de trabalho, ou melhor, o caráter de mercadoria dessa força de trabalho. Dessa forma, o fundo público desbloqueia as virtualidades do progresso técnico, pois a mercadoria força de trabalho não é mais um limite nem a base da acumulação, para o autor, o fundo público autonomiza o capital constante. Com isso, a fim de nos tornar mais nítida à afirmação de Oliveira (1998), iremos nos apropriar das ideias de Esping-Andersen (1991) acerca da “desmercadorização” para tentarmos compreender como o fundo público desmercantiliza de modo parcial a força de trabalho. Assim, temos que:

“Quando os direitos sociais adquirem o *status* legal e prático de direitos de propriedade, quando são invioláveis e quando são assegurados com base na cidadania em vez de terem base no desempenho, implicam uma “desmercadorização” do *status* dos indivíduos *vis-à-vis* o mercado. Mas o conceito de cidadania social também envolve estratificação social: o *status* de cidadão vai competir com a posição de classe das pessoas, e pode mesmo substituí-lo. (...) Despojar a sociedade das camadas institucionais que garantiam a reprodução social fora do contrato de trabalho significou a mercadorização das pessoas. A introdução dos direitos sociais modernos, por sua vez, implica um afrouxamento do *status* de pura mercadoria. A desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado. (...) Não há dúvida de que a desmercadorização tem sido uma questão altamente controvertida no desenvolvimento do *welfare state*. (...) A desmercadorização fortalece o trabalhador e enfraquece a autoridade absoluta do empregador. É exatamente por essa razão que os empregadores sempre se opuseram à desmercadorização.” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 101-102)

Cipolla (1995), ao explicar as teses de Oliveira, nos deixa evidente que, para este autor, o fundo público, ao desmercantilizar a força de trabalho progressivamente, opera no intuito de dissolver o antigo pressuposto da valorização, o capital variável,² modificando

² Para Marx, capital variável é: “A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável.” (MARX 2012, p. 244)

assim as próprias relações de produção, ou seja, o fundo público surge como pressuposto da valorização e, por conseguinte, como um novo elemento das relações de produção. Para esse autor, surge a possibilidade de um novo modo de organização social em que o controle do fundo público se modifique numa sociedade de gestão da riqueza pública.

“O Fundo Público não se põe para o capital privado de acordo com a lógica do valor e da concorrência. A disposição do Fundo Público para o capital privado responde à lógica dos lobbies, prioridades nacionais, pesquisa de ponta, programas especiais de produção, incentivos fiscais etc (...). O Fundo Público, portanto, substitui progressivamente a concorrência capitalista pela concorrência pela riqueza pública. Como esta última implica uma sociabilidade direta, o Fundo Público age no sentido de dissolver o mercado como lócus da sociabilidade e abre possibilidade do manejo da riqueza pública como forma de socialização do excedente.” (CIPOLLA, 1995, p. 147)

Coelho (2001), em sua obra que se intitula “Social - democracia: forma e reformas”, evidencia a importância do pensamento de Oliveira acerca do fundo público enquanto pressuposto do financiamento da acumulação capitalista, porém discorda do mesmo no que tange à relação proposta por ele entre o antivalor e a desmercantilização da força de trabalho. Coelho (2001) levanta a dúvida sobre quem, de fato, recai o financiamento do fundo público, haja vista que esse é formado por impostos cobrados pelo Estado sobre os ganhos do capital. Para a autora, tal desmercantilização como elemento estruturante do antivalor não se efetiva de fato, a mesma evidencia que o que acontece é um crescimento da exploração e da mais-valia por meios indiretos, essencialmente pelo financiamento dos fundos públicos via tributos pagos pela população de uma maneira geral, especialmente pelos trabalhadores.

Ainda nos respaldando em Oliveira (1998), podemos constatar que o valor continua sendo a práxis do sistema, porém, ele não pode apenas reportar-se a si mesmo, ou seja, ele tem que reportar-se a outros elementos como, por exemplo, ao fundo público, sem o qual ele perde a capacidade de proceder à sua própria valorização.

É o fundo público em vários formatos (como títulos públicos, ou como incentivos e subsídios) que permite agilidade ao processo de circulação do capital e em grande parte das vezes acaba cumprindo o papel de ponte invisível entre quem poupa e quem investe. Devemos salientar que ele influi de maneira direta sobre a taxa de lucro de setores inteiros, bem como em ramos especiais da reprodução no interior do setor oligopolista.

Cipolla (1995), mais uma vez ao explicar a tese de Oliveira, nos deixa evidente que o fundo público, como elemento constitutivo das relações de produção, atua no intuito de substituir a subalternidade do trabalho por uma sociabilidade que implica a legitimação do seu

interesse. Portanto, ele atua no intuito de constituir uma esfera pública como espaço de gestão do conflito social. Posto isto, o autor afirma que o fundo público opera no sentido de liberar o capital de suas determinações autovalorizáveis de duas maneiras: tanto no âmbito da reprodução da força de trabalho via gastos sociais/serviços sociais quanto no âmbito da reprodução do capital via financiamento do capital privado.

“Essa liberação potencializa a acumulação privada e ao mesmo tempo abre um leque de possibilidades tecnológicas cuja concretização para o capital requer de novo o Fundo Público, uma vez que os lucros são insuficientes para transformar essas possibilidades tecnológicas em acumulação de capital. Assim, o Fundo público, que aparece como pressuposto da acumulação privada, é repostado pela própria lógica de expansão do sistema. Portanto, segundo Oliveira, o Fundo Público é uma relação constitutiva do capitalismo moderno, fazendo parte das relações de produção.” (CIPOLLA, 1995, p. 144 – grifos do autor)

O que ocorre, de fato, na sociedade do capital é uma disputa por recursos do fundo público no que diz respeito ao orçamento da federação, ou seja, tal orçamento - denominado de orçamento público – é uma arena de luta contraditória, pois envolve as divergentes forças da sociedade que visam introduzir seus interesses e suas demandas.

A presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e nos gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo, logo, o fundo público possui um lugar central na articulação das políticas sociais e na sua relação com a reprodução do capital. De acordo com Salvador (2010a), há uma miríade de formas de gastos sociais e de financiamento, incluindo a questão da permanência e da valorização dos capitais através da dívida pública. Logo, a formação do capitalismo seria impensável sem a utilização de recursos públicos, ou seja, sem sombra de dúvidas, o fundo público é próprio do sistema capitalista, conseqüentemente, está vinculado ao apoio do Estado, já que no capitalismo contemporâneo o Estado assume funções econômicas deixando de ser apenas uma superestrutura jurídico-institucional e passando a ser também um agente relevante na produção direta de bens e serviços. Assim, na medida em que o sistema capitalista é incapaz de promover a harmonia entre os processos controlados pelo valor e os processos controlados pelo poder, o Estado se vê obrigado a intervir no âmbito econômico. O Estado então passa a controlar uma parte crescente da mais-valia e a emprega em despesas orientadas para a produção de valor de uso.

“O que torna o fundo público estrutural e insubstituível no processo de acumulação de capital, atuando nas duas pontas de sua constituição, é que sua mediação é absolutamente necessária pelo fato de que, tendo desatado o capital de suas determinações autovalorizáveis, detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma,

concretizar, as novas possibilidades de progresso técnico abertas. Isto somente se torna possível apropriando parcelas crescentes da riqueza pública em geral, ou mais especificamente os recursos públicos que tomam a forma estatal nas economias e sociedades capitalistas.” (OLIVEIRA, 1998, p. 31-32)

Pautando em Mandel (1982), podemos salientar que o fundo público atua no processo de rotação do capital, tendo em vista o processo de reprodução capitalista de uma forma geral, principalmente em épocas de crise ou marcadas por crise.

Podemos afirmar, com base em Behring (2012), que o fundo público participa de maneira direta do processo de rotação do capital, tendo em vista o processo de reprodução capitalista por inteiro; e tal fato acontece essencialmente em momentos de crise. Com isso, o fundo público é um elemento essencial, “constituindo-se em causa contrariante da queda tendencial da taxa de lucros, tendência intermitente do capitalismo e que está na origem do advento das crises.” (BEHRING, 2012, p.155)

O fundo público exerce, por outro lado, mediações na própria repartição da mais-valia pelo que é concorrido de forma política pelas diversas frações burguesas, cada vez mais dependentes desse modo de retorno mediado por um Estado, por sua vez, encarregado da função central de garantir as condições gerais de produção. Cabe enfatizar que os trabalhadores também participam desse processo retomando parte do trabalho necessário na roupagem de salários indiretos (ou seja, políticas sociais) ou no formato de bens públicos de modo geral, como já mencionado anteriormente, concorrendo sua repartição em situações divergentes, levando em conta a correlação de forças existentes no Estado e na sociedade. A rotação de capital é um movimento repetitivo que envolve produção e reprodução e que também envolve produção e circulação; tem-se que cada capital individualizado é um tipo de pedaço do ciclo global, o qual abarca o tempo de produção e o tempo de circulação. Tais tempos citados são determinados pela base material do processo produtivo e reprodutivo, logo, se é realizada uma operação demorada no âmbito da produção e da circulação, há chances de correr mais riscos exigindo base de créditos maiores, nesse ponto o Estado pode executar um papel relevante, tanto na contratação dessas operações quanto na oferta de crédito, bem como na mediação das relações complexas de crédito, e também na mediação das relações complexas de crédito e débito, financiando dessa forma a rotação do capital através do endividamento público.

É mister salientar que o capital fixo rota uma vez, enquanto que o capital variável rota diversas vezes. Com isso,

“Considerando a natureza fixa do capital na forma de meios de produção, frequentemente os capitalistas lançam mão do sistema de crédito, para amortizar o impacto dos processos de rotação que, neste caso, exigem somas substantivas de recursos e implicam maiores riscos. O sistema de crédito e o capital comercial são centrais para interferir nos processos de rotação, tendo em vista sua aceleração, seja na ponta da produção, seja na circulação, especialmente no consumo. (...) O capitalismo contemporâneo literalmente se assenta sobre um mar de dívidas públicas.” (BEHRING, 2012, p.161)

Como já mencionado acima, sabemos que existe uma parte do capital em rotação que se encontra no processo de produção e outra parte no processo de circulação e, também, temos clareza que uma acaba sendo a condição para a existência da outra. Frente ao que já foi exposto, devemos reforçar que o crédito se desenvolve, portanto, como uma figura medular, ao mesmo tempo em que é sustentado pelo processo de rotação, ou seja, o crédito acaba sendo base, fundamento e subsidia continuamente o processo inteiro de rotação. E não podemos esquecer que, muitas vezes, esses mecanismos de crédito encontram-se representados pelo fundo público, ou no formato do fundo público.

“O interessante é perceber como o sistema no seu conjunto é muito sensível a abalos sísmicos cíclicos, não como processos naturais – é fundamental dizer – mas como processos econômicos e históricos que envolvem a base material e a ação dos sujeitos políticos e sociais.” (BEHRING, 2012, p. 163)

Devemos ter clareza que o crédito é um elemento crucial para compreendermos o processo de rotação do capital. Tal importância se dá pelo fato de que o crédito se constitui, de acordo com Behring (2012), em capital adicional a ser estimulado para a administração da escala da produção, para adiantamento do capital variável, para renovação do capital constante, e uma série de outros métodos da reprodução ampliada do capital. Porém, não podemos deixar de frisar que o crédito também se constitui em tesouro, o qual pode ser apresentado no formato de papéis e títulos individuais ou dos Estados, valorizando-se ao redor da produção futura. É essencial destacarmos que este é o aporte de processos especulativos, que permite uma aparente autonomia à esfera da circulação de dinheiro da esfera da circulação de capital.

No que tange à produção de mais-valia, faz-se notório enfatizar que esta só acontece na esfera da produção. Já o capital monetário latente, como nos aponta Behring (2012), para utilização posterior, consiste em: ações, títulos públicos e depósitos em bancos. Logo, não há acumulação nas formas mencionadas acima, o que existe é um entesouramento e mecanismos de transição e apreensão de mais-valia.

Para o capital, de uma forma geral, quanto mais rápido for o tempo de rotação, é melhor para esse efetuar sua perenidade; todavia, para que esse “encurtamento de tempo seja possível”, se faz necessário aumentar a produtividade por meio do trabalho, avançar no progresso das comunicações, garantir o lugar estrutural do fundo público como base à rotação mais ágil, em momento de crescimento dos riscos dos investimentos, pelos efeitos da compressão espaço-tempo gerada pela incessante busca da redução do tempo de capital, como bem nos salienta Harvey (1993).

O que fica evidente, até o momento, é que as complexas e inevitáveis possibilidades de abalos na rotação do capital passam a exigir cada vez mais a intervenção do Estado, através do fundo público em diversas formas, e uma dessas formas que merece destaque é a própria política social, pois, mesmo sabendo que não podemos superestimar a função dos trabalhadores como consumidores no processo de rotação, sabemos, também, que o sistema capitalista não se baseia pelas necessidades, mas, sim, pelas mudanças/transformações.

No intuito de fechar o item 1.2, gostaríamos de frisar que, ao nos alicerçarmos em Souza Filho (2016), temos clareza, que a questão crucial abordada por Oliveira (1998) em sua obra é que

“o fundo público, enquanto constituído da fração que ele denomina de antivalor, amplia as contradições do sistema na medida em que, por um lado, comporta-se como um anticapital na sua relação com o capital, no sentido que destrói o caráter auto-reflexivo do valor. Ou seja, o valor tem que se reportar ao fundo público para viabilizar sua valorização devido à contradição existente entre o fundo público que não é valor e sua função de sustentação do capital. Por outro lado, a fração do antivalor destinada à reprodução da força de trabalho pode impactar a base social da exploração, restringindo-a.” (SOUZA FILHO, 2016, p. 335-336).

Tal processo não retira a validade da lei do valor nem sua capacidade central, simplesmente traz uma dimensão inédita da contradição do modo de produção capitalista, o qual ocorre paralelamente ao crescimento do fundo público.

Nessa direção, a alegação do recente pressuposto (antivalor) nos parece verídico, visto que realmente é um recurso que não age de maneira direta no ciclo de produção de valor, porém, perpassa pela mediação de caráter político do fundo público que configura de uma nova maneira a repartição do valor, bem como a distribuição da renda nacional. Tal mediação de cunho político viabiliza a produção de antimercedorias sociais e, com isso, pode permitir (teoricamente falando) o estreitamento da base social da exploração.

Com base em todos os aspectos que foram expostos ao longo do texto e nos autores utilizados, podemos enfatizar que o fundo público, no contexto do capitalismo de uma forma

geral, é fundamental para viabilizar a acumulação. O mesmo merece destaque quando o assunto gira em torno da manutenção do capitalismo na esfera econômica e na manutenção do contrato social, aumentando o mercado de consumo e também comparecendo como financiador de políticas anticíclicas nos momentos de refração da atividade econômica.

Com isso, podemos concluir o item 1.2 afirmando que a disputa por recursos do fundo público, no que diz respeito ao orçamento estatal de uma forma geral, não é um fato inédito, ela sempre ocorreu e, no contexto do capitalismo contemporâneo como veremos no próximo item (1.3), tal disputa se torna ainda mais acirrada. Dessa forma, devemos enfatizar que orçamento público sempre foi e continua sendo uma arena de luta política, na qual as antagonicas forças da sociedade visam injetar seus interesses.

1.3 Fundo público no contexto do capitalismo contemporâneo

Num primeiro momento, devemos destacar que não podemos falar de fundo público no contexto do capitalismo contemporâneo sem perpassarmos por temas como a crise ocorrida nos anos 2008/2009, bem como a dívida pública, a qual acaba sendo exponenciada nesse contexto.

Chesnais (2008) nos deixa claro que a crise que explodiu no ano de 2008 acabou sendo consequência das ações implementadas nos últimos trinta anos pelos governos neoliberais. Podemos traduzir tais ações em três processos, quais sejam: uma intensa política de desregulamentação dos mercados, do comércio em esfera mundial e também do mercado financeiro; o fortalecimento do capital fictício e dos sistemas de crédito no intuito de aumentar uma demanda não suficiente no seio do sistema capitalista (ou seja, EUA); e, por fim, a reincorporação pelo sistema capitalista mundial das antigas Repúblicas da União Soviética e da China.

De acordo com Boschetti (2012, p. 35), devemos frisar que a crise que ocorre em 2008, “como uma bolha de especulação imobiliária nos Estados Unidos”, pode ser denominada de crise bancária, financeira ou até mesmo de *subprimes*. Tal crise consiste em mais uma crise do capital, bem como do desenvolvimento capitalista em sua incessante busca por superlucros. Com isso, ao pautarmos na tradição marxista, temos clareza que a crise

“não é uma disfunção ou um problema de regulação, mas é parte constitutiva do movimento contraditório do capital. Nenhum automatismo do mercado leva à situação de equilíbrio, como insistem os liberais mais aguerridos numa atitude nitidamente ideológica; e mesmo a regulação keynesiana tem grandes limites de

estabelecer controles no capitalismo maduro, incontrolável, como nos diz Mészáros (2002).” (BEHRING, 2010, p.27)

Como nos ressalta Behring (2010), devemos elencar que o aporte material mais intenso da crise, encontra-se na

“defasagem crescente entre um restrito poder de consumo, centrado no consumo de luxo fortemente destrutivo, frente a uma expansão crescente da produção, o que foi alimentado em um ambiente competitivo acirrado para incrementar as taxas de exploração. Falamos aqui da ofensiva sobre a força de trabalho, baixando o salário (...) desempregando massivamente e reconstituindo a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. Trata-se da redução de custos, o que tem impactos sobre o emprego, o salário e o consumo.” (BEHRING, 2010, p. 30)

Ao pautarmos em Chesnais (2011), nos fica evidente que a crise atual – que nosso país vem vivenciando – se dá em virtude de um exaurimento de um “modelo de crescimento” no qual a produção e a comercialização dos bens e serviços foram assegurados devido a um crescente endividamento das famílias e também das empresas. Como corrobora Boschetti (2012, p. 35),

“Esse modelo levou diversos países a acumular dívidas públicas que o autor considera como “ilegítimas” devido à sua natureza econômica, cujas exigências para pagamento dos juros e reembolso dificultam as finanças públicas e conduzem os países a acumular uma dívida elevada, que os submete ao jugo do mercado, e “odiosa” em função dos processos decisórios antidemocráticos para a sua contratação. Para o autor, a “ilegitimidade” encontra sua origem em três mecanismos: as despesas elevadas possuem o caráter de presentes fiscais para o capital; baixo nível de impostos diretos (imposto de renda, sobre o capital e sobre o lucro das empresas) acrescido de um fraco caráter progressivo; evasão fiscal importante.”

Após perpassarmos brevemente sobre a crise que marcou o cenário dos anos 2008/2009, podemos falar sobre o fundo público e sobre qual é o seu papel dentro do capitalismo contemporâneo. Não podemos deixar de mencionar, que este contexto, para Behring (2008), é marcado pela mundialização, pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo. A autora afirma que tal momento na história da humanidade pode ser definido como um momento de “sono da razão”, devido à fantasia do consumo que permeia a ideia de um mercado acessível a todos (sabemos que tal fato não é verídico, haja vista que temos um mercado que exclui, seleciona, segrega etc) como única forma de realizar a felicidade plenamente.

Faz-se notório salientarmos que o fundo público no capitalismo contemporâneo, de acordo com Behring (2010), assume tarefas e proporções cada vez maiores, tal fato se dá

exatamente na fase madura e destrutiva, com o predomínio forte do neoliberalismo e da financeirização. Segundo a autora, tal fato é diferente do ocorrido nos tempos de Marx, em que o fundo público não possuía o mesmo peso quantitativo, ou seja, o Estado não tirava e transferia parcela tão significativa da mais-valia socialmente produzida e também não se apropriava do trabalho necessário³ como vem realizando atualmente através dos tributos, principalmente no capitalismo periférico. Cabe frisar ainda que: “O fundo público não possuía também nos tempos de Marx o papel qualitativo que passa a ter no capitalismo monopolista e imperialista, sobretudo com o Keynesianismo após a segunda Guerra Mundial” (BEHRING, 2010, p. 14).

Temos que a política real dentro desse contexto (contexto do capitalismo contemporâneo) é uma política que tem como finalidade o redirecionamento do fundo público como um pressuposto geral das condições de produção e reprodução do capital, reduzindo, portanto, sua destinação e intervenção no que tange às demandas do trabalho, mesmo que isso atinja de forma direta a perda de direitos, o aumento da criminalização e da pobreza, a banalização do humano, entre outros fatores. Com isso, percebemos que, para se recuperar a rentabilidade do capital, tendo como propósito atingir altos níveis de extração de mais-valia, precisa-se intervir de maneira direta e negativa na redução dos custos do trabalho.

Sabemos que o fundo público – no que diz respeito as receitas - se constrói a partir de diversas formas de contribuição, das taxas e dos impostos, da mais-valia produzida socialmente (que se transformou em juro, lucro ou renda da terra) e também do trabalho necessário – imposto sobre a renda e impostos indiretos incididos sobre o consumo –, ou seja, ele e é apropriado pelo Estado para que este realize diversas funções. Portanto, como já mencionado ao longo do item anterior (1.2), o fundo público – no que tange ao movimento das despesas - age tanto na reprodução do capital (retornando, portanto, para seus segmentos principalmente nos momentos de crise) quanto na reprodução do trabalho (com realização de gastos sociais e serviços sociais que se materializam nas políticas sociais). Dessa forma:

“(...) o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes, onde a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua

³ “Na parte do dia de trabalho a qual gera o valor diário da força de trabalho, (...) o trabalhador só cria o equivalente ao valor dela já pago pelo capitalista, apenas substitui o valor desembolsado do capital variável pelo novo valor criado, e essa criação de valor é mera reprodução. Chamo de tempo de trabalho necessário a essa parte do dia de trabalho na qual sucede essa reprodução; e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo.” (MARX, 2012, p. 253)

reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública, um elemento central na política econômica e de alocação do orçamento público (...).” (BEHRING, 2008, p. 52-53)

Um dos impactos sobre o fundo público, nesse contexto marcado pela combinação explosiva da superacumulação e da superprodução, se dá no socorro que este presta às instituições financeiras, no intuito de recuperarem a confiança dos mercados, “adquirindo títulos depreciados, para revalorizá-los e revendê-los; imprimindo dinheiro – inclusive tornando a inflação um mal menor (...).” (BEHRING, 2010, p. 30).

Como nos demonstra Behring (2010, p. 31-32), os impactos da crise do capital sobre o fundo público, se manifestam de dois modos:

Primeiramente, na sua constituição, inserindo reformas tributárias de cunho regressivo, à medida que o fundo público tona-se crucial numa perspectiva anticíclica, ou seja, de contenção da crise, e inserindo, também, medidas de renúncia fiscal para o empresariado, no intuito de “proteger o emprego”;

E, em segundo lugar, adquirindo ativos das empresas “adoecidas”, sob a mesma justificativa de proteção do emprego, apropriando-se de recursos de reprodução do trabalho para alicerçar essa movimentação, interferindo de maneira direta nos processos de rotação do capital, no intuito de viabilizar a sua valorização de modo mais rápido através de parcerias público-privadas, contratos e compras estatais, via fornecimento de crédito, entre outros.

Devemos ter clareza de que um dos “antídotos”⁴ utilizados pelos governos no combate à crise é o controle da dívida pública através do fundo público, ou seja, os recursos públicos direcionados para a liquidação dos juros da dívida retiram do Estado brasileiro a possibilidade de investir em políticas públicas, expandindo, dessa forma, sua cobertura. Ao pautarmos em Boschetti (2010, p. 75), podemos afirmar que

“Mesmo antes da irrupção da crise, o pagamento dos encargos e juros da dívida pública já provocava uma sangria no orçamento que deveria ser investido nas políticas sociais. Tal medida macroeconômica só é possível devido a outro antídoto governamental contra a crise: a geração de elevado superávit, estabelecido em acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional. O governo brasileiro vem gerando superávits primários em percentuais do PIB acima dos estabelecidos nos próprios acordos, com base em recursos extraídos do orçamento da seguridade social, por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU).”

⁴ Conceito utilizado por Boschetti (2010, p.74-75).

Frente ao exposto, podemos afirmar que os dois antídotos utilizados pelo governo brasileiro no combate à crise de 2008, alargaram (e continuam alargando) a distância existente entre o mundo dos ricos e o mundo dos pobres, agravando dessa forma ainda mais a concentração de riqueza e renda, pois, ao garantir e expandir a taxa de lucro do setor financeiro, essas ações realizadas pelo governo geram cortes/reduções nos recursos que deveriam ser destinados às políticas sociais.

Devemos ter clareza que o fundo público no cenário do capitalismo contemporâneo exerce uma função importante na articulação das políticas sociais e na sua relação com a reprodução do capital.

“Existe uma miríade de formas de gastos sociais e de financiamento, incluindo a questão da manutenção e da valorização dos capitais pela via da dívida pública. A formação do capitalismo seria impensável sem a utilização de recursos públicos.” (SALVADOR, 2010b, p. 35)

É essencial sinalizarmos como o fundo público convertido num formato de política social compõe atualmente o processo ampliado de reprodução social. Devemos ressaltar que o fundo público sempre teve e continua tendo, nos dias atuais, uma função fundamental na rotação do capital e na gestão das crises. No âmbito da rotação, o fundo público age nos procedimentos de incremento da transformação da mercadoria em dinheiro.

“O fundo público faz isso por meio das compras do Estado, dos salários dos seus trabalhadores, especialmente quando este desenvolve crescentes atividades, no contexto monopolista e fordista-keynesiano, bem como atualmente ainda que com prioridades diferentes dos anos de forte crescimento. Isso inclui a política social, com destaque para os programas de transferência de renda e aposentadorias, que atuam na ponta do consumo, mas também nas compras do Estado, bastando citar a saúde ou a construção de moradias populares.” (BEHRING, 2012, p. 176)

Ainda no que diz respeito à política social (como aplicação do fundo público), podemos dizer que ela participa de incremento da rotação do capital e, logo, do circuito do valor. É através da política social que o Estado efetiva compras, adquire força de trabalho e as remunera, transfere renda, e até adquire dívidas em seu nome. É válido mencionar, também, que a política social repassa recursos para os bancos para gestão dos programas de transferência de renda.

Como corrobora Behring (2012), é mister salientarmos a natureza contraditória da política social, haja vista que, ao mesmo tempo em que ela possibilita acesso aos direitos conquistados pelos trabalhadores e suas lutas, ela também está sendo direcionada para a ideia

do consumo e do produtivismo, ou seja, lógica do mercado, ao invés de estar voltada para atender gratuitamente e universalmente os cidadãos.

“A política social, deslocada do Keynesianismo e da inspiração beveridgeana, vem sendo refuncionalizada e tensionada pela supercapitalização, termo de Mandel (1982) que busca caracterizar o espriar do capital para zonas antes não mercantis. Trata-se de uma decorrência da supercapitalização, do excesso de liquidez de capitais que passam a buscar nichos de valorização industrializando determinados setores, a exemplo da saúde, da educação, da previdência social e outros.” (BEHRING, 2012, p. 178)

O fundo público participa do sistema nacional de crédito no intuito de injetar em momentos de crise dinheiro no sistema, administrando os riscos. É interessante abordarmos, também, o importante papel do Estado no circuito da produção, tomando para si ramos conexos os quais a indústria de armamentos representa bem, devido às grandes quantias de orçamentos investidos em defesa interna e externa. O Estado também, através da dívida pública, repassa significativa parte da riqueza socialmente produzida para o famoso “capital portador de juros”, o qual é o grande protagonista do contexto contemporâneo, marcado pela financeirização e mundialização do capital.

“A crise recente tratou de mostrar as reservas dos estados e sua disponibilidade para salvar as instituições bancárias e algumas empresas. No entanto, a crise continua agora na forma do endividamento dos Estados, que lançam planos de austeridade e de punção fiscal sobre os trabalhadores para se sustentarem, com um custo social altíssimo, a exemplo da situação social grega e espanhola, como expressões mais graves desse processo.” (BEHRING, 2012, p. 177)

Cabe ressaltar que, em momentos de crise econômica, a qual, na maioria das vezes, produz fortes impactos no que tange à vida de centenas de trabalhadores através dos altos índices de desemprego, da drástica restrição de direitos, entre tantos outros aspectos, o fundo público entra em cena com o papel de protagonista com objetivo de socorrer o grande capital, socorrendo principalmente as instituições financeiras.

“A característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos (...). O fundo público no Brasil atuou no âmbito das políticas monetárias no sentido de liberar recursos para as instituições financeiras, sem quaisquer contrapartidas no sentido de manutenção ou ampliação de postos de trabalhos e dos direitos sociais.” (SALVADOR, 2010b, p. 54-55)

Como nos demonstra Salvador (2010b), devemos sempre ter clareza de que, com a financeirização da riqueza, os mercados denominados de mercados financeiros passam cada vez mais a concorrer recursos do fundo público pressionando por transferência de grandes quantidades de recursos para a esfera financeira, bem como a destinação de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública. Ainda neste contexto, faz-se notório destacarmos que se encontram pródigos incentivos fiscais e isenção de tributos para o mercado financeiro à custa do fundo público e com intensas interferências sobre o orçamento das políticas sociais.

“Enquanto a especulação financeira e a política governamental de socorro aos bancos geram grandes transferências de recursos do fundo público ao sistema bancário, a classe trabalhadora arca com os custos da economia de cassino imposta pelo capital portador de juros. Prevalece a já clássica análise de Celso Furtado, de que no Brasil o que ocorre é a privatização dos ganhos e a socialização das perdas. As medidas governamentais para amenização dos efeitos da crise se sustentam em uma política de intervenção estatal na economia, com a perspectiva de regular a oferta e a demanda e assegurar a reprodução do capital.” (BOSCHETTI, 2010, p. 79-80)

Frente a tudo que foi exposto no item 1.3, o que podemos tirar como breve conclusão no contexto do capitalismo contemporâneo é que o fundo público possui um papel central no circuito do valor, criando possibilidades à queda da taxa de lucro bem como atuando sistematicamente na reprodução ampliada do capital.

Ou seja, o fundo público como nos coloca Oliveira (1998), visa explicar a constituição de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo na mesma unidade a forma valor e o antivalor, onde a primeira (o valor) visa o lucro e a mais-valia e a segunda (o antivalor), mesmo não sendo capital, mas ao unir-se ao capital, alicerça o processo de valorização do valor.

Como já mencionado em outro momento, o fundo público é composto por duas cargas antagônicas denominadas de valor e antivalor, onde, o antivalor como nos coloca Oliveira (1998), refere-se a parte do fundo público que por não ser capital, - pois não se encaixa no processo realizando compra de mercadorias, meios de produção e força de trabalho para gerar mais valia -, produz uma contradição na dinâmica de produção e reprodução das relações sociais. Como demonstrado pelo autor, o antivalor cria antimercomodias sociais as quais são expressas através dos bens e serviços sociais indexados aos salários diretos e não possuem como finalidade a geração de lucro nem de mais-valia.

Devemos ter claro a relação dialética existente entre a dinâmica da acumulação capitalista e as políticas sociais através da mediação do fundo público, haja vista, que a formação do fundo público como um mix de recursos, faz com que este permita de maneira direta a produção de valor e de maneira indireta (via realização do salário indireto) a produção de antivalor.

Como nos demonstra Oliveira (1998), a expansão do antivalor voltada ao salário indireto pode vir a gerar a queda da taxa de lucro, para Souza Filho (2016), tal implicação se encontra no fato de que a queda não estaria pautada na expansão da composição orgânica, porém, se encontra no aumento do valor da força de trabalho em relação à mais-valia produzida.

Mesmo tendo clareza que o valor continua sendo a categoria central e a práxis do sistema, também temos claro ao nos respaldar em Oliveira (1998), que o valor tem que reportar-se ao fundo público para permitir sua valorização à contradição existente entre o fundo público que não é valor e sua função de sustentação do capital. Faz notório frisarmos, que o fundo constituído da fração denominada de antivalor, direcionado à reprodução da força de trabalho pode impactar a base social da exploração impondo limites.

Diante do exposto, podemos fechar esse item 1.3, afirmando que esse processo do valor e do antivalor no contexto contemporâneo, não retira a vigência da lei do valor, muito menos elimina o seu papel central na práxis do sistema capitalista, apenas, nos deixa evidente, um novo formato da contradição do modo de produção capitalista, o qual passa a acontecer na medida em que o fundo público se expande. Por outro lado, o cenário contemporâneo nos mostra que a possibilidade de o antivalor se expandir no campo do salário indireto tem se restringido significativamente, reduzindo, assim, drasticamente qualquer probabilidade de ocorrer a queda da taxa de lucro pela ampliação do salário total (salário direto + salário indireto).

CAPÍTULO 2 NEODESENVOLVIMENTISMO OU MODELO LIBERAL PERIFÉRICO? BREVE PANORAMA ACERCA DO MODELO ECONÔMICO BRASILEIRO

O objetivo central deste capítulo refere-se ao debate realizado por diversos autores acerca do modelo de desenvolvimento implementado pelo Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo de 13 anos de poder. Faz-se notório salientarmos que tais autores buscam demonstrar, ao caminhar de suas análises, se as melhorias no campo social estão atreladas, de fato, a uma transformação estrutural do modelo social e econômico de nosso país ou são apenas melhorias decorrentes da conjuntura mundial favorável de crescimento econômico que, como consequência, pode ter beneficiado de alguma maneira a economia do nosso país com impacto na redução da pobreza.

2.1 Novo modelo desenvolvimentista ou neodesenvolvimentismo

Antes de darmos início ao debate da concepção neodesenvolvimentista, gostaríamos de salientar que tal corrente possui um amplo conjunto de pensadores, fazendo com que a discussão em torno do novo modelo de desenvolvimento seja muito mais abrangente do que a que vamos realizar neste item. Desse modo, o leitor, ao longo do ponto 2.1⁵, irá perceber que vamos fazer o uso de apenas três pensadores bem como de um documento elaborado pelo Partido dos Trabalhadores, juntamente com o Instituto Lula e a Fundação Perseu Abramos em comemoração aos dez anos de PT. Devemos destacar, que tais pensadores são: Oliva (2010) formulador e político que assumiu diversas funções estratégicas no governo do Partido dos Trabalhadores, Pochmann (2010) economista e político brasileiro e Sader (2011) sociólogo e cientista político brasileiro.

Oliva (2010), acredita que o campo social, ao longo do decênio iniciado pelo governo PT com o ex-presidente Lula, passou a ser um dos alicerces fundamentais do novo processo de desenvolvimento brasileiro. O economista mencionado afirma que o social enquanto eixo estruturante do novo desenvolvimentismo demonstra uma intensa ruptura com as políticas que caracterizavam o período marcado pelo neoliberalismo tanto no Brasil, como na América Latina, bem como caracterizam uma importante tentativa de ruptura com o padrão histórico

⁵ Portanto, para que se tenha um maior aprofundamento das vertentes que perpassam o pensamento neodesenvolvimentista, sugerimos consultar Castelo (2010) e Castelo (2012).

de desenvolvimento do Brasil, o qual sempre esteve marcado pela exclusão social, pela concentração de renda e pela desigualdade social.

Para o economista mencionado,

“À sólida estabilidade econômica e ao social como eixo estruturante do desenvolvimento agregam-se outras características marcantes. Entre elas, destacamos a consolidação da democracia e de suas instituições republicanas; a nova e dinâmica inserção internacional e o grande aumento do protagonismo mundial do Brasil; a crescente incorporação da sustentabilidade ambiental como vetor de desenvolvimento e os esforços dirigidos à construção de uma sociedade do conhecimento que produza massa crítica de inovações, incorpore valor ao processo produtivo e gere educação de qualidade para todos.” (OLIVA, 2010, p. 26)

Para o ex Ministro-Chefe da Casa Civil, as características abordadas na citação acima deixam evidente a diferença histórica existente em nosso país entre o novo desenvolvimentismo, o neoliberalismo e o antigo nacional-desenvolvimentismo.

De acordo com Oliva (2010), com a entrada de Lula na presidência, começou-se a gerar no Brasil o que pode ser denominado de Novo Desenvolvimentismo, projeto esse focado em primeira instância na inclusão social, na distribuição de renda e no combate à pobreza, trazendo, assim, para a história do Brasil um novo formato, um novo molde.

Como coloca o economista, o documento denominado “Um Outro Brasil é Possível”⁶, fruto de um estudo elaborado por ele juntamente com outros economistas do PT, traz uma síntese do que viria a ser o programa do governo Lula.

“O aspecto central do padrão de desenvolvimento proposto no documento consistia na elevação do social à condição de eixo estruturante do crescimento econômico, por meio da constituição de um amplo mercado de consumo de massa, com políticas de renda e inclusão social. Esse fortalecimento do consumo popular e do mercado interno geraria uma nova dinâmica para o crescimento acelerado, bem como escala e produtividade para a disputa do comércio globalizado, impulsionando as exportações e consolidando a trajetória de crescimento acelerado e sustentado.” (OLIVA, 2010, p. 2-3)

Para Oliva (2010), o programa de governo do Lula visava articular três eixos: o social, o democrático e o nacional. O autor destaca que tal programa encontrava-se direcionado para a promoção da inserção internacional soberana de nosso país e para o rompimento com as políticas de cunho neoliberal, as quais já vinham demonstrando um intenso desgaste em todo

⁶ O documento “Um outro Brasil é Possível” sintetizava as propostas do partido para o governo Lula e para a superação dos estrangulamentos postos ao desenvolvimento pelo projeto neoliberal. O texto básico foi elaborado por Aloizio Mercadante, Bernard Appy, Gerson Gomes, Guido Mantega, José Graziano da Silva, Marco Aurélio Garcia, Maria da Conceição Tavares, Paulo Singer e Ricardo Carneiro.

o continente latino americano. Oliva (2010) afirma que tal ruptura com as políticas neoliberais envolvia transformações estruturais do país, ou seja,

“Uma parte dessas mudanças visava desmontar as armadilhas deixadas pela agenda neoliberal. Outra parte das mudanças estruturais visava constituir um novo padrão de desenvolvimento, tornando, como já dissemos, o social o eixo estruturante do crescimento econômico. Ademais, o programa propunha a articulação de três níveis de políticas públicas: a sustentabilidade ambiental; a regionalização das políticas de governo, com vistas a superar as desigualdades e reconstituir em novas bases o pacto federativo; e, sobretudo, a inclusão social, com a garantia dos direitos humanos e a promoção da solidariedade e da cidadania.” (OLIVA, 2010, p. 3)

Do ponto de vista de Oliva (2010), o programa de governo do Lula assumia a responsabilidade de impulsionar a formação de um amplo mercado de consumo de massa, que realizasse a inserção de diversos brasileiros, universalizasse as políticas sociais consideradas essenciais e resolvesse a questão histórica da concentração de renda e riqueza de nosso país. Todavia, como enfatiza o próprio economista,

“a grave fragilidade macroeconômica do país, agravada pela estratégia do medo impulsionada pela candidatura da continuidade do governo FHC e as incertezas geradas pela eventual vitória de um candidato de perfil popular como Lula impulsionaram um poderoso ataque especulativo financeiro contra o Real, crescente ao longo de toda campanha eleitoral de 2002. A fuga de capitais aumentava diariamente, o câmbio se desvalorizava de forma acelerada, praticamente não tínhamos mais reservas cambiais e a pressão inflacionária ameaçava o que restava da precária estabilidade econômica. Foi nesse ambiente e no calor da campanha que lançamos a “Carta ao Povo Brasileiro”.” (OLIVA, 2010, p. 3)

A “Carta ao Povo Brasileiro”, de acordo com Oliva (2010), abdicava de modo público à estratégia de ruptura – a qual havia sido colocada pelo governo do PT antes dele ganhar as eleições – e assumia o compromisso, com uma passagem progressiva e pactuada, para um novo projeto de desenvolvimento.

“O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o regime de metas inflacionárias, o câmbio flutuante, o superávit primário e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo.” (OLIVA, 2010, p. 3-4)

Para o autor mencionado acima, a escolha por uma passagem progressiva foi certa e essencial para garantir a governabilidade democrática, administrar de modo político a situação de minoria no parlamento com ênfase no Senado Federal e unir forças para avançar rumo ao novo modelo de desenvolvimento. Na visão de Oliva (2010), Lula deixava evidente na “Carta ao Povo Brasileiro” que o “equilíbrio fiscal não seria um fim, mas, apenas um meio”. O

economista também acredita que só a expansão, só o crescimento, seria capaz de levar o Brasil a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro.

Segundo Oliva (2010), é notório salientar que “A Carta ao Povo Brasileiro”, após colocar em tom de afirmação que a estabilidade bem como o controle da inflação e das contas públicas eram um patrimônio de todos os brasileiros e não um bem exclusivo das forças políticas que governaram o Brasil naquele momento, também colocou que havia outro caminho, ou seja,

“É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social”

(LULA, 2002, p. 5 apud OLIVA, 2010, p. 4)

Oliva (2010) afirma que, ao longo do governo Lula, diversos seguimentos acreditavam que a “Carta ao Povo Brasileiro” era uma mudança de estratégia, ou melhor, uma guinada de caráter conservador em relação às diretrizes estabelecidas no documento “Um Outro Brasil é Possível”. Para o economista, muitos acreditavam e continuam acreditando que o governo de Lula simplesmente copiou/deu continuidade à política econômica do governo FHC.

“Na realidade, a Carta constituiu-se em uma necessária revisão tática do tempo e dos meios para atingir o objetivo estratégico de concretizar o crescimento econômico sustentado com a formação de um amplo mercado de consumo de massa. As realizações ao longo do governo Lula, especialmente no seu segundo mandato, comprovam, como demonstraremos nesta tese, que o governo Lula implantou um novo padrão econômico e social no Brasil, muito distinto do anterior, pautado pela agenda neoliberal.” (OLIVA, 2010, p. 4)

No que tange à campanha presidencial de Lula no ano 2002, Oliva (2010) afirma que tal campanha reuniu as principais forças políticas que resistiram ao neoliberalismo e à interrupção da construção do Brasil. Para o autor, foi nesse novo momento de junção das forças contrárias ao projeto neoliberal que se consolidou o compromisso com a retomada de um novo modelo de desenvolvimento em nosso país, ou seja, um novo desenvolvimentismo.

Oliva (2010), em sua tese de doutorado intitulada “As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)” reitera que, com a entrada de Lula no poder, inicia-se no Brasil um novo modelo de desenvolvimento, o qual se diferencia não apenas do neoliberalismo como também do antigo nacional-desenvolvimentismo. Para o economista, a partir do governo PT representado pelo ex-presidente Lula, começa-se a gerar, de fato, no Brasil, o que pode ser chamado de “Novo

Desenvolvimentismo”, pautado num primeiro momento em temas como inclusão social, distribuição de renda e combate à pobreza.

“Ao usar o conceito de “Novo Desenvolvimentismo” para entender o recente período de desenvolvimento brasileiro, estamos, é claro, estabelecendo um diálogo com a rica experiência teórica dos desenvolvimentistas clássicos, especialmente com Celso Furtado e suas já referidas reflexões sobre a “construção interrompida” do Brasil e o desafio de retomá-la, sem, contudo, procurar aprofundar o debate teórico já existente sobre o tema.” (OLIVA, 2010, p. 9)

Para Oliva (2010), o novo desenvolvimentismo que começou a ser instaurado no Brasil não possui sua gênese em um amplo esforço teórico de reflexão sobre o desenvolvimento do Brasil e nem em um planejamento estratégico prévio, mas, sim, na prática de um governo considerado popular, o qual visou a reverter os prejuízos causados ao Brasil pelo projeto neoliberal.

Diante disso, Oliva (2010) crê que o novo desenvolvimentismo em nosso país é uma coletiva construção histórica, a qual está sendo paulatinamente desenhada por inéditas forças políticas, novos contextos externos e internos e demandas sociais seculares; um complexo processo em desenvolvimento que possui, também, uma diferente marca pessoal advinda da liderança do Lula enquanto presidente.

No desenrolar de sua tese, Oliva (2010) exprime os desafios e empecilhos que o novo desenvolvimentismo terá de enfrentar no Brasil para conseguir sustentabilidade de longo prazo. Do ponto de vista do autor, os desafios que merecem destaque são: a sustentabilidade ambiental e a construção da sociedade do conhecimento, ambos os desafios inéditos do século XXI e indispensáveis à formação “de uma economia verde e criativa e à consolidação do Novo Desenvolvimentismo no Brasil.” (OLIVA, 2010, p. 16).

“Com efeito, sem o devido enfrentamento desses desafios, indispensáveis para moldar o futuro do Brasil e de todo o mundo, o que chamamos de Novo Desenvolvimentismo brasileiro não será, de fato, novo. A superação desses novos desafios permitiria ao país dar um grande salto de qualidade no seu processo de desenvolvimento, aumentando enormemente a competitividade da nossa indústria e acelerando os processos de distribuição de renda. Afinal, o Novo não se define apenas pela ruptura com o passado, ele se define e se afirma fundamentalmente na construção do futuro.” (OLIVA, 2010, p. 16)

Oliva (2010) reforça em sua obra mais de uma vez que o Brasil, no decorrer do governo Lula, iniciou a construção de um novo projeto de desenvolvimentos distinto substancialmente tanto do neoliberalismo quanto do antigo nacional-desenvolvimentismo, e,

por mais que se trate de um processo recente, devido a positivos indicadores, o autor acredita que já é possível afirmar a existência do neodesenvolvimentismo no Brasil.

No modo de enxergar do autor, logo no primeiro ano de governo Lula, já era possível observar a ruptura desse governo com a agenda neoliberal herdada dos anos 90.

“(...) no governo Lula, o crescimento econômico é acompanhado por um substantivo, consciente, sistemático e bem-sucedido esforço de distribuição de renda, incorporação dos excluídos ao mercado de consumo e ampliação das oportunidades para os segmentos mais pobres da sociedade. Na realidade, foi esse grande esforço que deu forma, substância e consistência ao crescimento econômico recente. Como veremos mais tarde, o enfrentamento exitoso da pior crise econômica mundial, desde 1929, teria sido impossível sem tal processo massivo de distribuição de renda e combate à pobreza.” (OLIVA, 2010, p. 20)

Desse modo, o autor constata que o social passou a formar um dos eixos estruturantes do novo desenvolvimentismo em nosso país.

“Na realidade, o social foi o principal eixo estruturante do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, em seu primeiro momento. Tal característica representa, obviamente, como já afirmamos, uma profunda ruptura com as políticas do período em que predominava a hegemonia do paradigma neoliberal no Brasil e na América Latina. Mas não apenas isso. Ela representa também o início de uma ruptura com o padrão de acumulação histórico do país, caracterizado pela concentração e pela exclusão.” (OLIVA, 2010, p. 20)

O autor também coloca o seu ponto de vista quanto à diferença existente entre o nacional-desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo. Para ele, o primeiro nunca conseguiu, de fato, enfrentar o intenso e recorrente problema da inflação, da instabilidade macroeconômica geral e dos endividamentos externo e interno.

“A obtenção de uma sólida estabilidade macroeconômica, para além do mero controle da inflação, com a superação da vulnerabilidade externa da economia e o correto equacionamento das dívidas externa e interna, foi outro avanço do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, o qual contribui para fundamentar a sistematicidade dos atuais processos de distribuição de renda e de inclusão social.” (OLIVA, 2010, p. 21)

É fundamental salientarmos que, para Oliva (2010), o governo Lula avançou na consolidação de um projeto cujos principais propósitos são parecidos/próximos aos da socialdemocracia europeia, a qual tem como característica – em sua “Era de Ouro” – a combinação entre fatores como expansão econômica com eliminação da pobreza e distribuição de renda, aumento das oportunidades e efetivação dos direitos sociais e econômicos de todos os cidadãos. Porém, o autor não deixa de mencionar que existem

diferenças fundamentais entre o novo desenvolvimentismo brasileiro e o projeto da socialdemocracia europeia. O economista afirma ter clareza de que nosso contexto histórico é extremamente distinto, haja vista o caráter tardio do nosso capitalismo, bem como a forte concentração de patrimônio e renda existente no Brasil,

“a grande informalidade do mercado de trabalho, os novos paradigmas tecnológicos que permitem forte aumento da produtividade com baixa geração de empregos, as pressões sobre a seguridade social causada pelo progressivo envelhecimento da população, as demandas da sustentabilidade ambiental, o grande déficit na educação e na inovação tecnológica, a maior integração à economia mundial, etc. são todos fatores que impõem, obviamente, uma estratégia e um modelo de desenvolvimento diverso do modelo de desenvolvimento clássico da socialdemocracia europeia.” (OLIVA, 2010, p. 23)

Oliva (2010) intensifica sua crença afirmando que, no Brasil, é fundamental enfrentarmos concomitantemente os problemas sociais, políticos e econômicos herdados do século XX e os novos desafios do século XXI. Para o autor, não adianta crescer, gerar empregos, possibilitar a ascensão dos trabalhadores organizados e construir de maneira progressiva um Estado de Bem-Estar clássico, é necessário, também, criar políticas e mecanismos que possibilitam a ascensão social, política e econômica dos segmentos mais marginalizados, os quais, “no contexto socioeconômico do capitalismo tardio, dificilmente são beneficiados pelos processos tradicionais de mobilidade social, ligados ao mercado de trabalho estruturado e ao crescimento econômico.” (OLIVA, 2010, p. 23).

No intuito de finalizarmos o ponto de vista do ex-Ministro-Chefe da Casa Civil acerca do novo desenvolvimentismo, devemos abordar que, para o mencionado autor, esse novo projeto de desenvolvimento, iniciado no Brasil com o governo Lula, vem tendo um inegável e inquestionável êxito, na erradicação da pobreza extrema, na redução das desigualdades sociais e na dinamização do mercado interno brasileiro de consumo de massa, o qual, para o autor, alicerça e molda o recente desenvolvimento de nosso país.

Assim como Oliva (2010), o economista Pochmann (2010) ressalva que, nos últimos anos da primeira década de 2000, começou a registrar significativos indícios de transição para o modelo social-desenvolvimentista.

Para o autor,

“A identificação básica de que o Estado faz parte das soluções dos problemas existentes não implicou reproduzir simplesmente os traços do velho modelo nacional desenvolvimentista vigente entre as décadas de 1930 e 1970. Apenas consolidou o caminho diverso do modelo neoliberal perseguido de sociedade.” (POCHMANN, 2010, p. 118)

Pochmann (2010) afirma que de um lado houve a reafirmação da soberania nacional, com a transição da condição de devedor para a de credor nos organismos multilaterais, da constituição de importantes reservas externas e do redirecionamento do comércio externo e cooperação técnica para o âmbito Sul-Sul. Desse modo, para o autor, as crises externas pararam de expor o Brasil aos mesmos empecilhos observados ao longo da vigência do modelo neoliberal. Enquanto, que do outro lado, os compromissos assumidos com o avanço do sistema produtivo,

“permitiram a expansão média anual de 4,2%, bem como a queda da despesa pública com a financeirização da riqueza para quase 2 pontos percentuais a menos do que o modelo neoliberal. Com isso, houve tanto a ampliação no gasto social para 22% do PIB (quase 3 pontos percentuais a mais do que nos anos 90) como o atendimento de mais de 1/3 da população brasileira com mecanismos de garantia mensal de renda.” (POCHMANN, 2010, p. 118-119)

Do ponto de vista de Pochmann (2010), o resultado social foi evidente no âmbito da redução da taxa de pobreza e no âmbito da redução da taxa da desigualdade de renda e do trabalho. Segundo o autor, a recente volta da mobilidade social – que insere no consumo de massa milhares de brasileiros e modifica o desenho da pirâmide social é resultado do inédito e ainda incompleto modelo social-desenvolvimentista.

Pochmann (2010) acredita que, a partir de 2004, devido a indicadores sociais e econômicos, o cenário brasileiro se mostrou distinto do contexto dos anos 90 até 2000. O autor também enfatiza que, a partir de 2003/2004, verifica-se aumento significativo no trabalho formal, redução do desemprego, queda da pobreza e da desigualdade de renda, expansão econômica satisfatória, reforço das relações externas, tudo consequência da positiva combinação de crescimento econômico com inclusão social.

Pochmann (2010) afirma que essa nova realidade brasileira, que fez com que nosso país se conectasse novamente à trajetória do desenvolvimento, acabou sendo intensamente atingida pela crise econômica global.

“O que se verifica desde o último trimestre de 2008 representa uma inegável ameaça à própria continuidade do ciclo positivo de resultados econômicos e sociais. Inicialmente convém destacar que parte da alteração no comportamento do setor produtivo atual reflete a elevação da taxa básica de juros, cujos efeitos passaram a se fazer mais presentes a partir de setembro do ano passado. Além disso, percebe-se como também rapidamente a economia nacional passou a acusar sinais da inoculação do vírus da crise econômica internacional no setor produtivo, proveniente da inadimplência das hipotecas *subprime* estado-unidenses.” (POCHMANN, 2010, p. 132)

Para o economista mencionado acima, o Brasil, a partir dos anos 2003/2004, apresentou uma inédita chance política de efetivar um novo desenvolvimento capaz de unir melhorias no campo econômico com avanço social.

“O futuro socialmente justo e economicamente sustentável torna-se possível a partir de uma maioria política que assuma o protagonismo de conceber, junto com o povo, o que historicamente lhe foi negado: o bem-estar coletivo.” (POCHMANN, 2010, p. 175)

Para o cientista político Sader (2011), o governo Lula faz parte de uma das vertentes que formam o campo pós-neoliberal na América Latina, juntamente com o Uruguai e a Argentina, visando sempre à superação dos modelos neoliberais, ou seja, o autor não nos deixa evidente se para ele o governo Lula inicia uma nova era desenvolvimentista, mas, ao mesmo tempo, deixa claro que o governo petista vai de encontro às ideias neoliberais. Para Sader (2011), Lula pautou seu governo em dois eixos essenciais que o tornaram diferente dos governos neoliberais, e o aproximou dos novos governos latino-americanos. Como demonstra o autor, tais eixos representam o “ponto mais fraco” do neoliberalismo:

“a prioridade das políticas sociais ao invés da do ajuste fiscal e a prioridade dos processos de integração regional em lugar dos Tratados de Livre Comércio com os Estados Unidos. São essas as duas características comuns aos governos latino-americanos que podemos caracterizar como pós-neoliberais. É o caso da Venezuela, do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Bolívia e do Equador, quem em seu conjunto mudaram a fisionomia do continente e se constituem no único núcleo regional atual de resistência ao neoliberalismo.” (SADER, 2011, p. 125)

Assim como Oliva (2010), Pochmann (2010) e Sader (2011), o documento supracitado, realizado pelo Partido dos Trabalhadores, juntamente com o Instituto Lula e a Fundação Perseu Abramos em comemoração aos dez anos de PT, reforça a ideia de que nosso país, a partir da entrada de Lula na presidência, modifica a decadência induzida pela rota da neocolonização neoliberal. Para os seguidores do neodesenvolvimentismo, o Brasil atual lidera um novo projeto de desenvolvimento mundial, em que o amplo movimento em volta da inclusão social se transforma “na mola propulsora de inédita base para o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 6)

Os considerados neodesenvolvimentistas acreditam, ou melhor, defendem a ideia de que a partir de 2003 um novo decênio se inicia, expressando uma sensível prosperidade social e econômica, em que há também uma fase de emergência da liderança do Brasil no mundo.

“O influxo estabelecido pela Frente Democrática e Popular vitoriosa desde as eleições de 2002 orquestrou uma nova maioria política capaz de reverter prioridades e impulsionar o conjunto de benfeitorias econômicas e sociais que colocaram o Brasil diante do inovador e consistente projeto de nação para toda a população. O decênio que mudou o Brasil a partir de 2003 se sustenta por si só, embora se possa confrontá-lo com o passado recente de falsa modernidade e exclusão imposto pela regressão do projeto neoliberal.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 7)

Para os autores do documento “O Decênio que Mudou o Brasil”, diferentemente do projeto neoliberal que marcou a década de 1990 até os anos 2000, a partir do ano 2003, consagrou-se vitorioso o novo projeto desenvolvimentista no Brasil, liderado pelo conjunto das forças políticas pertencentes à Frente Democrática e Popular e, especialmente, do Partido dos Trabalhadores.

“O projeto neoliberal representou a internalização de um ideário originado e praticado por governos como na Inglaterra (Margareth Thatcher, 1979-90), nos Estados Unidos (Ronald Reagan, 1981-89), entre outros de idêntica inclinação política e ideológica. Os governos neoliberais no Brasil consagraram a velha e surrada perspectiva das tradicionais elites conservadoras de que não haveria possibilidades nacionais autônomas para a construção de um país livre para toda a população. Foram anos de enaltecimento da “economia política do bonsai”. Para qualquer broto de crescimento com possível distribuição menos ingrata da renda que ousasse aparecer no Brasil, havia a tesoura dos delegados do Consenso de Washington a amputá-lo, sempre com o regozijo dos defensores do pensamento único como parcela significativa dos meios de comunicação.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 9)

Os neodesenvolvimentistas afirmam que os doze anos consecutivos de governos neoliberais deixaram o nosso país aquém do seu potencial, voltado cada vez mais para os cidadãos de maior renda e poder. Sob a liderança neoliberal ao longo dos anos 90, o que se percebeu foi uma regressão no âmbito econômico e social, a qual acabou condenando o Brasil à situação de subordinado e dependente da globalização, dependendo dos interesses das economias capitalistas dos países centrais.

“Na contracorrente dos governos neoliberais emergiu o projeto desenvolvimentista que desde 2003 ousou inverter as prioridades até então perseguidas. Assim, para que houvesse crescimento sustentável da produção nacional, a distribuição da renda se tornou o imperativo nacional. E, com isso, a possibilidade de viabilizar o projeto de Brasil para todos, cujo processo de inclusão social se transformou em mola propulsora da economia.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p.13)

O documento realizado em comemoração aos dez anos do governo PT afirma que houve uma nova organização das finanças públicas a partir da fase desenvolvimentista

inaugurada com o ex-presidente Lula em 2003, fase essa que possibilitou a redução existente entre dívida pública e Produto Interno Bruto, momento esse em que as forças da produção voltaram a se expandir em nosso país. Os autores do documento mencionado destacam a maior presença do Brasil no exterior e a expansão significativa das reservas internacionais ao longo desse decênio, permitindo, assim, ao nosso país, uma maior autonomia diante da manifestação das crises internacionais.

Vários defensores do neodesenvolvimentismo acreditam que a armadilha que aprisionou o Brasil ao longo dos governos neoliberais foi sendo desmantelada a partir de 2003, devido a uma nova frente política de caráter popular e democrática, capaz de estabelecer uma nova etapa de transformações essenciais e significativas em nosso país. Para tais defensores, o mesmo povo que vivenciou, a partir do ano 2003, o processo de inclusão social vivenciou também uma intensa exclusão durante os governos neoliberais. Para muitos defensores do novo projeto desenvolvimentista,

“No decênio que se iniciou em 2003, o Brasil mudou de rota. A Frente Democrática e Popular, integrada pelo PT e por um grupo de partidos aliados, constituiu uma nova maioria política em que a inclusão social de todos os brasileiros se tornou almejada e alavanca básica do desenvolvimentismo.”(PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 16)

Devemos destacar que, para aqueles que creem no novo projeto desenvolvimentista, ao longo dos vinte e um anos do Regime Militar (1964-1985), houve uma expansão da economia concomitantemente com um regime político autoritário, o qual favoreceu apenas uma pequena parcela da população brasileira. Tal regime criou uma espécie de capitalismo selvagem, em que o Brasil acabou se expressando como um dos maiores exemplos mundiais de desigualdade combinada com pobreza. Em seguida, ou seja, após o período da Nova República (de 1985 a 1990), os governos neoliberais não modificaram a estagnação da renda e muito menos reverteram os quadros de desemprego, pobreza e concentração de renda em nosso país, enfatizando ainda mais o endividamento público do Brasil, bem como a distância existente entre os ricos e os pobres.

Para os defensores do novo projeto desenvolvimentista, foi a partir do decênio começado por Lula em 2003 e continuado por Dilma, que todos os fatores mencionados acima passaram a ser contrariados, ou seja, acredita-se que, com a entrada de Lula no poder, o Brasil conseguiu unir pela primeira vez em cinquenta anos a democracia com a expansão da produção.

“Nos últimos 10 anos, a política e a economia soberanas andaram de mãos dadas e os resultados positivos para o conjunto da população têm sido crescentes. O decênio glorioso não surpreende mais o mundo. (...) Enquanto a dívida pública como proporção do PIB cai, com a inflação abaixo do período neoliberal, voltou a aumentar a produção. No ritmo da expansão do PIB, cresce a produtividade, tendo os salários um desempenho ainda maior.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 19)

Para os defensores do novo projeto desenvolvimentista, cabe ainda frisar:

“Nesse sentido que o Brasil se transformou em uma referência global a ser seguida. Com a retomada do planejamento, o crescimento da economia foi estruturado em um conjunto de inovadoras políticas públicas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, que evoluiu positivamente para o programa Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso. Simultaneamente, a intervenção pública organizada e sistêmica se constituiu no pilar de irradiação dos investimentos em diversos setores produtivos, como por meio dos Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, da política de desenvolvimento produtivo Brasil Maior, entre outras iniciativas desenvolvimentistas. Por conta disso, o Brasil encontra-se atualmente entre as seis principais economias globais e entre as maiores democracias de massa do mundo. Ao mesmo tempo, consolida cada vez mais a condição de país que expande a sua produção interna combinada com a melhor distribuição do que produz, o que resulta na tendência próxima de superação da miséria. Também aponta para o estabelecimento do patamar de desigualdade de renda somente compatível com os chamados países desenvolvidos.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 20-22)

Outro ponto crucial, a ser destacado, é que, para os neodesenvolvimentistas, o Brasil nos últimos treze anos teve um novo reposicionamento no mundo na cooperação e solidariedade internacional, em especial entre os países não desenvolvidos, ou seja, esse reposicionamento aconteceu sem as tradicionais relações de dominação e competição de hegemonia. Tal reposicionamento corroborou para que nosso país abrisse espaços para a nova diplomacia que modifica a geopolítica mundial a partir das relações Sul-Sul.

Os neodesenvolvimentistas evidenciam que, diante à crise de caráter global, nosso país seguiu inovando com a adoção de políticas públicas de cunho anticíclico, indo de encontro às medidas neoliberais adotadas na década de 90 de acirramento dos problemas advindos do exterior.

“Seja em 2008 e 2009, seja em 2011 e 2012, as decisões governamentais de redução na taxa de juros com ativação da política fiscal se mostraram fundamentais para evitar as repercussões da crise internacional no mercado interno brasileiro. Adicionalmente, registram-se medidas de apoio à competitividade do setor produtivo nacional com a implementação de políticas de redução de custos às famílias e às empresas. Destacam-se, neste sentido, as ações de maior redução na taxa de juros, na desoneração fiscal e na diminuição das contas de luz.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 23)

Os novos desenvolvimentistas acreditam que, juntamente com a política cambial e monetária, nosso país consegue enfrentar a crise mundial visando a fortalecer o seu mercado interno com a incessante diminuição da desigualdade de renda, da pobreza e do desemprego, com a adoção de diversas políticas de expansão do acesso à universidade/ao ensino superior, com o aumento e a descentralização da rede federal, Fies, Prouni, como também com as ações direcionadas aos cursos técnicos e à qualificação e valorização da mão de obra brasileira.

Para os autores/organizadores do documento em comemoração aos dez anos do governo PT, a reversão dos declínios socioeconômicos impostos pelos governos neoliberais da década de 1990 só foi possível devido à “ação organizada e disciplinada de 1 partido, da força obstinada de seus militantes e confiança e credibilidade de sua direção.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 25), bem como ao apoio de partidos aliados, os quais se constituem verdadeiros parceiros da trajetória de intensas transformações nacionais.

Diante de tudo que foi colocado pelos autores acima, devemos sintetizar, que para os mencionados autores, o Partido dos Trabalhadores a partir de sua entrada no poder trouxe novas formulações para o Brasil, tendo o social como eixo estruturante e central, a expansão das políticas sociais, a redução da pobreza com expansão econômica, a redução da desigualdade e também da dívida pública, bem como a introdução de um novo padrão de relações internacionais com destaque para as relações estabelecidas Sul-Sul.

Logo, ao terminamos a exposição dos autores, bem como dos pensadores que acreditam e defendem um novo modelo de desenvolvimento implementado pelo governo do Partido dos Trabalhadores, vamos ao próximo item. Este dará início ao debate de diferentes autores/pensadores que acreditam que, mesmo com a entrada de Lula no poder, há uma manutenção/continuação de um modelo liberal periférico, o qual foi iniciado na década de 1990 em nosso país.

2.2 Modelo liberal periférico

Antes de expormos os diferentes pontos de vistas de distintos autores acerca do Modelo Liberal Periférico (MLP), devemos afirmar que há pensadores que interpretam o período - iniciado com a entrada do Partido dos Trabalhadores no poder- como sendo um momento que dá continuidade ao Modelo Liberal Periférico ou Neoliberal instaurado no Brasil na década de 1990. Devemos frisar que os autores que vamos utilizar ao decorrer do

ponto 2.2 e que compartilham a ideia de continuação do MLP, são os economistas e docentes Filgueiras, Gonçalves, Carcanholo e Sampaio Jr.

Como colocam Filgueiras e Gonçalves (2007), o MLP é resultado da redefinição das relações intercapitalistas e das relações capital e trabalho, sendo, assim, diferente do modelo de substituição de importações devido principalmente à nova forma/maneira de inserção internacional do nosso país e pela nova configuração da intervenção do do Estado.

“O modelo é liberal em virtude da natureza das reformas que o estruturaram e o constituíram: abertura e liberalização da economia, privatização de empresas estatais e desregulação do mercado de trabalho. É periférico por ser uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país dependente.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 95)

Os autores mencionados acima abordam que, no ano de 1994, com a implementação do Plano Real, houve um processo de consolidação e aprofundamento do MLP, o qual teve um modelo mais acabado a partir de 2003 no governo Lula. Porém, eles destacam que a dinâmica macroeconômica não se perpetuou estritamente da mesma maneira ao longo de todo o período.

Filgueiras e Gonçalves (2007) afirmam que o lançamento do Plano Real, em 1994, exerceu papel decisivo no processo de consolidação e acirramento do modelo liberal periférico, o qual, assumiu seu formato final no primeiro ano do governo Lula, ou seja, 2003. Os autores também destacam, que a política econômica e a dinâmica macroeconômica, não permaneceram exatamente da mesma maneira ao decorrer de todo o período e que a partir da implementação do Plano Real, pode-se observar uma linha divisória que diferencia dois momentos⁷ na evolução do modelo. Tal fato, para os autores, estabeleceu a transformação da política econômica e os ajustes do modelo com essenciais implicações para a dinâmica macroeconômica do país.

“Do ponto de vista estrutural, o que assegura e explica essa continuidade é a permanência, ao longo de todo o período, do mesmo bloco de poder dominante, construído a partir do início da década de 1990 sob os escombros do modelo de substituição de importações. Não há dúvida de que o bloco dominante sofreu acomodações no começo do segundo governo Cardoso, mas o capital financeiro manteve a sua hegemonia e, portanto, continuou a dar a direção política mais geral.

⁷ Para Filgueiras e Gonçalves (2007), de um lado é fundamental diferenciar o primeiro governo FHC (1995-1998) que é o período mais intenso de implantação e acirramento do MLP, no qual a dominância do capital financeiro dentro do bloco de poder dominante, pode ser classificada como incoerente. E, do outro lado, o segundo governo FHC (1999-2002) e o primeiro governo Lula (2003-2006), no qual a hegemonia do capital financeiro, continua, porém, com uma maior acomodação dos interesses do capital participantes do bloco de poder, com destaque para os seguimentos exportadores.

A ausência de mudanças significativas entre os dois governos (segundo governos Cardoso e Lula) também é determinada pelo processo de transformismo político percorrido por Lula e pelas principais lideranças do Partido dos Trabalhadores.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 97)

Filgueiras (2006), corroborando com a análise acima, afirma que as diversas reformas que tiveram início no governo Fernando Collor de Melo e foram acirradas no primeiro mandato de FHC estabeleceram um novo formato econômico, através de intensas mudanças realizadas em pelo menos cinco dimensões que se encontram, segundo o autor, inter-relacionadas. Tais mudanças são:

- a) As transformações das relações entre capital e trabalho, priorizando o primeiro, ou seja, o capital, e implicando na precarização do trabalho, bem como a desestruturação do mercado de trabalho, gerando, como resultado, o aumento do desemprego e dos trabalhos informais e, também, o enfraquecimento dos sindicatos.
- b) Realizada de maneira passiva, a inserção internacional, efetivada através da abertura comercial e financeira da economia, tendo como propósito inicial o combate à inflação, acabou acirrando a vulnerabilidade externa do Brasil, tornando-o mais dependente, dessa forma, à dinâmica macroeconômica brasileira.
- c) Reconfiguração da relação existente entre as diferentes frações do capital, com o capital industrial *stricto sensu* perdendo a hegemonia política e o domínio do processo de desenvolvimento e da dinâmica macroeconômica, cedendo espaço para o capital financeiro tanto nacional quanto internacional.
- d) Reorganização da base e do funcionamento do Estado através da privatização das empresas estatais e das diversas mudanças de cunho liberal realizadas, da qual a Previdência Social é o maior exemplo. Também, devido à lógica macroeconômica intrínseca ao Plano Real, financeiramente falando, o Estado perdeu forças e como consequência teve a queda do seu poder de fazer política econômica soberana e, também, experimentou a diminuição da sua capacidade de investimento.
- e) O sistema financeiro acabou passando por um processo de intensa concentração e acirrou ainda mais a sua gênese parasitária, trabalhando, principalmente, no financiamento da dívida pública. Vale destacar que o crédito de longo prazo continuou sendo realizado pelo próprio setor e por instituições financeiras do Estado como, por exemplo, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Para Filgueiras (2006), o Brasil teve como consequência mais ampla acerca de todas essas transformações a radicalização da dependência financeira e tecnológica, acirrando ainda mais a vulnerabilidade externa da nossa economia e a fragilidade financeira do nosso Estado.

“As evidências indicam que é própria da natureza do modelo liberal periférico a reiteração dessa vulnerabilidade e fragilidade, como condição de reprodução do capital financeiro e, portanto, de sua própria reprodução. Assim, a dinâmica macroeconômica do modelo é intrinsecamente instável; isso é verdadeiro mesmo quando há superávits comerciais no balanço de pagamentos.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 99)

Do ponto de vista de Filgueiras e Gonçalves (2007), tal instabilidade se mostrou de maneira extrema ao longo do primeiro governo FHC (1994-1998), período esse em que a expansiva vulnerabilidade externa levou à crise cambial de 1999. Os autores acreditam que, mesmo com a reversão dos saldos negativos da balança comercial no segundo governo FHC, e com a diminuição conjuntural da vulnerabilidade externa, a falta de estabilidade teve continuação, conforme a nova crise cambial do Brasil no ano 2002 demonstrou.

Para Filgueiras e Gonçalves (2007), ao longo do primeiro mandato de Lula (2003-2006), a vulnerabilidade externa permaneceu caindo, seguida nesse momento por uma menor instabilidade macroeconômica devido a várias questões, das quais eles destacam um cenário internacional econômico extremamente favorável.

Filgueiras e Gonçalves (2007) creem que o aumento dos fluxos comerciais tem permitido aos países em desenvolvimento, como, por exemplo, o Brasil, aumentar suas exportações e adquirir altos superávits nas suas balanças comerciais.

Para os economistas mencionados, a melhora na situação das contas externas possibilitou

“(…) que a mesma política ortodoxa, que vinha sendo adotada desde 1999, tivesse resultados macroeconômicos melhores a partir de 2003, usando-se como referência sua própria lógica e seus objetivos anunciados e, de fato, perseguidos. Sem dúvida, a evolução das contas externas do país evidencia que o período mais recente (2003-2006) tem se caracterizado por melhora dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira e, por consequência, menor instabilidade macroeconômica.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 99)

Os autores afirmam que é consenso que a queda nas restrições externas, dentro de um cenário de expansão da economia mundial sem a presença de crises cambiais sistêmicas, tem permitido uma menor instabilidade macroeconômica e expandido o campo de manobra da economia. Todavia, “essa oportunidade só está sendo aproveitada pelas autoridades

econômicas do país para reforçar o modelo liberal periférico e suas políticas econômicas.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 100).

“Desde o Plano Real, a taxa de juros constitui uma espécie de variável-síntese para compreensão do país. Ela é, ao mesmo tempo, a expressão mais aparente – “a ponta do *iceberg*” – da natureza financista do atual bloco de poder dominante e o elemento central mais imediato de explicação dos principais problemas macroeconômicos. Dentre estes problemas, vale destacar: as baixas taxas de crescimento do PIB e sua elevada volatilidade; a grande concentração de riqueza e renda; o elevado grau de pobreza da população; a enorme dívida pública (de curto prazo) comparada ao PIB e a reduzidíssima capacidade de investimento do Estado; o tipo precário de inserção internacional do país e, por decorrência, a sua grande vulnerabilidade externa estrutural.” (FILGUEIRAS E GONÇALVES, 2007, p. 100)

Segundo os autores, tais problemas mencionados na citação acima encontram-se relacionados entre si e possuem, em sua gênese, o modelo econômico o qual já vem sendo implantado há muito tempo, bem como a política macroeconômica iniciada no contexto dos anos 90. Eles ainda enfatizam que essa política possui a combinação de três fatores os quais são: regime de câmbio flutuante, estabelecido fundamentalmente pelo mercado e que gera uma apreciação cambial intensa; metas de inflação a serem cumpridas, como único propósito da política monetária; e permanente ajuste fiscal como fator principal da política fiscal.

Desse modo, para os economistas mencionados, é nesse cenário que a elevada taxa de juros compõe o instrumento central da política macroeconômica, submetendo de maneira decisiva as políticas cambial e fiscal como também os seus resultados.

“Expressão da abertura econômico-financeira passiva e desregulada, a política monetária restritiva sobrecarrega a dívida pública e impõe a necessidade de um ajuste fiscal permanente. Ademais, a restrição monetária dificulta a inserção comercial internacional mais ativa do país, pois desestimula o investimento e a inovação.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 100-101)

Filgueiras e Gonçalves (2007) afirmam que o governo Lula deu continuidade à mesma política econômica do segundo governo FHC - com ajuste fiscal permanente, metas de inflação e câmbio flutuante – porém, a referida política no contexto do governo Lula expandiu os superávits fiscais primários “para mais de 4,25% do PIB”. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 101).

Entretanto, esses pensadores evidenciam que ocorreram algumas transformações no âmbito do desempenho, com visível melhora das contas externas, resultante dos elevados superávits comerciais que foram além dos déficits estruturais da balança de rendas e serviços

a partir do ano 2003. Esse fato acabou tendo como resultado a redução da vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira.

“Nos quatro anos do governo Lula, os superávits da balança comercial cresceram contínua e rapidamente, dando saltos impressionantes (US\$ 24,8 bilhões em 2003, US\$ 33,6 bilhões em 2004, US\$ 44,8 bilhões em 2005 e US\$ 46,2 bilhões em 2006.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 101)

Os autores também demonstram que a desvalorização cambial de 2002, o aumento das economias chinesa e americana, que alavancaram o comércio no mundo, a recuperação da Argentina e a disparada dos preços das *commodities* foram uns dos principais elementos que contribuíram para o desenvolvimento da balança comercial brasileira. Isso posto, Filgueiras e Gonçalves (2007) afirmam que não há dúvidas que o desenvolvimento do setor externo brasileiro ao longo do governo Lula foi superior ao desenvolvimento ocorrido ao longo dos dois governos FHC.

“Em contraste com a situação de crises cambiais recorrentes nos dois governos Cardoso, o que se observa no governo Lula é o processo de forte apreciação cambial. Essa apreciação é impulsionada pela taxa de juros básica, que chegou a ser de 26,5% ao ano no início do governo e que, no final de 2006, ainda continuava muito elevada (13,25% ao ano). Altas taxas de juros estimulam a especulação financeira e atraem grande fluxo de capitais de curto prazo. Portanto, ao estimular o ingresso de capitais, a taxa de juro reforça o processo de apreciação cambial causado pelo superávit comercial. O fato é que taxa de juros elevada tem sido o principal instrumento de combate à inflação, por causa da contração dos gastos domésticos.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 103)

Para os economistas mencionados, o governo Lula, mesmo mantendo a política econômica do governo Cardoso, e sem alterar a base passiva da inserção internacional brasileira, tem gozado de resultados expressivos na balança comercial, devido a um cenário internacional extremamente favorável.

A lógica da política econômica realizada ao longo do governo PT é uma lógica financeira que abarca o campo econômico, político e social. Essa lógica, para os autores,

“(…) implica a quase estagnação da renda *per capita* e do mercado interno. Ademais, a política econômica de Lula monta a armadilha da vulnerabilidade externa estrutural e do atraso no médio e longo prazos: a perpetuação da inserção internacional do país, apoiada, essencialmente, em *commodities* e produtos industriais com baixo e médio-baixo conteúdo tecnológico, intensivos em trabalho e recursos naturais. Esse processo mantém o país em situação de grande vulnerabilidade em relação aos ciclos do comércio internacional.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 104)

Filgueiras e Gonçalves (2007) elencam que a alta taxa de juros alavanca o círculo vicioso o qual explica o permanente ajuste fiscal e provoca a quase estagnação do mercado interno, fazendo, assim, a passagem para outro modelo de inserção internacional (pautado em produtos tecnológicos) praticamente inviável. Logo,

“Apesar de haver uma melhora conjuntural no balanço de pagamentos e, conseqüentemente, nos indicadores de vulnerabilidade financeira externa, a política econômica, observada do ponto de vista estrutural, reforça o padrão de especialização produtiva que tende a distanciar o Brasil, ainda mais, dos países desenvolvidos e mesmo de outros países periféricos, como China, Coréia do Sul e Índia. Também significa que a vulnerabilidade externa, do ponto de vista estrutural, está se aprofundando. O fosso tecnológico tende a se alargar cada vez mais.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 104-105)

No que tange ao percurso da dívida pública, os autores alegam que essa teve melhores resultados a partir do ano 2003, devido à transformação que ocorreu no cenário internacional, bem como à melhoria das contas externas no Brasil. Porém, exprimem que

“A questão central é que a redução foi produto apenas da diminuição da dívida externa líquida do setor público, propiciada por grandes superávits na balança comercial e pelo crescimento das reservas cambiais (de US\$ 37,8 bilhões ao final de 2002 para US\$ 84,6 bilhões em dezembro de 2006). Portanto, qualquer reversão na situação internacional, que piore o balanço de pagamentos do país, poderá aumentar rapidamente o total da dívida pública como proporção do PIB – com o seu montante absoluto dando um grande salto.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 106-107)

Do ponto de vista dos economistas acima, mesmo realizando uma política de troca da dívida externa por dívida interna, no ano 2003, a melhora das contas externas interferiu de modo positivo no percurso da dívida pública total do país. Logo, os superávits comerciais obtidos ao longo do governo PT foram responsáveis pela redução da dívida externa. Desse modo, apesar da relação dívida interna/PIB ter se elevado, a relação existente entre a dívida total/PIB caiu.

“O governo Lula não moveu um milímetro para alterar a essência do modelo de desenvolvimento, caracterizado, sobretudo, pela dominação da lógica financeira e pela vulnerabilidade externa estrutural. O custo da política econômica, condicionada (e articulada) fortemente pela (e com a) abertura comercial-financeira, resulta em um dos mais pífios desempenhos em termos de taxas de crescimento do PIB entre os países em desenvolvimento, além da manutenção de taxas de desemprego ainda muito elevadas e do crescimento da dívida pública interna. Os governos Cardoso e Lula propiciaram ao capital financeiro o montante de mais de R\$ 1 trilhão em juros da dívida pública (...).” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 107)

Quando o assunto é o ajuste macroeconômico do governo PT, principalmente na “era” Lula, Filgueiras e Gonçalves (2007) reiteram que os principais propósitos da política econômica desse governo giram em torno: da queda gradativa da líquida do setor público, como proporção do PIB, através da obtenção de elevados superávits primários; de taxas de inflação cada vez mais baixas, de acordo com o regime de metas de inflação, via taxas de juros altas. Para eles, tais resultados atrelados à diminuição da vulnerabilidade externa conjuntural contribuíram para a diminuição do risco-país, tal como avaliado pelo mercado financeiro internacional.

“De um ponto de vista mais estrutural, o governo Lula recolocou na ordem do dia a continuação do modelo liberal ao implementar a reforma da Previdência dos servidores públicos, iniciar o processo de reforma sindical e sinalizar em direção às reformas das leis trabalhistas. Além disso, logo no início do governo, Lula alterou a Constituição, para facilitar, posteriormente, o encaminhamento da proposta de independência do Banco Central (...), uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investimento do Estado.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 111)

Como colocam os autores mencionados, a partir do ano 2005 – ainda na busca da efetivação do Modelo Liberal Periférico –, a abertura financeira foi aumentada e acirrada, com a expansão do prazo para cobertura cambial nas exportações. Tal fato foi aderido pelo governo PT, devido a fortes pressões advindas do campo agroexportador. Essa medida expande a volatilidade da conta de capital e financeira do balanço de pagamento ao passo que possibilita ao exportador optar pelo momento de internalizar suas receitas.

“Essa medida pretende frear a valorização recente do real e reduzir os custos de operações cambiais das exportações e das importações. Ela aponta para o aprofundamento do processo de financeirização da economia (e da lógica de atuação dos diversos agentes econômicos), ao mesmo tempo em que faz convergir, e solda mais fortemente, os interesses dos setores financeiro e exportador. O fato é que o exportador agora também funciona como especulador financeiro, pois a livre oferta (pelos exportadores) e demanda (pelos agentes financeiros) de dólares unifica os interesses do capital financeiro em geral.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 111)

Na visão dos economistas Filgueiras e Gonçalves (2007), o governo Lula consolida o modelo marcado pela distribuição de renda desigual, baixas taxas de investimento e crescimento, inserção internacional passiva e elevada vulnerabilidade externa estrutural. O governo PT, em sua “era” Lula, reforçou a política econômica do governo FHC e, ao pautar-se no favorável desempenho externo/internacional, deu novas roupagens ao modelo,

tornando-o legítimo politicamente e soldando intensamente os interesses das distintas frações de classes que compõem o bloco de poder dominante.

Para os autores abordados, outro fator que merece destaque é o campo social. Eles afirmam que Lula deu continuidade à política social do governo FHC com programas de transferência de renda, focalizados de combate à fome, seguindo a lógica do Banco Mundial, porém, com a presença de alguns avanços no campo da assistência.

“No entanto, pode-se adiantar que esse tipo de política social tem limites dados, necessariamente, pelo modelo de desenvolvimento vigente e se articula funcionalmente a ele como uma espécie de contraface da política macroeconômica ortodoxa. Como visto, os pilares da política econômica são os ajustes fiscais baseados em enormes superávits primários e o estabelecimento de metas de inflação cada vez mais reduzidas. Daí o caráter seletivo e restrito da política social, expresso em programas focalizados de transferência de renda, de caráter assistencialista, apesar dos discursos em contrário, e tendo por objeto os segmentos sociais mais miseráveis entre os pobres.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 112)

Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), as políticas sociais compensatórias permitem a edificação de uma nova base social - base essa, alicerçada no segmento da população de mais baixa renda do país - de apoio ao governo Lula. Tal fato acontece concomitantemente ao deslocamento do governo PT em relação as suas bases tradicionais – que são os segmentos de trabalhadores politizados e mais organizados – como também à dificuldade em controlar de modo político esses trabalhadores.

No que tange ao Modelo Liberal Periférico, os economistas acima deixam pistas de que esse modelo no governo Lula, devido ao avanço do processo de liberalização, tem causado consequências negativas acerca da eficiência sistêmica do Brasil, as quais ultrapassam os limites dos indicadores econômicos. Isso posto, os autores reforçam a assertiva de que o governo Lula implementou diversas medidas para efetivar o MLP, caracterizado por enorme desigualdade, baixas taxas de crescimento e investimento, inserção internacional passiva e elevada vulnerabilidade externa estrutural.

Ao corroborar com a discussão do Modelo Liberal Periférico, Gonçalves (2014), afirma que o PT, após completar dez anos de governo, apresentou uma síntese desses anos e frisou o rompimento com o MLP. Tal documento, elaborado pelo Partido dos Trabalhadores⁸, apresenta a tese de ruptura do mesmo, ou seja, do PT com a estratégia neoliberal e mostra a implementação de um novo modelo desenvolvimentista, relacionado principalmente ao desempenho econômico do período que vai de 2003 a 2012.

⁸ Para maior aprofundamento, visite: PARTIDO DOS TRABALHADORES. O decênio que mudou o Brasil. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Instituto Lula/Fundação Perseu Abramo, 2013.

Segundo Gonçalves (2014), o próprio governo PT, ao realizar o balanço de dez anos de governo, não trata de duas comparações essenciais que são: a perspectiva histórica e a comparação com as recentes experiências internacionais.

“O próprio PT, no balanço dos 10 anos de governos petistas, faz a comparação dos desempenhos econômicos nos governos Lula e Dilma e com o desempenho nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Esse tipo de enfoque, ainda que não seja incorreto, é insuficiente na medida em que deixa de lado duas comparações relevantes.” (GONÇALVES, 2014, p. 8)

No ponto de vista de Gonçalves (2014), alguns estudiosos, ao analisarem a evolução da economia de nosso país, principalmente a partir do contexto dos anos 2000, acreditavam que o Brasil mudou de caminho, ou seja, rompeu com a estratégia neoliberal e trouxe mudanças estruturais com um novo modelo desenvolvimentista. Isso posto, o autor afirma que vai de encontro à posição desses estudiosos e demonstra (através de dados empíricos) que ocorre no Brasil um “desenvolvimentismo às avessas”, haja vista que não ocorreram transformações estruturais na economia do nosso país. Para o autor mencionado, a partir de 2003, ou seja, no primeiro governo Lula, temos um aprofundamento do MLP.

Gonçalves (2014) destaca que, no desenvolvimento da economia brasileira, tal evidência é comprovada pelo medíocre desenvolvimento macroeconômico; números negativos nas contas externas e nas contas públicas, bem como no aumento do endividamento das famílias e das empresas, ao longo dos governos petistas. “O fraco desempenho abarca o país, o governo, as empresas e as famílias. O desempenho dos governos petistas é fraco pelos padrões históricos brasileiros e pelos atuais padrões internacionais.” (GONÇALVES, 2014, p. 31).

Ao longo dos governos PT, Gonçalves (2014) afirma a presença de custos elevados para o Brasil. Para o autor, o empréstimo do Brasil ao FMI (Fundo Monetário Internacional) é simplesmente puro desperdício de divisas. Como marca dos governos PT, o autor também salienta o exacerbado aumento de pessoas inadimplentes e endividadas, logo, se por um lado é evidente que ao longo do governo Cardoso foi aplicado/aderido o MLP, por outro lado também é fato que as características marcantes desse modelo mantêm, consolidam-se e até mesmo ganham forças nos governos Lula e Dilma.

“Se, por um lado, é correto comparar o desempenho da economia brasileira nos governos petistas com o desempenho no governo FHC; por outro, também é apropriado reconhecer que essa comparação é insuficiente e enviesada na medida em que despreza o padrão histórico e o padrão internacional. Se, por um lado, é verdade

que o desempenho da economia brasileira é melhor nos governos petistas do que no governo FHC; por outro, também é fato que nos governos PT a economia brasileira tem fraco desempenho pelos padrões históricos brasileiros. Finalmente, se, por um lado, é correto afirmar que a conjuntura econômica mundial tem influenciado o desempenho da economia brasileira a partir de 2003; por outro, também é acertado afirmar que a economia brasileira, nos governos do Partido dos Trabalhadores, tem fraco desempenho pelos atuais padrões internacionais.” (GONÇALVES, 2014, p. 32)

No intuito de reforçar o debate acima, Gonçalves (2012a), em outra obra, afirma que a experiência de desenvolvimento econômico do nosso país, ao longo do governo Lula, expressou um projeto que o autor caracteriza de “desenvolvimento às avessas”, ou seja, consiste na falta de modificações estruturais que caracterizam o desenvolvimentismo. Para o autor mencionado, ao longo do governo Lula, os eixos estruturantes do nacional-desenvolvimentismo foram trocados, ou seja, invertidos.

“O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação.” (GONÇALVES, 2012b, p. 638)

Segundo Gonçalves (2012b), o denominado neodesenvolvimentismo nada mais é do que uma versão ‘atualizada’ do liberalismo enraizado, do mesmo modo que o Consenso de Washington, o Pós-Consenso de Washington e as formulações da Nova Cepal. Logo, o liberalismo enraizado demonstra o compromisso existente entre as diretrizes estratégicas do liberalismo e a intervenção estatal voltada para a estabilização macroeconômica. De acordo com Gonçalves (2012b), esse compromisso aparece no século XX, pós-Segunda Guerra Mundial.

“Os países desenvolvidos, sob a hegemonia dos EUA, geram o liberalismo enraizado que expressa o compromisso entre, de um lado, o livre comércio de produtos, a livre circulação de capitais no sistema econômico internacional e a promoção de uma ordem internacional assentada no multilateralismo; e, de outro, a intervenção do Estado nas suas funções alocativa, distributiva, reguladora e, principalmente, estabilizadora. Isto é, na arena internacional as diretrizes estratégicas são dadas pelo liberalismo enquanto no plano nacional a intervenção estatal é o eixo estruturante do processo de desenvolvimento econômico nos pós-2ª Grande Guerra.” (GONÇALVES, 2012b, p. 640)

No âmbito da América Latina, o liberalismo enraizado aparecerá novamente, nas formulações do Pós Consenso de Washington e da nova Cepal na última década do século

XX. Quando o autor aborda sobre o desenvolvimentismo latino-americano, ele enfatiza que os alicerces do pensamento desenvolvimentista brasileiro e latino-americano encontram-se no mercantilismo e nas “cópias fiéis”, ou seja, no neomercantilismo ou nacional-desenvolvimentismo realizados em países como Alemanha e EUA.

No que se refere ao nacional-desenvolvimentismo, o autor coloca que esse pode ser designado como o projeto de desenvolvimento econômico pautado no intervencionismo estatal, na industrialização substitutiva de importações e também no nacionalismo, ou seja, o nacional-desenvolvimentismo para Gonçalves (2012b) é, de fato, uma versão do nacionalismo econômico.

Gonçalves (2012b), ao pautar-se em Prebisch (1949), exprime que o nacional-desenvolvimentismo na América Latina é,

“é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países, principalmente no período 1930-80. Na tradição desenvolvimentista latino-americana, o pensamento da Cepal a partir dos anos 1940 é a referência de maior destaque.” (GONGALVES, 2012b, p. 651)

Para o autor, no Brasil, o pensamento desenvolvimentista pode ser encontrado no período colonial, na época do Império, bem como no período republicano. Os alicerces do desenvolvimentismo brasileiro também aparecem no nacionalismo agrário e no intervencionismo anti-industrialista em defesa do café.

Na visão de Gonçalves (2012b), no campo da economia política, o nacional-desenvolvimentismo significa deslocar o poder político e econômico para a burguesia industrial em função dos grandes proprietários de terras e recursos naturais. Já no campo estratégico, o nacional-desenvolvimentismo possui como propósito o crescimento econômico, pautado na transformação da estrutura produtiva (industrialização com base na substituição de importações) e na diminuição da vulnerabilidade externa estrutural.

O autor elenca que

“O nacional-desenvolvimentismo reserva papel protagônico para o capital nacional industrial e para o investimento estatal, ainda que conte com suporte do financiamento e investimento externos. Assim, em termos estratégicos, o nacional-desenvolvimentismo envolve mudanças nas estruturas de produção, comércio exterior e propriedade.” (GONÇALVES, 2012b, p. 652)

No âmbito da política econômica, o autor reitera que o nacional-desenvolvimentismo implica política comercial protecionista, política industrial proativa, planejamento econômico, investimento estatal nos setores básicos, entre outros.

“O principal fato a destacar é que as experiências de desenvolvimentismo na América Latina retiraram o trinômio do nacional-desenvolvimentismo (industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo) a questão da origem do capital-nacionalismo. Na realidade, o que se constata é que na região a industrialização substitutiva de importações *cum* forte intervencionismo estatal apoiou-se, em boa medida, no capital estrangeiro. É o capitalismo dependente fortemente associada ao capital estrangeiro.” (GONÇALVES, 2012b, p. 653)

Quanto ao neodesenvolvimentismo, Gonçalves (2012b) frisa que as formulações desse modelo enfatizam as falhas do nacional-desenvolvimentismo e se colocam como críticas ao Consenso de Washington e à ortodoxia convencional. O autor acredita que, para ser realizada uma análise acerca do neodesenvolvimentismo, é necessário seguir uma sequência de determinados fatores, os quais são:

“i) explicação do que se entende por Consenso de Washington; ii) diferenciação entre nacional-desenvolvimentismo e Consenso de Washington; iii) breve caracterização do pós-Consenso de Washington; e iv) divergências ou convergências entre, de um lado, o novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional.” (GONÇALVES, 2012b, p. 653-654)

Pois bem, o Consenso de Washington⁹ para o economista nada mais é do que uma crítica ao pensamento e também às experiências desenvolvimentistas vividas no continente latino americano a partir de 1950. Tal Consenso apresenta diretrizes no que se refere às estratégias de desenvolvimento e políticas macroeconômicas, e também possui como enquadramento político-ideológico o neoliberalismo em seu momento de auge/ascensão no contexto dos anos 1980.

“Entretanto, cabe destacar que o Consenso de Washington não tem relação direta com correntes mais conservadoras do pensamento macroeconômico, como o monetarismo e o *supply-side economics*. Também é injusto atribuir ao Consenso de Washington a defesa do governo mínimo e o fundamentalismo de mercado. Por outro lado, é inegável que o Consenso de Washington assenta-se nos pilares neoliberais fundamentais: liberalização e desregulamentação. Ele também converge com interesses dominantes – expressos pelos governos dos Estados Unidos e principais países desenvolvidos e pelos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial etc.) -, visto que liberalização e desregulamentação criam oportunidades de negócios em escala global.” (GONÇALVES, 2012b, p. 654)

⁹ “O Consenso de Washington possui origem em um trabalho de John Williamson apresentado em 1989.” (GONÇALVES, 2012b)

Para o autor, a diferenciação existente entre o Consenso de Washington e o nacional-desenvolvimentismo se dá no confronto/embate existente entre as principais diretrizes dessas duas concepções de desenvolvimento. Gonçalves (2012b) elucida que as diretrizes do nacional-desenvolvimentismo são o intervencionismo estatal, a industrialização pautada no processo de substituição de importações, o crescimento liderado pelo mercado interno, o nacionalismo e, por fim, a utilização frequente da política macroeconômica para a acumulação de capital. Já no que diz respeito ao Consenso de Washington, tais diretrizes são basicamente o crescimento liderado pelo mercado externo, a liberalização comercial, a centralidade do mercado, o tratamento nacional e, por fim, o foco das políticas macroeconômicas na estabilização.

Gonçalves (2012b) salienta que o Consenso de Washington coloca grande foco na política de estabilização macroeconômica e que as divergências existentes entre o Consenso e o nacional-desenvolvimentismo são essencialmente marcantes no que se refere à tributação, às despesas públicas, ao câmbio e aos juros. O autor elucida ainda que, no que diz respeito às políticas econômicas, o contraste mais visível se dá entre o protecionismo ativo do nacional-desenvolvimentismo e a liberalização comercial do Consenso de Washington.

Segundo Gonçalves (2012b), no que tange ao Consenso de Washington, as críticas mais realizadas giram em torno da negligência em relação ao crescimento econômico, da acumulação de capital, da melhora no âmbito do padrão de comércio e da estrutura produtiva, da diminuição das desigualdades, do equilíbrio ambiental, entre outros.

“No âmbito do *mainstream* do pensamento econômico anglo-saxão, as críticas focaram na hipossuficiência do Consenso de Washington: diretrizes eram equivocadas e, principalmente, incompletas, e havia necessidade de reformas de 2ª geração. Surgiu, então, o chamado Pós- Consenso de Washington (também conhecido como Consenso de Washington Ampliado), que coloca ênfase nas reformas institucionais.” (GONÇALVES, 2012b, p. 656)

No que tange ao neodesenvolvimentismo, o autor acredita que esse se coloca como uma crítica ao Consenso de Washington, o qual é identificado com o neoliberalismo e o monetarismo. No âmbito da diretriz estratégica básica do neodesenvolvimentismo, o autor tem em mente que esta visa ao crescimento econômico com menor desigualdade. Para Gonçalves (2012b, p. 656):

“Há destaque para reformas das instituições, principalmente a maior eficácia do governo e a maior eficiência dos mercados. O novo desenvolvimentismo coloca

ênfase especial nas políticas macroeconômicas(...). A ênfase nas políticas refere-se ao tripé da política macroeconômica: taxa moderada de juro, taxa competitiva de câmbio e política fiscal responsável (dívida pública baixa, poupança pública positiva – superávit fiscal).”

Segundo o autor mencionado acima, o motor de crescimento do nacional-desenvolvimentismo gira em torno da absorção interna, ou seja, consumo, investimento e despesa pública. Já o motor de crescimento do neodesenvolvimentismo gira em torno da exportação. Desse modo, ele reitera que o neodesenvolvimentismo se aproxima do modelo de crescimento para fora orientado pelo Banco Mundial nos anos 1980.

Em relação à taxa de câmbio, no neodesenvolvimentismo, tal taxa se aproxima do Consenso de Washington, com foco na competitividade internacional. Outro ponto diferente existente entre o nacional-desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo e que é destacado pelo economista é a liberalização comercial. Enquanto o neodesenvolvimentismo defende a abertura comercial, o nacional-desenvolvimentismo tem o protecionismo como base. Sendo assim,

“em mais uma questão estratégica relevante, o novo desenvolvimentismo aproxima-se do Consenso de Washington e do neoliberalismo e se diferencia radicalmente do nacional-desenvolvimentismo. A preferência revelada pelo capital nacional, que é parte fundamental do nacional-desenvolvimentismo, desaparece completamente nas formulações do Consenso de Washington e do novo desenvolvimentismo.” (GONÇALVES, 2012b, p. 659)

Gonçalves (2012b) afirma que temos como padrão de comércio a dependência tecnológica, a desnacionalização e o passivo externo, os quais são centrais no âmbito do nacional-desenvolvimentismo, porém, no caso do neodesenvolvimentismo, nem são mencionados, ou melhor, tratados. O economista ao pautar-se em Bresser-Pereira (2012), diz que

“Esse retrocesso é particularmente evidente na ênfase atribuída ao *expost- led growth* em países que têm como fonte dominante de vantagem comparativa a dotação de recursos naturais. Neste caso, o *expost- led growth* envolve risco de viés da fronteira de produção na direção do setor primário e reprimarização das exportações. O retrocesso também ocorre na esfera produtiva, com o total desconhecimento a respeito da questão estratégica associada à origem do capital e à formação de uma base de capital nacional. O retrocesso na esfera tecnológica chega a ponto de cometer grave erro técnico ao se expressar pela escolha da melhor tecnologia disponível no mundo, com desprezo pelo princípio do custo mínimo de produção.” (GONÇALVES, 2012b, p. 659-660)

Filgueiras et al. (2010), em artigo posterior, reforça as análises de Gonçalves (2012b), acerca da reprimarização das exportações brasileiras com destaque para o “efeito China”,

“A China, muito especialmente, passou a apresentar taxas de crescimento muito acima da média da economia mundial, constituindo-se, rapidamente, em um dos polos fundamentais da acumulação capitalista em escala mundial. Desse modo, a demanda por produtos primários experimentou um incremento extraordinário em um período relativamente curto, modificando favoravelmente as relações entre os seus preços e os preços dos produtos industriais – o que favoreceu a posição comercial dos países produtores que, como o Brasil, dispõem de grandes extensões de terras férteis e de recursos minerais.” (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 53)

Para Filgueiras et al. (2010), quando a China se transformou no grande comprador em nível mundial de bens primários e aderiu a regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), nosso país, estava em uma circunstância excepcional para fornecer esses produtos. Porém, os autores possuem clareza que essa situação não gerou impacto apenas no Brasil, mas também em todos os países que possuíam capacidade/produktividade e recursos naturais foram beneficiados, modificando a condição de deficitários ou expandindo os seus saldos positivos no comércio exterior.

No ponto de vista de Gonçalves (2012b), diferentemente do que ocorre no nacional-desenvolvimentismo, no neodesenvolvimentismo a política industrial é secundária, ou seja, a política macroeconômica possui um papel mais relevante dentro do neodesenvolvimentismo do que a política industrial. Desse modo, o neodesenvolvimentismo superestima a relevância da política macroeconômica no desempenho econômico de longo prazo e negligencia as questões estruturais. Para o economista, várias outras questões não são sequer tratadas:

“mudanças na estrutura de propriedade; estrutura tributária e distribuição de riqueza; vulnerabilidade externa estrutural nas esferas comercial, produtiva e tecnológica; influência de setores dominantes (agronegócio, mineração e bancos); viés no deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário.” (GONÇALVES, 2012b, p. 660)

O autor destaca que, no âmbito da política macroeconômica, o neodesenvolvimentismo realiza críticas em relação ao câmbio flexível, à política monetária recorrentemente restritiva e ao foco no superávit primário. Mas o neodesenvolvimentismo, ao mesmo tempo, defende o equilíbrio fiscal, a taxa competitiva de câmbio e a taxa moderada de juros. Logo, essas diferenças existentes não impedem, portanto,

“a convergência entre novo desenvolvimentismo e Consenso de Washington, no que se refere à política macroeconômica, no sentido da rejeição do equilíbrio fiscal e da alta prioridade atribuída ao controle da inflação.” (GONÇALVES, 2012b, p. 661)

Desse modo, para o pensador, a ênfase na influência da política macroeconômica no neodesenvolvimentismo interfere na definição de análises mais intensas a respeito de questões estruturais. Tal ênfase afasta de maneira significativa o neodesenvolvimentismo do nacional-desenvolvimentismo. Porém, tal ênfase no âmbito da estabilização macroeconômica torna mais próximo o neodesenvolvimentismo do Consenso de Washington.

No neodesenvolvimentismo, Gonçalves (2012b) alega que fica clara a questão do reformismo social, haja vista que esse modelo reconhece a necessidade de criar políticas e ações voltadas para a diminuição das desigualdades, mas dá pouca importância às reformas e mudanças que atingem a estrutura tributária e a distribuição de renda e a riqueza. A relevância dada pelo neodesenvolvimentismo às reformas institucionais o aproxima do Pós-Consenso de Washington. E como demonstra Gonçalves (2012b, p. 661),

“a ênfase na reforma das reformas liberais, ou seja, a segunda geração de reformas. Após a privatização, cabe a regulação dos monopólios; após a liberalização financeira, cabe a regulação dos bancos; após a liberalização dos fluxos financeiros internacionais, cabe a abertura prudente da conta de capital.”

O autor ainda exprime que

“o novo desenvolvimentismo assenta-se em algumas diretrizes do liberalismo econômico: baixa produção a políticas setoriais, liberalização comercial, ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto, minimização da função alocativa do Estado (investimentos, políticas setoriais e planejamento), incorporação da função distributiva do Estado de forma moderada (valoriza a distribuição de renda, mas ignora a distribuição de riqueza); defesa das reformas institucionais orientadas para a correção de falhas de mercado e de governo (função reguladora do Estado) e grande ênfase na estabilização macroeconômica (controle da inflação e equilíbrio fiscal).” (GONALVES, 2012b, p. 661-662)

Para Gonçalves (2012b, p. 663), no neodesenvolvimentismo:

“procura-se o compromisso entre, de um lado, as diretrizes estratégicas do liberalismo (na realidade, o Modelo Liberal Periférico) e, de outro, a atuação ativa do Estado com foco na função estabilizadora. Não é por outra razão que boa parte dos formuladores do novo desenvolvimentismo identificam-se com o keynesianismo, que é um dos pilares do liberalismo enraizado patrocinado pelos países desenvolvidos no pós-Segunda Grande Guerra.”

Assim, no modo de enxergar do economista, o neodesenvolvimentismo, assim como a Nova Cepal, o Consenso de Washington e o Pós-Consenso de Washington, nada mais é do que uma nova versão do liberalismo enraizado.

Do ponto de vista do economista Carcanholo (2010), com a vitória de Lula em 2002, cresce realmente uma esperança em relação ao declínio do neoliberalismo em nosso país e também na América Latina. Porém, Lula assume o governo no ano de 2003 tendo que equacionar o que Carcanholo (2010) vai denominar de

“herança maldita do governo anterior, definida pelas armadilhas construídas pelo processo de abertura e desregulamentação da economia, e que produziram os resultados pífios dos anos 90 e início do século XXI, e a expectativa popular de mudança na estratégia de desenvolvimento.” (CARCANHOLO, 2010, p. 112)

No que diz respeito à economia política do governo Lula, o autor acima coloca que, em meados de 2002, no decorrer do período de campanha para presidência, Luis Inácio Lula da Silva apresenta a carta ao povo brasileiro, carta essa em que deixava clara a manutenção de todos os contratos firmados na economia, bem como a permanência da política econômica nos mesmos formatos, estabelecidos no governo FHC.

Carcanholo (2010) destaca que os sinais explícitos na carta ao povo brasileiro não poderiam ser mais evidentes, ou seja,

“o governo Lula acatou o acordo, e tudo o que está implícito nele, como a manutenção do regime de metas inflacionárias, a política de megassuperávits fiscais primários para pagar o crescente serviço da dívida pública, a manutenção do grau e da profundidade das reformas neoliberais realizadas até então, assim como a implementação de novas reformas ainda inconclusas, como a da previdência, a trabalhista e a sindical.” (CARCANHOLO, 2010, p. 113)

De acordo com o autor, o governo Lula não rompe com a estratégia neoliberal, tal governo perpetua o discurso da estabilidade macroeconômica como condição essencial para qualquer política que possua prazo extenso. Reformas direcionadas a favor do mercado, como por exemplo, liberalização financeira¹⁰ e comercial, são perpetuadas e enfatizadas ao longo de seu governo.

“Do ponto de vista comercial-produtivo, também se percebe a manutenção da lógica liberalizante. Em termos de reestruturação produtiva, mantém-se a mesma lógica do governo anterior. Mesmo quando feitos anúncios de programas de investimento pelo governo, grande parte deles estava na dependência do setor privado e/ou de empresas estatais com atuação e lógica não muito diferentes daquelas que embasam as decisões privadas. Para isso, os exemplos das Parcerias Público-Privadas (PPP's),

¹⁰ “No que se refere à liberalização financeira, por exemplo, em março de 2005, foi aprovada a unificação do mercado cambial (flutuante e livre), a extinção da Conta de Não residentes (CC-5), o que facilita a remessa de recursos para o exterior, e a dilatação dos prazos para a cobertura cambial das exportações. A unificação do mercado cambial é uma das etapas defendidas pelo argumento da sequência ótima de abertura, conforme proposto pelo Consenso de Washington.” CARCANHOLO, 2010, p. 113)

o Programa de Aceleração do Crescimento 1 (PAC 1) e o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) (...) são os mais notórios.” (CARCANHOLO, 2010, p. 114)

Para o economista, a perpetuação do grau de abertura comercial ao longo do governo Lula, bem como a sua consequência, ou seja, a reestruturação produtiva promoveram o crescimento/aumento da dependência do mercado externo como centro dinâmico da economia do nosso país. O autor enfatiza o agravamento do processo de reprimarização das exportações, processo este que gera também para a economia do nosso país um aumento da vulnerabilidade externa estrutural.

Carcanholo (2010) destaca que os dois esteios da agenda neoliberal são mantidos: estabilização macroeconômica como condição prévia às reformas a favor do mercado no intuito de retomar os investimentos.

Para o autor, no que tange à instrumentalização da política econômica, o governo Lula defendeu a permanência dos elevados superávits primários - fato esse que pode ser confirmado via controle dos gastos públicos – e, de alguma forma, no crescimento das receitas via arrecadação, como modo de garantir “equilibrável”, a relação da dívida pública frente ao PIB (Produto Interno Bruto).

“Do ponto de vista da política monetária, foi mantido o regime de metas inflacionárias, ou seja, a administração das taxas básicas de juros foi submetida ao gerenciamento das pressões inflacionárias, não importando o impacto que pudessem ter sobre a restrição da atividade econômica. Do ponto de vista da política cambial, também se mantém o regime herdado do governo anterior. A determinação da taxa de câmbio segue um esquema de flutuação suja, ou seja, o mercado cambial determina o valor da moeda nacional em relação à moeda conversível, e o Banco Central atua no mercado, ora comparando, ora vendendo, de forma a tentar manter essa flutuação da taxa de câmbio segundo os parâmetros que lhe parecem convenientes.” (CARCANHOLO, 2010, p. 115)

Como demonstra o autor, a balança comercial brasileira, a partir do ano 2001, volta a ser positiva após passar sete anos negativa, todavia, ele evidencia que tal situação não tem a ver com uma transformação na política comercial do governo Lula, pois essa, segundo o autor, já garantiu um alto grau de abertura comercial herdado dos anos 90.

Carcanholo (2010) acredita, num primeiro momento, que essa transformação favorável na balança comercial brasileira tem início no governo FHC, não sendo desse modo uma exclusividade apenas do governo Lula. Já num segundo momento, o autor reitera que essa transformação dos saldos negativos em saldos positivos da balança comercial brasileira também se deu devido a outras questões, das quais ele destaca:

“(i) consequência defasada da desvalorização da taxa de câmbio, que vem desde a crise cambial de 1999; (ii) nova desvalorização do câmbio em função de incertezas durante a campanha eleitoral de 2002; (iii) volta do crescimento da economia mundial, que permite a expansão do volume das exportações, assim como uma alta substancial do preço das *commodities*, principal conjunto de produtos de exportação do país; e (iv) momento de alta no ciclo de liquidez internacional, o que propicia uma baixa nas taxas de juros internacionais e, portanto, de elevação na demanda das nossa exportações.” (CARCANHOLO, 2010, p. 116)

Para o economista mencionado, o resultado da balança comercial ao longo do governo Lula deixa evidente a sorte que esse governo teve de vivenciar um ambiente externo econômico extremamente favorável.

Como já mencionado e visto no item 2.1, o governo Lula, bem como os seguidores do Partido dos Trabalhadores, atribui a melhoria da economia brasileira à ruptura com a política econômica do governo anterior. Logo, para esses seguidores, de uma forma geral, Lula em seu segundo mandato, ou seja, a partir de 2006/2007, deu início a um ciclo virtuoso de crescimento econômico denominado por alguns de “neodesenvolvimentismo”, ou seja, crescimento atrelado à distribuição de renda.

Sampaio Jr. (2012), seguindo a mesma lógica de Filgueiras e Gonçalves (2007), Gonçalves (2012a), Gonçalves (2012b), Gonçalves (2014), Carcanholo (2010), e Filgueiras et al. (2010), exprime que o neodesenvolvimentismo é um recente fenômeno indissociável das especificidades da política e da economia brasileiras na segunda metade dos anos 2000. O referido autor afirma que o neodesenvolvimentismo encontra-se ligado diretamente às intrigas e conspirações palacianas entre as duas facções que concorrem ao domínio da política econômica brasileira: “a monetarista – braço direito do neoliberalismo – e a autoproclamada desenvolvimentista – braço esquerdo da ordem.” (SAMPAIO JR., 2012, p. 678)

“A situação que se cristaliza a partir do segundo governo Lula é diferente. A modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o *boom* de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento. O chamado neodesenvolvimentismo seria, assim, uma expressão teórica desse novo tempo. Para alguns de seus adeptos mais ingênuos que acreditam fervorosamente no poder criador das fórmulas abstratas, as novas ideias seriam, na verdade, a própria causa determinante da guinada qualitativa na trajetória da economia brasileira.” (SAMPAIO JR., 2012, p. 679)

Segundo Sampaio Jr. (2012), aqueles que acreditam no novo desenvolvimentismo compactuam com uma ideia comum, ou seja, buscam uma terceira via que evita aquilo que consideram como o grave empecilho do neoliberalismo (o compromisso com o rentismo) e o que vinculam como as imperdoáveis atrocidades do velho desenvolvimentismo (a complacência com a inflação, o populismo fiscal e o nacionalismo anacrônico). Frente a isso, o autor reitera que o desafio do novo desenvolvimentismo consiste, portanto,

“em conciliar os aspectos positivos do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os aspectos positivos do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social.” (SAMPAIO JR., 2012, p. 679)

Para o autor mencionado acima, as pífias formulações dos economistas que acreditam na hegemonia do neodesenvolvimentismo têm como ponto de partida a suposição de que o crescimento constrói a chave para o enfrentamento das desigualdades sociais. Nesse ponto de vista, crescimento e desenvolvimento se misturam e se confundem como fenômenos indiferenciados.

“Não se coloca em questão a dupla articulação – dependência externa e segregação social – responsável pela continuidade do capitalismo selvagem. O impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira não é considerado. Tampouco são examinados a fundo os efeitos de longo prazo da crise econômica mundial sobre a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. A discussão não ultrapassa o horizonte da conjuntura imediata.” (SAMPAIO JR., 2012, p.680)

Do ponto de vista de Sampaio Jr. (2012), toda a reflexão neodesenvolvimentista se encaixa de modo perfeito na pauta neoliberal, pois, na realidade, a terceira via acaba sendo uma versão mais “branda” da estratégia de ajuste da nossa economia aos imperativos do capital financeiro.

“Ao identificar as suas utopias com a realidade concreta da economia brasileira, o neodesenvolvimentismo revela o seu lado simplório e provinciano, apresentando-se como é: uma grosseira apologia da ordem. (...) A relação indissolúvel entre desenvolvimento e barbárie característica de nosso tempo, que se manifesta com virulência redobrada nas economias periféricas, converte-se, assim, por um passe de mágica no seu contrário: o desenvolvimento capitalista virtuoso capaz de conciliar crescimento com equidade. A supervalorização dos fatos considerados positivos e a pura e simples desconsideração dos aspectos negativos da realidade alimentam a mitologia de que a economia brasileira estaria passando por um ciclo endógeno de

crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional.” (SAMPAIO JR., 2012, p. 680-681)

De acordo com Sampaio Jr. (2012), o neodesenvolvimentismo, ao passar por cima das contradições estruturais que regem o movimento da economia do nosso país, incorre num vulgar reducionismo economicista e simplesmente renuncia à problemática do desenvolvimento. Logo, o autor crê que, para o neodesenvolvimentismo e para aqueles que acreditam nele, o desenvolvimento acaba sendo apenas um simulacro, em que conceitos como modernização e crescimento são alçados à condição de desenvolvimento.

“A ausência de uma perspectiva totalizante da política econômica não permite que os defensores do novo desenvolvimentismo percebam a complexidade da teia institucional que ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional e estes à perpetuação da dupla articulação – dependência externa e segregação social. A perda da perspectiva do todo faz desaparecer não apenas os vínculos orgânicos entre os diversos componentes do ajuste liberal (processo de liberalização, desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas), como também os efeitos da ordem global sobre as condições de funcionamento da economia brasileira (livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional, restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público, concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas).” (SAMPAIO JR., 2012, p. 682-683)

Sampaio Jr. (2012) demonstra que é impossível pensar em mudanças substanciais no padrão de desenvolvimento econômico de nosso país sem uma intensa ruptura com a institucionalidade vigente. O autor mencionado ainda enfatiza tal afirmação e reitera que é ingênuo da nossa parte acreditar que a “ordem global possa ser rompida pelas beiradas, pois a institucionalidade liberal funciona como uma amarra muito bem urdida, que prende o país cada vez mais nas garras do capital financeiro.” (SAMPAIO JR., 2012, p. 683).

Para Sampaio Jr. (2012, p. 685),

“Os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas. Defendem a estabilidade da ordem. Não alimentam nenhuma pretensão de que seja possível e mesmo desejável mudanças qualitativas no curso da história. São entusiastas do *status quo*. Na sua visão de mundo, desenvolvimento e fim da história caminham de mãos dadas. Existe, portanto, uma incongruência absoluta entre o que o neodesenvolvimentismo pensa ser – uma alternativa qualitativa de desenvolvimento capaz de resolver os problemas renitentes da pobreza e da dependência externa – e o que é de fato: apenas uma nova versão da surrada teoria do crescimento e da modernização acelerada como solução para os problemas do Brasil.”

Por fim, Sampaio Jr. (2012) alega, que o neodesenvolvimentismo exerce uma dupla função como arma ideológica dos grupos políticos que encontram-se presentes nas estruturas do Estado, ou seja, “diferencia o governo Lula do governo FHC, lançando sobre este último a pecha de neoliberal e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas.” (SAMPAIO JR., 2012, p. 686).

Diante de todos os pontos de vista que foram expostos ao longo do capítulo acerca das distintas concepções – tanto no item 2.1 quanto no item 2.2 -, podemos fechar o capítulo dois desta dissertação indicando que, no próximo capítulo, iremos discutir, bem como apresentar e analisar, os dados do orçamento público federal - com base no entendimento do que é o fundo público - no intuito de identificarmos se a tendência adquirida pelo Governo do Partido dos Trabalhadores, ao longo de sua permanência no poder, é uma tendência neodesenvolvimentista.

CAPÍTULO 3 ANÁLISE DO FUNDO PÚBLICO NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL

3.1 Procedimentos teóricos metodológicos

Com base no debate realizado ao longo do capítulo 2 acerca de duas concepções distintas (a Liberal Periférica e a Neodesenvolvimentista), damos início ao capítulo 3 com o propósito de verificarmos, através dos dados do orçamento público federal, qual tendência o governo do Partido dos Trabalhadores seguiu ao longo de 12 anos no poder (2003-2014).

Sendo assim, para avaliarmos como vêm sendo utilizados os recursos do fundo público¹¹ em nosso país, decidimos fazer uso dos critérios de despesa pública sugeridos por Bresser-Pereira (1982), no intuito de nos guiar para que possamos identificar os recursos aplicados à reprodução da força de trabalho e aqueles direcionados à reprodução do capital, como passo essencial para a análise da redistributividade/distributividade dos recursos que compõem o fundo público brasileiro.

Ao utilizarmos Bresser-Pereira (1982), temos clareza que tal autor trabalha com uma concepção diferente da que propomos ao longo da dissertação, porém, realiza uma descrição fundamental para pensarmos/discutirmos o fundo público a partir do movimento da arrecadação e do gasto público no cenário do capitalismo tardio.

No que se refere aos gastos públicos, Bresser-Pereira (1982) propõe uma classificação alicerçada em quatro itens: consumo social (básico e de luxo); segurança e administração; subsídios à acumulação privada; e, por fim, acumulação estatal. Desse modo, o gasto público em sua totalidade diz respeito ao somatório dessas distintas despesas.

Segundo o autor, as despesas denominadas de administração e segurança correspondem ao Estado liberal clássico. São as despesas realizadas com a arrecadação de impostos, com o Poder Legislativo e Judiciário, bem como com a polícia e as forças armadas.

“As despesas com segurança são obviamente as mais importantes nesse estágio. O Estado, na medida em que é um instrumento a serviço das classes dominantes, tem um papel repressivo fundamental. A defesa da propriedade, ou, mais eufemisticamente, a manutenção da ordem interna, é uma função básica do Estado. Secundariamente, a segurança interna interessa a toda população quando se trata de

¹¹ Devemos frisar que fundo público e orçamento público são conceitos distintos. Enquanto fundo público é uma categoria que se expressa, através de dois movimentos: o da arrecadação (receitas) e o dos gastos (despesas), vinculados à dinâmica da economia política, o orçamento público, de acordo com Salvador (2010, p. 49), “é a materialização da ação planejada do Estado para manutenção de suas atividades e execução de seus projetos, assim como permite a visualização do direcionamento das ações do Estado e de suas efetivas prioridades.”

reprimir o crime político. Por outro lado, as despesas com a segurança são também fundamentais na medida em que os estados nacionais vivem em permanente conflito.” (BRESSER-PEREIRA, 1982, p. 16)

As despesas de consumo social, de acordo com o autor, são aquelas que através do Estado são destinadas a oferecer serviços de interesse da população de maneira gratuita. É importante afirmarmos que alguns desses serviços são intrinsecamente estatais, haja vista que não podem adquirir o formato de mercadorias. Dessa forma, podemos mencionar como exemplos: a construção e a manutenção de ruas e estradas de rodagem, bem como a iluminação pública, embora não possamos descartar as circunstâncias que muitas das vezes visam a dar caráter de mercadoria a esses serviços. Devemos elencar que, em grande parte dos casos, temos atividades que podem ser oferecidas privadamente, porém, tais atividades, cada vez mais, tendem a (ou deveriam) ser prestadas gratuitamente pelo Estado. Nesse sentido, podemos mencionar as despesas com saúde, saneamento básico, educação, entre outras. Bresser-Pereira (1982) também inclui nas despesas sociais aquelas realizadas com transportes urbanos, serviços públicos de esgoto, água, auxílio-desemprego e suplementação alimentar. Corroborando a discussão acerca das despesas de consumo social, o autor nos expõe que:

“É preciso, entretanto, distinguir dois tipos de despesas de consumo social: as despesas de consumo social de base, destinadas principalmente aos trabalhadores, e as despesas de consumo social de luxo, orientadas para as camadas média e altas de tecnoburocratas e capitalistas. Em princípio, poder-se-ia supor que as despesas de consumo social destinam-se principalmente às camadas pobres, já que os ricos preferem e podem pagar pelo consumo privado. Isto é parcialmente verdade em relação às despesas de educação e saúde. Mas em relação às demais despesas, especialmente aquelas não sujeitas ao consumo privado, como saneamento básico, asfaltamento de ruas, serviços públicos, a tendência é sempre de os mais ricos serem atendidos prioritariamente. Estas são principalmente despesas urbanas, e são em princípio os bairros mais ricos que recebem maiores benefícios do poder estatal.” (BRESSER-PEREIRA, 1982, p. 17-18)

Os subsídios à acumulação privada são o último tipo de despesa estatal elencado por Bresser-Pereira (1982). Para o autor, o Estado capitalista contemporâneo, além de executar a sua própria acumulação, também subsidia, sob as mais diversas maneiras, a acumulação privada. Bresser-Pereira (1982) afirma que “sempre que for econômica e politicamente possível subsidiar a acumulação privada ao invés de realizar a acumulação estatal, esta será a decisão”.

“As despesas de subsídio à acumulação privada revestem-se das mais diversas formas. Algumas delas não são consideradas geralmente subsídios à acumulação,

mas em última análise devem ser consideradas como tal. É o caso da construção de estradas de rodagem destinadas principalmente ao transporte de cargas, o financiamento de pesquisas científicas e do desenvolvimento tecnológico. Como acontece em outros casos, há aqui áreas cinzentas.” (BRESSER-PEREIRA, 1982, p.19)

No que tange ainda aos subsídios à acumulação privada, o autor nos destaca algumas despesas cruciais, as quais são:

“subsídios creditícios, que geralmente implicam em uma taxa negativa de juros; subsídios fiscais, através da isenção de impostos; subsídios cambiais quando se estabelecem câmbios múltiplos; subsídios de venda, quando as empresas privadas compram o setor estatal produtor de mercadorias insumos a um preço abaixo do seu preço de produção e, por fim, subsídios de compra, quando o Estado compra das empresas privadas mercadorias com um preço superior a seu preço de produção.” (BRESSER-PEREIRA, 1982, p. 20)

Portanto, podemos dizer que os subsídios à acumulação privada consistem em um formato por excelência através do qual o Estado interfere na economia e conduz a acumulação privada. Tais subsídios se apresentam como uma das formas de elevar a taxa de lucro de certos setores considerados emergentes no que tange ao planejamento econômico, indicando, assim, uma hierarquia de taxas de lucros.

É notório salientar que para utilizarmos as classificações propostas por Bresser-Pereira (1982), buscamos todos os programas do Governo Federal ao longo de doze anos (período compreendido entre os anos 2003 e 2014), bem como seus respectivos objetivos e gastos. Tais informações/dados foram retiradas dos sites: do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (www.planejamento.gov.br) e do Senado Federal – Brasil (www.senado.gov.br) e foram reorganizadas em um banco de dados do excel – que contém aproximadamente 32 mil linhas - a fim de nos permitir realizar de maneira mais clara a análise proposta.

Devemos destacar que os dados e as informações extraídas tanto do site do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão quanto do site do Senado Federal – Brasil –, no período por ora analisado 2003 a 2014 –, foram dispostos em um documento de Excel – como já foi mencionado anteriormente – contendo as seguintes informações: Ano; Função; Unidade Orçamentária; Programa; Despesa Executada (valor pago – que é o valor gasto com cada programa); Objetivo do Programa e Classificação do Programa de acordo com Bresser-Pereira (1982). Tais classificações foram dispostas nas tabelas da seguinte maneira: UB corresponde ao consumo social básico; UL ao consumo social de luxo; S aos subsídios à acumulação privada e G aos gastos com segurança e administração.

Cabe destacar que, ao longo das classificações, foram considerados:

* Como consumo social básico (UB) os programas que indicam:

a.1 - despesas com ações contínuas ou pontuais de políticas sociais (educação, saúde, cultura, habitação, saneamento, direitos de cidadania, etc.) que possuem como objetivo principal o atendimento de interesses dos setores populares. Neste caso, todas as ações sociais de cunho universalista vão ser consideradas.

a.2 – despesas de pessoal com ações de políticas sociais (educação, saúde, cultura, habitação, saneamento, direitos de cidadania, etc.) que possuem como objetivo principal o atendimento da demanda de setores populares. Benefícios previdenciários e auxílios aos servidores públicos federais.

a.3 – despesas com Gestão Ambiental; educação no trânsito; defensoria pública, ouvidoria de saúde; serviços de prestação de informação; indenizações a vítimas de tortura pela ditadura militar.

a.4 – despesas com Corpo de Bombeiros Militar e Defesa Civil, que atuam no atendimento direto à população.

a.5 – despesas de investimento (construções, reformas e equipamentos) das unidades responsáveis pelas políticas sociais (educação, saúde, cultura, habitação, saneamento, direitos de cidadania, etc.) que possuem como objetivo principal o atendimento da demanda de setores populares. Neste caso, consideramos apenas 50%, pois entendemos que este tipo de despesa é simultaneamente uma despesa de subsídio ao capital.

* Como consumo de luxo (UL) os programas que indicam:

b.1 – despesas destinadas a ações voltadas para atender interesses das camadas média e alta de tecnoburocratas e capitalistas, identificados pelos objetivos explicitados no programa e/ou pela área/região de cobertura da ação.

b.2 – despesas de investimento (construções, reformas e equipamentos) das unidades responsáveis pelas ações voltadas para atender interesses das camadas média e alta de tecnoburocratas e capitalistas. Neste caso, consideramos apenas 50%, pois entendemos que este tipo de despesa é simultaneamente uma despesa de subsídio ao capital.

* Como subsídios à acumulação privada (S) os programas que indicam:

c.1 - subsídios creditício, fiscal, cambial e de venda.

c.2 – pagamento de juros e serviços da dívida, bem como sua amortização ou refinanciamento. c.3 – formação do trabalhador para o mercado de trabalho; pesquisas para o desenvolvimento econômico; busca pela atração de investimentos; inserção de produtos no mercado nacional e internacional; capacitação e incentivo a investimentos privados; apoio ao

desenvolvimento do agronegócio, adensamento científico e tecnológico; processos licitatórios.

c.4 – compras de equipamentos ou serviços (construções, reformas e equipamentos) realizados pela administração pública. Devemos considerar, neste caso, 50% das despesas, pois as compras realizadas não possuem fim em si mesmo, mas geralmente estão relacionadas a atividades do Estado (UB, UL ou G).

* Como administração e segurança (G) os programas que indicam:

d.1 – despesas destinadas às funções liberais clássicas do Estado (fazenda, planejamento, controle, judiciário, legislativo, polícia).

d.2 – despesas de pessoal ligados diretamente à administração do governo.

d.3 – atividades de assessoria, processos de auditoria interna; processos de capacitação para a gestão pública; Instituto de Geociências Aplicadas (planejamento); custódia e ressocialização de presos.

d.4 - despesas de investimento (construções, reformas e equipamentos) das unidades responsáveis pelas ações de segurança e administração. Neste caso, devemos considerar apenas 50%, pois entendemos que este tipo de despesa é simultaneamente uma despesa de subsídio ao capital.

Gostaríamos de enfatizar que as atividades de gestão que não encontram-se relacionadas com as funções liberais do Estado, porém apresentam a gestão como uma atividade fim ou meio para a efetivação de um programa relacionado a UB, UL ou S, foram respectivamente classificadas como sendo G-UB, G-UL e G-S; e que as atividades que de alguma maneira beneficiam a classe trabalhadora ou a classe burguesa, mas também geram lucros, foram classificadas respectivamente como sendo S/UB e S/UL.

Bresser-Pereira (1982) nos deixa evidente que, como as despesas do Estado beneficiam ou uma classe ou outra, o salário total do trabalhador seria igual ao somatório do salário direto mais o consumo social básico, enquanto que a renda total das camadas média e alta e dos capitalistas seria o somatório dos salários dos tecnoburocratas, juntamente com o lucro, mais o subsídio ao capital, mais o consumo social de luxo, mais segurança e administração do Estado, na medida em que tais despesas, ao perpetuarem a ordem social, “beneficiam principalmente as classes dominantes, ou seja, os capitalistas e a alta tecnoburocracia podem ser considerados salários indiretos.” (BRESSER-PEREIRA, 1982, p. 21).

Diante do exposto acima, Bresser-Pereira (1982) coloca que os gastos do Estado podem possuir caráter concentrador ou distributivo, dependendo da quantidade que será direcionada ao salário indireto e à renda dos capitalistas, assim como das altas camadas de tecnoburocratas se comparada aos impostos arrecadados de cada classe.

Devemos ter clareza, que um orçamento, para ser equilibrado, precisa ter positiva a diferença entre o consumo social básico (UB) e os impostos que recaem sobre os trabalhadores, só desse modo é possível o orçamento público efetuar a distributividade. Todavia, se a diferença entre o consumo social de luxo (UL), mais subsídios ao capital (S), mais a segurança e administração do Estado (G) somado aos impostos que recaem sobre os capitalistas e os tecoburocratas for positiva, tal estrutura orçamentária será concentradora.

Logo, ao partirmos de Oliveira (1988), podemos afirmar que, para que aconteça a “retração da base social da exploração”, é preciso que o fundo público se expresse na primeira alternativa, ou seja, as despesas públicas direcionadas para o consumo social básico (UB) têm que ser superiores aos impostos que recaem sobre os trabalhadores, bem como os gastos direcionados ao consumo social de luxo (UL), subsídios ao capital (S) e segurança e administração do Estado (G) devem ser inferiores aos impostos destinados ao capital e às rendas das altas camadas da tecnoburocracia.

No intuito de finalizarmos o item 3.1, gostaríamos de reiterar que os dados coletados, assim como as classificações realizadas juntamente com todo o respaldo teórico que tivemos ao longo deste estudo, serão apresentados no próximo item – 3.2 – com o propósito de desvelar se o governo PT ao decorrer de 12 anos deu continuidade a um modelo liberal periférico ou implementou um novo modelo desenvolvimentista em nosso país.

3.2 Dados desagregados e dados agregados¹²

Ao analisarmos as despesas da união através da metodologia adotada de classificação dos programas do orçamento público ano a ano, ou seja, período que vai de 2003 até 2014, podemos perceber claramente – conforme a tabela 1 nos demonstra – um maior aporte de recursos para programas classificados pela letra “S” (subsídios à acumulação privada).

¹² Estabelecemos como dados desagregados, todos os programas que encontram-se presentes no orçamento público federal e foram classificados pelas letras UB, G, UL, S e demais classificações. Estabelecemos como dados agregados todas as 28 funções do Estado as quais, englobam todos os programas.

Quando comparamos todos os dados¹³, notamos que os anos de 2003 a 2009 apresentam recursos destinados a “S” superiores a 50% do gasto total do orçamento da união, com destaque para os anos 2003 e 2005 em que o tal redirecionamento de recursos ultrapassa 60% dos gastos totais da união. Enquanto que os anos de 2010 a 2014 apresentam recursos destinados a “S” inferiores a 50% porém superiores a 40%.

A segunda maior despesa do orçamento público federal quando analisamos os dados desagregados ano a ano, se dá em torno do “UB” (consumo social básico). Como podemos ver na tabela 1, tal despesa não ultrapassa 32% do gasto total do orçamento, se mantendo sempre entre 22/32% dos gastos. Faz notório destacarmos, que o ano de 2013 foi o ano em que se obteve um maior investimento em “UB” o que equivale a R\$ 608.327.175.431,79, ou seja, 31,77%.

Ao olharmos a tabela 1, nos fica evidente que o terceiro maior gasto da união em cada ano ocorre com “G” (administração/gestão e segurança). Ao longo dos 12 anos, essa despesa mantém uma variação de 13% a 23,5% dos gastos totais da união, ou seja, uma variação de aproximadamente 10 p.p. (dez pontos percentuais) a qual, expressa menor valor em 2003 (13,10%) e maior valor em 2013 (23,82%).

Tabela 1 – Despesas realizadas por classificação ano a ano (2003-2014)

Classificação dos programas da união	Despesa realizada no ano 2003 em reais	Valor da despesa em %	Despesa realizada no ano 2004 em reais	Valor da despesa em %	Despesa realizada no ano 2005 em reais	Valor da despesa em %
UB	327.726.511.607,51	22,69%	349.435.137.995,49	24,56%	385.937.061.505,25	23,07%
UL	671.287.445,18	0,04%	885.233.694,33	0,06%	1.025.074.836,00	0,06%
G	189.296.322.096,14	13,10%	203.221.202.364,14	14,28%	233.520.254.625,16	13,96%
S	922.242.708.457,31	63,85%	848.717.841.448,80	59,67%	1.030.670.181.227,30	61,62%
G/UB	1.202.591.154,39	0,08%	13.938.574.998,24	0,97%	15.655.959.748,99	0,93%
G/UL	129.803.556,39	0,008%	129.879.395,34	0,009%	88.954.332,50	0,005%
G/S	1.834.055.498,12	0,12%	1.863.071.147,87	0,13%	2.054.254.577,20	0,12%
S/UB	794.324.953,52	0,05%	3.308.570.659,77	0,23%	1.872.325.461,65	0,11%
S/UL	434.757.503,37	0,03%	848.522.011,16	0,05%	1.654.606.307,30	0,09%
TOTAL :	1.444.332.362.271,93	100%	1.422.348.033.715,15	100%	1.672.478.672.621,35	100%
Classificação dos programas da união	Despesa realizada no ano 2006 em reais	Valor da despesa em %	Despesa realizada no ano 2007 em reais	Valor da despesa em %	Despesa realizada no ano 2008 em reais	Valor da despesa em %
UB	424.415.182.655,55	24,76%	442.172.799.246,10	26,81%	448.948.492.579,94	28,06%
UL	1.220.155.223,99	0,07%	1.240.315.155,58	0,07%	1.324.245.205,25	0,08%
G	252.063.110.775,86	14,70%	268.160.927.948,48	16,26%	312.383.445.871,27	19,52%
S	1.010.534.826.522,85	58,96%	907.924.609.667,04	55,06%	808.449.530.914,42	50,53%
G/UB	19.051.643.818,74	1,11%	22.217.574.235,45	1,34%	23.184.451.745,23	1,44%
G/UL	134.632.108,40	0,007%	136.193.983,06	0,008%	244.315.044,78	0,015%
G/S	2.170.795.086,54	0,12%	2.211.521.318,01	0,13%	1.897.538.146,95	0,11%
S/UB	2.504.253.498,51	0,14%	2.574.840.625,62	0,15%	3.226.163.885,49	0,20%
S/UL	1.591.339.482,16	0,09%	2.048.950.872,98	0,12%	31.564.933,08	0,001%
TOTAL :	1.713.685.939.172,58	100%	1.648.687.733.052,33	100%	1.599.689.748.326,43	100%

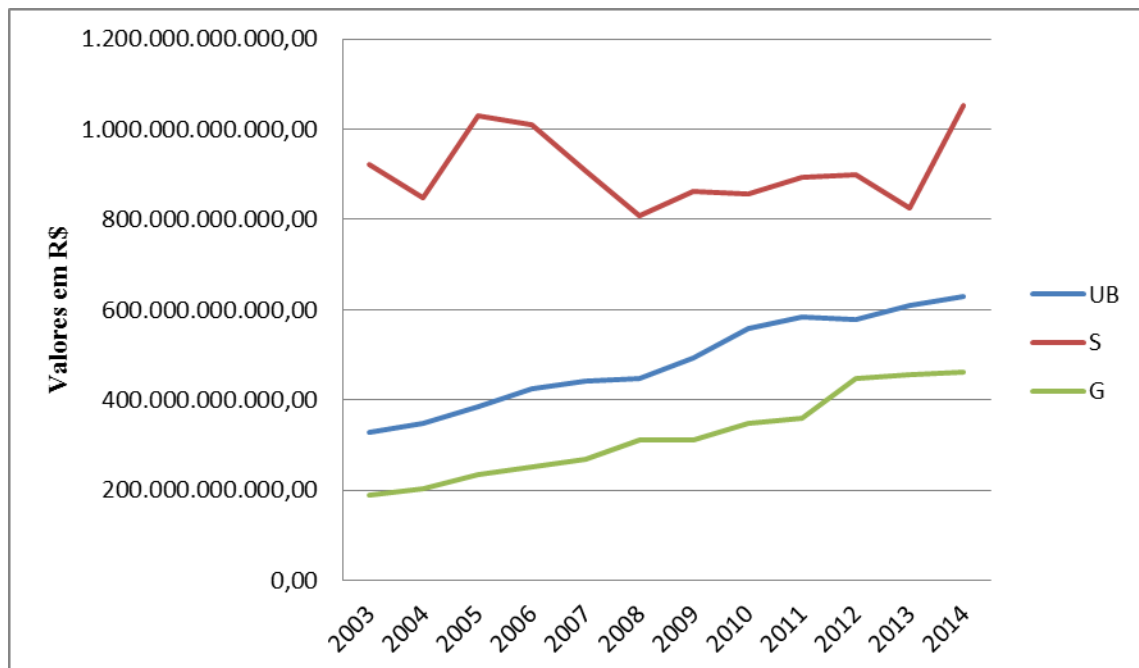
¹³ Devemos salientar que todos os dados utilizados ao longo da pesquisa e da análise, foram atualizados para o ano 2014. O índice utilizado para tal atualização, foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – geral), pois é considerado o índice oficial de inflação do país.

Tabela 1 - Continuação

Classificação dos programas da união	Despesa realizada no ano 2009 em reais	Valor da despesa em %	Despesa realizada no ano 2010 em reais	Valor da despesa em %	Despesa realizada no ano 2011 em reais	Valor da despesa em %
UB	493.422.095.503,69	28,99%	558.108.857.665,92	30,86%	585.377.099.541,89	31,02%
UL	1.416.429.408,40	0,08%	1.655.876.139,78	0,09%	1.894.935.199,94	0,10%
G	310.214.885.828,80	18,22%	349.497.113.385,03	19,32%	361.153.711.595,45	19,14%
S	863.156.659.444,71	50,71%	857.340.974.259,02	47,41%	893.523.578.445,19	47,35%
G/UB	26.691.072.380,64	1,56%	32.458.413.996,04	1,79%	35.044.260.295,29	1,85%
G/UL	308.979.280,77	0,018%	399.247.270,04	0,022%	398.943.512,42	0,021%
G/S	2.142.103.935,41	0,12%	2.390.789.802,08	0,13%	2.091.214.103,89	0,11%
S/UB	4.506.356.130,28	0,26%	6.351.180.476,37	0,35%	7.403.363.865,34	0,39%
S/UL	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
TOTAL :	1.701.858.581.912,69	100%	1.808.202.452.994,27	100%	1.886.887.106.559,41	100%
Classificação dos programas da união	Despesa realizada no ano 2012 em reais	Valor da despesa em %	Despesa realizada no ano 2013 em reais	Valor da despesa em %	Despesa realizada no ano 2014 em reais	Valor da despesa em %
UB	577.539.277.467,49	29,69%	608.327.175.431,79	31,77%	629.931.822.759,02	29,06%
UL	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
G	448.964.163.083,06	23,08%	456.016.823.128,44	23,82%	461.362.420.796,58	21,28%
S	899.348.862.239,87	46,24%	826.540.223.784,32	43,17%	1.052.288.222.672,39	48,54%
G/UB	10.736.210.695,14	0,55%	13.900.636.526,94	0,72%	14.820.800.039,63	0,68%
G/UL	37.782.491,86	0,001%	111.252.548,66	0,005%	169.978.522,55	0,007%
G/S	3.042.875.110,52	0,15%	4.354.641.673,26	0,22%	4.462.833.862,96	0,20%
S/UB	5.054.502.260,43	0,25%	5.145.179.437,90	0,26%	4.589.394.823,64	0,21%
S/UL	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
TOTAL :	1.944.723.673.348,37	100%	1.914.395.932.531,32	100%	2.167.625.473.476,77	100%

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 1 – Evolução histórica dos gastos principais ao longo de 12 anos



Fonte: Elaboração própria.

Quando analisamos a evolução histórica dos principais gastos do Estado ao longo de 12 anos, percebemos que há um aumento das despesas direcionadas a UB no período que vai de 2003 até 2011, totalizando em valores absolutos um aumento de R\$ 257.650.587.934,38.

Já no ano de 2012, podemos perceber uma queda nas despesas destinadas a UB, o que equivale a R\$ 7.837.822.074,4 quando comparado ao ano anterior, ou seja, a 2011; e novamente um aumento nas despesas vinculadas a UB nos anos 2013 e 2014 o que em valores absolutos equivale a respectivamente R\$ 30.787.897.964,3 e R\$ 52.392.545.291,53, quando comparados ao ano de 2012.

No âmbito dos gastos classificados pela letra “G”, o que podemos verificar é que há um crescimento das despesas destinadas a esta classificação no período que vai de 2003 até 2008, o que em valores absolutos significa R\$ 123.087.123.775,13. Porém no ano de 2009, temos uma queda nas despesas realizadas com G, o que significa menos R\$ 2.168.560.042,47 quando comparado ao ano anterior, ou seja, 2008.

No que diz respeito aos gastos voltados para “S”, o que percebemos ao visualizar tanto a tabela 1 quanto o gráfico 1, são várias oscilações entre quedas e aumentos de despesas com S ao longo da série histórica de 12 anos. Quando realizamos a comparação entre os anos de 2003 e 2004, percebemos uma queda de R\$ 73.524.867.008,51 nas despesas direcionadas aos programas que compõem a classificação S. Já no ano de 2005 quando comparado ao ano de 2004, temos um aumento de R\$ 181.952.339.778,5 em despesas com S. No período que vai de 2005 a 2008 temos uma queda de R\$ 222.220.650.312,88 nas despesas direcionadas a S. Em compensação, o ano de 2009 quando relacionado com o ano de 2008 nos demonstra um aumento de R\$ 54.707.128.530,29 Enquanto que os anos de 2011 e 2012 quando comparados com 2010 apresentam respectivamente um crescimento dos gastos com S de R\$ 36.182.604.186,17 e R\$ 5.825.283.794,68 que ao serem somados equivalem a um aumento de R\$ 42.007.887.980,85 de gastos direcionados a S. O ano de 2013, contraposto ao de 2012 nos demonstra uma queda de R\$ 72.808.638.455,55 enquanto que o ano de 2014 contraposto ao ano de 2013 possui um aumento de R\$ 225.747.998.888,07 sendo o ano em que se tem o maior valor de despesas destinadas a S, ou seja, R\$ 1.052.288.222.672,39.

Se analisarmos os aumentos e as quedas relacionadas a UB, G, S e ao gasto total do Estado ano a ano, identificamos que de 2003 a 2004 há aumentos direcionados a UB (6,61%) e a G (7,35%) enquanto que nesse mesmo período há queda nas despesas direcionadas a S (7,96%) e ao gasto total do Estado (1,52%). No período de 2004 a 2005 nos fica evidente uma maior despesa com as classificações UB, G e S bem como, com o valor total gasto pelo Estado. Porém devemos destacar que o aumento das despesas direcionadas a UB foi inferior quando comparada aos outros aumentos com destaque para S que obteve um aumento de seus gastos em torno de 21,44% o que equivale praticamente ao dobro do aumento realizado em

UB. Em relação ao período que vai de 2005 a 2008 podemos afirmar que ao mesmo tempo onde há um aumento dos gastos direcionados a UB e a G, há também uma queda nesse mesmo período nas despesas direcionadas a S. No que tange ao gasto total do Estado ao longo desse período podemos constatar a princípio um aumento dessas despesas nos anos de 2005 a 2006 seguidos de duas quedas nos anos que vão de 2006 a 2008. No período de 2008 a 2009 temos crescimento de despesas direcionadas a UB (9,991%), S (6,77%), total gasto pelo Estado (6,39%) e uma ligeira queda em G (0,69%). O que podemos perceber ao longo desse período é um aumento dos gastos direcionados a UB concomitantemente a um aumento dos gastos totais do Estado e dos gastos totais de S. De 2009 a 2010 visualizamos um crescimento nas despesas voltadas para UB (13,11%), para G (12,65%) e para o total gasto pelo Estado (6,25%), ao mesmo tempo em que há uma queda das despesas voltadas para S (0,67%). No que diz respeito ao período que vai de 2010 a 2011 percebemos um aumento das despesas em todas as classificações mencionadas acima e também nos gastos totais do Estado. Já no período que corresponde 2011 a 2012 o aumento de despesas direcionadas a G foi de 24,31%, em S foi de 0,65%, e no gasto total do Estado foi de 3,07%, enquanto que em UB houve uma queda de 1,34%. Em relação ao período de 2012 a 2013 temos um crescimento de despesas com UB (5,33%) e G (1,56%) ao mesmo tempo em que temos uma queda nas despesas direcionadas a S (8,10%) e nos gastos totais do Estado (1,55%). Por fim ao verificarmos o período que vai de 2013 a 2014 podemos afirmar que há um aumento das despesas em relação a UB (3,55%), G (1,17%), S (27,31%) e gastos totais do Estado (13,23%). Devemos destacar que esse foi o período em que S obteve maior gasto, o que equivale a aproximadamente dez vezes mais do que foi destinado a UB.

Num primeiro momento, quando realizamos a análise da evolução histórica de todos as despesas de UB, G e S podemos afirmar que mesmo que as despesas voltadas para UB e para G tenham na maior parte dos anos aumentos com suas despesas ao invés de quedas, o somatório dos aumentos realizados para UB, ou seja, R\$ 310.043.133.224,91 e o somatório dos aumentos realizados para G, ou seja, R\$ 274.234.658.742,91 ainda são inferiores ao somatório dos aumentos direcionados para S, o qual é R\$ 504.415.355.177,71. Num segundo momento, quando comparamos o total de aumentos realizados com UB, G e S com o total de aumentos realizados com o gasto total do Estado (R\$ 889.601.371.424,82), percebemos que o governo do Partido dos Trabalhadores ao longo de 12 anos no poder, investiu maior parte dos seus aumentos em S (56,70%), seguido de UB (34,85%) e de G (30,82%).

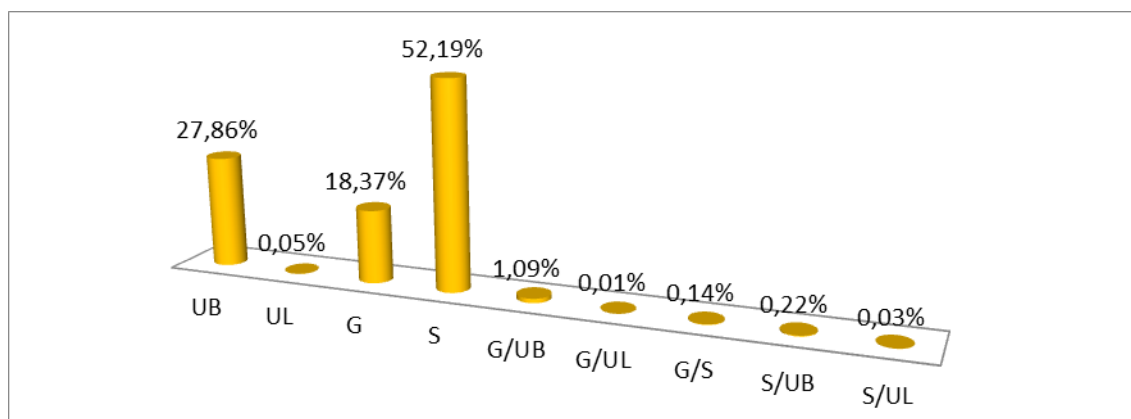
Isso posto, ao realizarmos a análise do somatório das despesas realizadas com as classificações dos programas ao longo de 12 anos (vide gráfico 2/ tabela 2), podemos constatar que mais da metade dos gastos totais do orçamento da união encontram-se voltados para “S” (52,19%), seguido de “UB” (27,86%) e de “G” (18,37%). Devemos frisar, que as despesas direcionadas a “UL, G/UB, G/UL, G/S, S/UB e S/UL”, não equivalem nem a 2% das despesas totais da união e por isso só serão abordadas mais a frente nos gastos destinados ao trabalho e ao capital. Logo, o que percebemos é que o somatório das despesas da união, ou seja, no decorrer de 12 anos, vão na mesma direção da análise dos gastos do orçamento público federal quando realizada ano a ano.

Tabela 2 – Somatório das despesas realizadas por classificação 2003-2014

Classificação dos programas da união	Somatório das despesas realizadas com os programas ao longo de 12 anos em reais	Valor da despesa em % em relação ao gasto total do orçamento ao longo de 12 anos
UB	5.831.341.513.959,64	27,86%
UL	11.333.552.308,45	0,05%
G	3.845.854.381.498,41	18,37%
S	10.920.738.219.083,20	52,19%
G/UB	228.902.189.634,72	1,09%
G/UL	2.289.962.046,77	0,01%
G/S	30.515.694.262,81	0,14%
S/UB	47.330.456.078,52	0,22%
S/UL	6.609.741.110,05	0,03%
TOTAL:	20.924.915.709.982,60	100%

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 – Total de despesas realizadas por classificação 2003-2014



Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 3, identificamos que a prioridade dos gastos de “S” ao longo de 12 anos, encontra-se voltada para pagamentos de programas ligados a dívida interna e externa (juros e amortizações/ refinanciamento das dívidas) do país. Desse modo, o que podemos afirmar é

que 98/99% das despesas relacionadas a “S” estão sendo direcionadas para o pagamento de diversas operações especiais que engloba 7 programas, os quais são denominados de: 0902 (financiamentos com retorno); 0905 (serviço da dívida interna/juros e amortizações); 0906 (serviço da dívida externa/juros e amortizações); 0907 (refinanciamento da dívida interna); 0908 (refinanciamento da dívida externa); 0909 (outros encargos especiais) e 0911 (remuneração de agentes financeiros). Devemos salientar também, que de 2003 a 2006 houve certa manutenção do montante de gastos com operações especiais, em relação ao gasto total da união, enquanto, que a partir de 2007, até 2013, percebemos uma redução dos gastos com operações especiais em relação ao gasto total. Como já indicado mais acima, se estabelecermos a comparação do quanto houve de aumento de gastos em UB com o quanto houve de aumento em gastos em S ao longo dos 12 anos, podemos afirmar que os aumentos realizados em UB ocorreram mais vezes, porém, com valores inferiores aos aumentos realizados para S. Logo, se o gasto do Estado em relação a S é superior, e se as despesas de S redirecionadas para o pagamento de operações especiais variam de um mínimo de 98,18% em 2003 a um máximo de 99,47% em 2014, podemos indicar um maior gasto por parte do Estado com operações especiais do que com consumo social básico, ou seja, UB.

Tabela 3 – Despesa de S, redirecionada para o pagamento de Operações Especiais

Ano	Valor gasto com operações especiais em R\$	Valor da despesa com operações especiais em % em relação ao total gasto com S	Valor da despesa com operações especiais em % em relação ao gasto total da União
2003	908.492.687.923,11	98,50%	62,90%
2004	837.611.302.840,90	98,69%	58,88%
2005	1.017.022.672.652,82	98,67%	60,80%
2006	995.726.032.454,78	98,53%	58,10%
2007	891.413.119.500,82	98,18%	54,06%
2008	797.418.207.312,55	98,63%	49,84%
2009	846.650.491.511,46	98,08%	49,74%
2010	841.945.199.500,01	98,20%	46,56%
2011	880.208.295.193,75	98,50%	46,64%
2012	892.805.708.878,32	99,27%	45,90%
2013	821.424.904.243,46	99,38%	42,90%
2014	1.046.785.677.237,90	99,47%	48,29%
Total:	10.777.504.299.249,90	98,68%	51,50%

Fonte: Elaboração própria.

Quando analisamos as despesas com “S”, devemos destacar o quanto dessas despesas encontram-se direcionadas para dívida interna como também, para dívida externa. Na tabela 3a, percebemos um maior aporte de recursos para pagamento de juros e amortizações da dívida interna, o que significa um total de R\$ 3.194.191.106.285,29. Como podemos

observar, o ano em que se obteve maior gasto com juros e amortizações da dívida interna foi 2012 (R\$ 388.891.095.489,96). No que diz respeito ao valor da despesa com juros e amortizações da dívida externa, constatamos que 2004 foi o ano em que tal despesa obteve maior valor, ou seja, R\$ 58.365.623.960,55. Ao compararmos o gasto total da união, com o valor destinado a despesa total de juros e amortizações das dívidas interna e externa, concluímos que essa despesa equivale a 16,92% do gasto total do orçamento público federal ao longo de 12 anos.

Tabela 3a - Despesas com Juros e Amortizações da Dívida Interna e Dívida Externa

Ano	Valor gasto com Dívida Interna (juros e amortizações) em R\$	Valor gasto com Dívida Externa (juros e amortizações) em R\$	Valor da despesa com Dívida Interna + Dívida Externa em % em relação ao gasto total da União
2003	179.466.097.384,61	57.155.296.299,11	16,38%
2004	173.940.382.269,16	58.365.623.960,55	16,33%
2005	182.045.362.001,07	38.094.252.136,39	13,16%
2006	346.175.255.111,70	46.880.532.715,85	22,93%
2007	242.968.769.047,66	25.035.713.600,56	16,25%
2008	273.330.451.988,36	19.326.028.753,25	18,29%
2009	340.072.082.441,21	20.329.373.578,52	21,17%
2010	250.445.539.477,06	16.698.693.421,53	14,77%
2011	261.368.336.462,47	24.105.117.042,27	15,12%
2012	388.891.095.489,96	13.062.061.260,26	20,66%
2013	266.300.032.084,38	19.481.322.387,97	14,92%
2014	289.187.702.527,65	9.279.823.188,49	13,76%
Total:	3.194.191.106.285,29	347.813.838.344,75	16,92%

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 3b, indo na mesma direção da tabela 3a, nos permitiu visualizar que a maior despesa com refinanciamento se dá no âmbito da dívida interna com destaque para o ano 2005 em que tal valor atingiu a R\$ 757.150.978.858,61. Já no que se refere ao valor direcionado ao refinanciamento da dívida externa, o ano de 2006, foi o que obteve o maior aporte de recursos, o que em reais equivale a R\$ 40.340.064.953,74. Faz notório destacarmos, que o valor total da despesa com refinanciamento da dívida interna somada a dívida externa, quando comparado a despesa total do orçamento público da união no decorrer do período analisado, equivale a 29,83% dos gastos totais do governo federal.

Desse modo, nos fica evidente ao compararmos as tabelas 3a e 3b, que o governo do PT com sua entrada no poder realizou uma política de troca de dívida externa por dívida interna (com elevados superávits primários) a qual, diante um cenário internacional favorável, inferiu de maneira positiva no percurso da dívida pública total do Brasil.

Tabela 3b - Despesas com Refinanciamento da Dívida Interna e Dívida Externa

Ano	Valor gasto com Refinanciamento da Dívida Interna em R\$	Valor gasto com Refinanciamento da Dívida Externa em R\$	Valor da despesa com Refinanciamento da Dívida Interna + Dívida Externa em % em relação ao gasto total da União
2003	618.925.373.072,02	13.327.333.993,24	43,77%
2004	556.550.668.343,37	14.864.784.721,40	40,17%
2005	757.150.978.858,61	15.927.629.964,06	46,22%
2006	518.022.804.466,17	40.340.064.953,74	32,58%
2007	502.882.623.048,52	24.322.661.558,11	31,97%
2008	367.926.893.917,92	5.172.181.769,80	23,32%
2009	328.071.447.330,11	6.330.873.171,89	19,64%
2010	462.527.741.437,29	11.690.974.537,77	26,22%
2011	552.546.458.947,59	8.236.502.443,26	29,72%
2012	332.669.317.726,99	4.872.628.869,95	17,35%
2013	477.044.631.854,27	8.613.865.275,99	25,36%
2014	611.986.859.539,29	2.867.206.092,71	28,36%
Total:	6.086.305.798.542,15	156.566.707.351,92	29,83%

Fonte: Elaboração própria.

É importante salientarmos que a prioridade da despesa de “UB” ao longo de 9 anos, está voltada para o Programa Previdência Social Básica (0083), o qual, possui como objetivo a garantia e o reconhecimento dos direitos previdenciários. De acordo com a tabela 4, podemos constatar que do ano 2003 ao ano 2011, a despesa com o programa mencionado acima variou entre um mínimo de 53,82% em 2009 e um máximo de 57,65% em 2005. Se analisarmos, a despesa realizada com o Programa Previdência Social Básica em relação ao gasto total da união, percebemos que tal despesa equivale apenas a 14,90% dos gastos totais ao longo de 9 anos, não sendo assim, prioridade do orçamento público federal.

Tabela 4 – Despesa de UB, redirecionada para o pagamento do Programa Previdência Social Básica

Ano	Valor gasto com previdência social básica em R\$	Valor da despesa com previdência social básica em % em relação ao total gasto com UB	Valor da despesa com previdência social básica em % em relação ao gasto total da União
2003	179.242.799.704,45	54,69%	12,41%
2004	197.446.177.498,14	56,50%	13,88%
2005	222.500.988.002,28	57,65%	13,30%
2006	243.656.910.876,85	57,41%	14,21%
2007	251.718.317.885,62	56,92%	15,26%
2008	243.416.870.279,67	54,21%	15,21%
2009	265.584.737.475,30	53,82%	15,60%
2010	301.091.087.614,98	53,94%	16,65%
2011	315.433.268.445,72	53,88%	16,71%
Total:	2.220.091.157.783,01	55,28%	14,90%

Fonte: Elaboração própria.

Com base na tabela 4a, devemos frisar que o período que vai de 2012 a 2014, diferentemente do período que vai de 2003 a 2011, tem como principais gastos de UB, os programas 2061(Programa Previdência Social), 0089(Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União), 2015(Programa Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde), 2071(Programa Trabalho, Emprego e Renda) e 2030(Programa Educação Básica). Como podemos visualizar na tabela exposta abaixo, o programa 2061 é o que possui maior despesas ao longo dos três anos analisados, ou seja, tal despesa destinada ao programa 2061 equivale a 58,66% dos gastos totais de UB ao longo de 2012; 59,43% dos gastos totais de UB no ano de 2013 e 58,96% dos gastos totais de UB em 2014. O programa 0089 em relação ao gasto total de UB possui uma variação de despesas de 15,67% em 2012; 15,16% em 2013 e 17,13% em 2014. Ao partirmos do total gasto com esses programas, podemos afirmar que mais de 50% das despesas direcionadas a UB ao longo dos anos 2012, 2013 e 2014 encontram-se vinculadas aos programas 2061 e 0089. Faz notório frisar, que em relação aos gastos totais do Estado ao longo dos anos 2012, 2013 e 2014 esses cinco programas expostos na tabela 4a tiveram respectivamente, 29,18%; 31,02% e 28,17% das despesas totais da união.

Tabela 4a – Principais despesas de UB de 2012 a 2014

Programas/Anos	2012	2013	2014
2061	338.794.510.080,11	361.556.987.436,82	371.430.107.201,93
0089	90.501.068.399,33	92.251.015.380,09	92.943.736.654,95
2015	68.597.820.679,61	69.913.397.050,01	74.013.452.097,01
2071	45.347.785.256,43	48.725.677.757,19	51.084.759.876,15
2030	24.231.602.173,18	21.571.305.534,02	21.278.036.778,68
Total em R\$:	567.472.786.588,66	594.018.383.158,13	610.750.092.608,72

Fonte: Elaboração própria

Quando analisamos “UB” também não podemos deixar de mencionar o gasto com o Programa Bolsa Família (PBF), haja vista, que esse programa desde sua implementação, ou seja, acabou sendo o carro chefe da política de assistência social brasileira, ao longo do governo do Partido dos Trabalhadores e também por ser constantemente alvo de críticas e polêmicas advindas do senso comum que acreditam que o Estado dispense muitos recursos com tal programa. Como podemos observar na tabela 5, o PBF ao longo de 11 anos (2004-2014), possui pequenos aumentos ao longo dos anos (exceto em 2014) tanto em relação ao total gasto com “UB”, quanto em relação ao total gasto pela união nesse período mencionado. O ano que o PBF recebe mais recursos é 2013, em torno de 1,37% das despesas totais da união ao decorrer desse ano. Com isso, ao contrário do que muitos acreditam, a despesa com o

PBF ao longo de 11 anos equivale a apenas 0,97% da despesa total do orçamento federal o que em valores reais significa R\$ 189.939.263.514,19.

Tabela 5 – Despesa de UB, redirecionada para o pagamento do Programa Bolsa Família - PBF

Ano	Valor gasto com PBF em R\$	Valor da despesa com PBF em % em relação ao total gasto com UB	Valor da despesa com PBF em % em relação ao gasto total da União
2004	9.204.869.537,28	2,63%	0,64%
2005	10.267.460.507,83	2,66%	0,61%
2006	12.175.224.513,56	2,86%	0,71%
2007	12.919.304.342,01	2,92%	0,78%
2008	14.773.195.705,22	3,29%	0,92%
2009	15.582.773.508,89	3,15%	0,91%
2010	17.859.216.435,17	3,19%	0,98%
2011	20.571.711.483,24	3,51%	1,09%
2012	23.829.091.454,37	4,12%	1,22%
2013	26.257.412.695,43	4,31%	1,37%
2014	26.499.003.331,19	4,10%	1,22%
Total:	189.939.263.514,19	3,45%	0,97%

Fonte: Elaboração própria.

Como as despesas com a classificação “G” é a terceira maior ao longo de 12 anos de governo PT, devemos ressaltar - com base na tabela 6 - o programa que mais recebe aportes no âmbito dessa classificação é o Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica. As despesas realizadas com esse programa variam entre 43,16% e 57,11% se comparadas à despesa total de “G” ao longo do período. Quando realizamos a comparação entre o somatório das despesas totais da união em 12 anos, constatamos que a despesa com tal programa equivale a 9,22% do gasto total do orçamento público federal.

Tabela 6 – Despesa de G, redirecionada para o pagamento do programa Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica (TCDLE)

Ano	Valor gasto com TCDLE em R\$	Valor da despesa com TCDLE em % em relação ao total gasto com G	Valor da despesa com TCDLE em % em relação ao gasto total da União
2003	104.372.474.458,87	55,13%	7,22%
2004	108.289.075.106,75	53,28%	7,61%
2005	130.618.741.128,44	55,93%	7,80%
2006	133.996.687.042,17	53,15%	7,81%
2007	143.901.213.161,38	53,66%	8,72%
2008	178.433.187.677,89	57,11%	11,15%
2009	160.000.018.580,33	51,57%	9,40%
2010	176.519.267.796,89	50,50%	9,76%
2011	197.238.176.715,74	54,61%	10,45%
2012	198.475.073.200,92	44,20%	10,20%

Tabela 6 - Continuação

Ano	Valor gasto com TCDLE em R\$	Valor da despesa com TCDLE em % em relação ao total gasto com G	Valor da despesa com TCDLE em % em relação ao gasto total da União
2013	199.633.953.388,58	43,77%	10,42%
2014	199.151.878.130,65	43,16%	9,18%
Total:	1.930.629.746.388,61	50,20%	9,22%

Fonte: Elaboração própria.

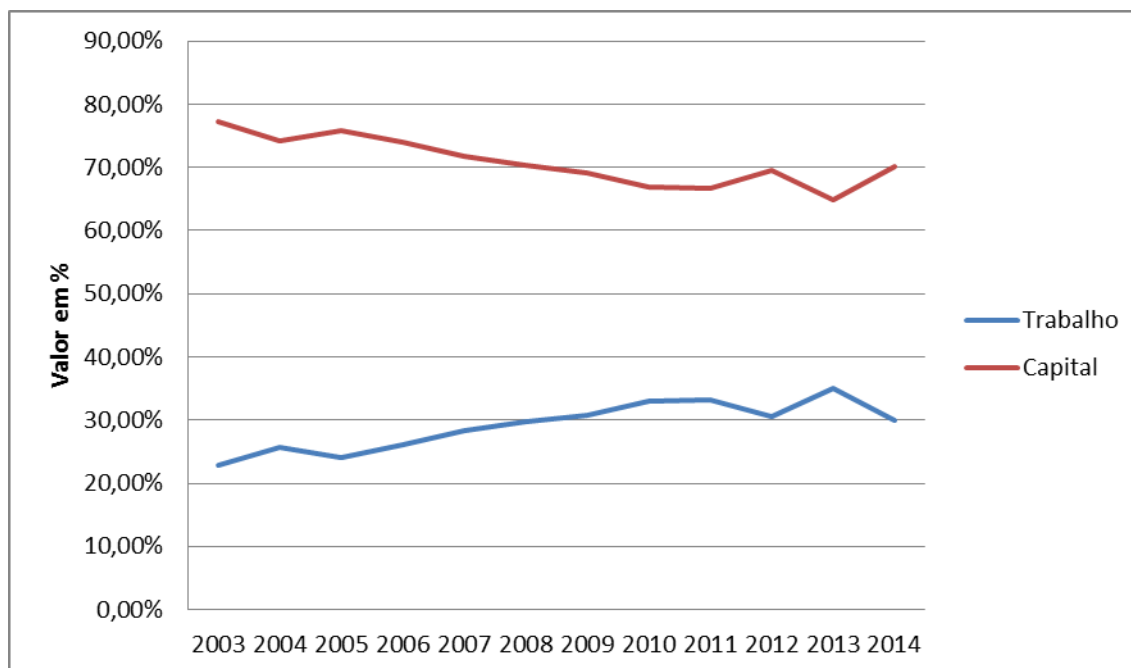
Segundo os dados da tabela 7, o governo do Partido dos Trabalhadores, no período que vai de 2003 a 2014, apresentou maior redirecionamento de suas despesas para o capital (ênfatizando assim, a manutenção da ordem e da propriedade, bem como, o subsídio à acumulação privada) em detrimento do trabalho (via políticas sociais de qualidade e universais). Ao considerarmos as despesas com capital como sendo o somatório de UL + G + S + G/UL + G/S + S/UL, constatamos que o PT no decorrer de 12 anos no poder, redirecionou/investiu mais de 60% de seu orçamento total para despesas com capital (com um mínimo de 64,87% em 2013 e um máximo de 77,17% em 2003). No âmbito das despesas direcionadas ao trabalho, (somatório das despesas classificadas como UB + G/UB + S/UB), podemos afirmar que o ano de 2003 foi o que obteve menor aporte de recursos, ou seja, (22,82%) enquanto que 2013 obteve maior aporte de recursos (35,12%). Podemos constatar também ao nos respaldarmos na tabela 7, que do ano 2005 até o ano 2011, houve um aumento (ano a ano) nas despesas direcionadas ao trabalho, acreditamos que tal fator pode estar vinculado a diversas questões como, por exemplo, a implementação do PBF e o aumento dos gastos da previdência social devido aos reajustes ocorridos em relação ao salário mínimo.

Tabela 7 - Despesa realizada segundo redirecionamento para o capital ou para a classe trabalhadora

Classificação/ Ano	UB + G/UB + S/UB (TRABALHO)	Valor em %	UL + G + S + G/UL + G/S + S/UL (CAPITAL)	Valor em %
2003	329.723.427.715,42	22,82%	1.114.608.934.556,51	77,17%
2004	366.682.283.653,50	25,78%	1.055.665.750.061,64	74,21%
2005	403.465.346.715,89	24,12%	1.269.013.325.905,46	75,87%
2006	445.971.079.972,80	26,02%	1.267.714.859.199,80	73,98%
2007	466.965.214.107,17	28,32%	1.181.722.518.945,15	71,67%
2008	475.359.108.210,66	29,71%	1.124.330.640.115,75	70,28%
2009	524.619.524.014,61	30,82%	1.177.239.057.898,09	69,17%
2010	596.918.452.138,33	33,01%	1.211.284.000.855,95	66,98%
2011	627.824.723.702,52	33,27%	1.259.062.382.856,89	66,72%
2012	593.329.990.423,06	30,50%	1.351.393.682.925,31	69,49%
2013	627.372.991.396,63	35,12%	1.287.022.941.134,68	64,87%
2014	649.342.017.622,29	29,95%	1.518.283.455.854,48	70,04%
Total:	6.107.574.159.672,88	29,18%	14.817.341.550.309,70	70,81%

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3 - Evolução histórica dos gastos direcionados ao trabalho e ao capital



Fonte: Elaboração própria.

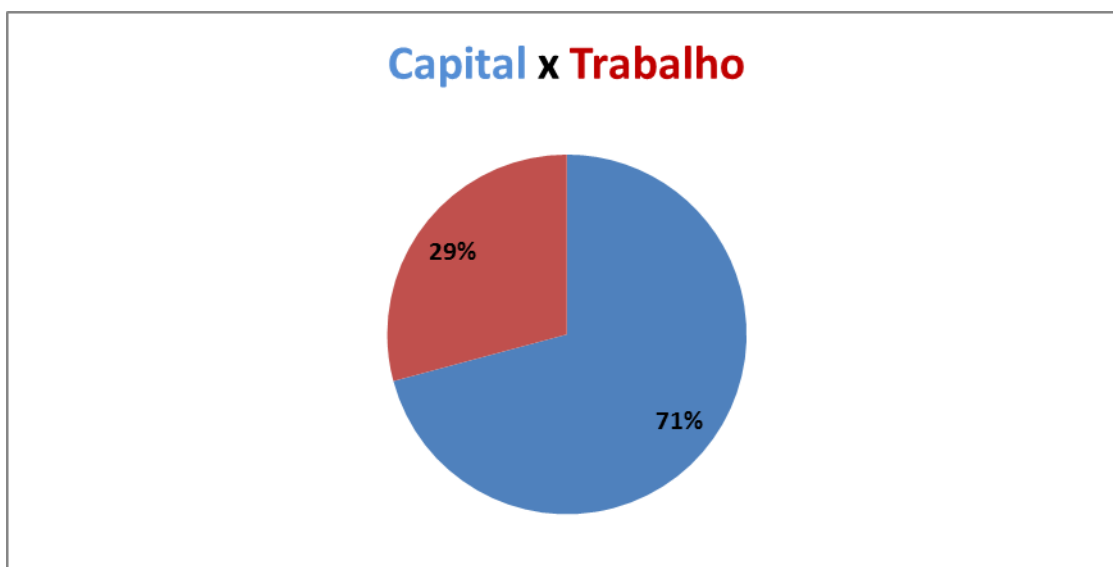
Ao analisarmos a evolução histórica da tabela 7, podemos perceber de acordo com o gráfico 3 que ocorre uma redução dos gastos com capital e um aumento com gastos direcionados ao trabalho (exceto no período de 2011 a 2012). Quando mantemos o foco nas despesas voltadas para o trabalho, percebemos um crescimento ano a ano. No que tange ao trabalho, quando comparamos o ano de 2003 com o ano de 2004, notamos um crescimento de 11,21% de despesas direcionadas ao trabalho o que equivale a R\$ 36.958.855.938,08, enquanto que há uma queda de 5,29% nas despesas direcionadas ao capital (R\$ 58.943.184.494,87). No período de 2004 a 2005 visualizamos um aumento de 10,03% das despesas com trabalho (R\$ 36.783.063.062,39), ao mesmo tempo em que ocorre um aumento de aporte para o capital quase seis vezes maior do que o destinado ao trabalho, ou seja, 20,21% (R\$ 213.347.575.843,82). Na comparação realizada entre os gastos destinados ao trabalho e ao capital no período de 2005 a 2006, identificamos que há um aumento de 10,54% nas despesas do trabalho e uma queda de 0,10% nas despesas do capital, o que em valores absolutos equivale respectivamente a R\$ 42.505.733.256,91 e R\$ 1.298.466.705,66. Quando analisamos o ano de 2007 em relação ao ano anterior, ou seja, 2006, nos fica evidente um aumento de despesas direcionadas ao trabalho em 4,71% (R\$ 20.994.134.134,37), enquanto que ocorre uma queda de 6,78% (R\$ 85.992.340.254,65) das despesas direcionadas ao capital.

Na relação feita entre o ano de 2008 e o ano de 2007, percebemos um crescimento de 1,79% (R\$ 8.393.894.103,49) de gastos direcionados ao trabalho ao mesmo tempo em que acontece uma queda de 4,85% (57.391.878.829,40) dos gastos direcionados ao capital. Como podemos visualizar na tabela 7, o ano de 2009 comparado ao ano anterior, nos demonstra acréscimos tanto nas despesas voltadas ao trabalho (10,36%) quanto nas despesas voltadas ao capital (4,71%), o que em valores absolutos equivalem respectivamente a aumentos de R\$ 49.260.415.803,95 e R\$ 52.908.417.782,34. No que se refere ao ano de 2009 em relação ao ano de 2010, notamos um crescimento de 13,78% de aportes para o trabalho contra 2,88% de aporte para o capital, o que significa dizer que houve em reais um crescimento de R\$ 72.298.928.123,72 de despesas para o trabalho e R\$ 34.044.942.957,86 de despesas para o capital. No período que corresponde a passagem do ano 2010 para 2011, há aumento das despesas tanto vinculadas ao trabalho, quanto vinculadas ao capital; todavia, para o trabalho tal aumento gira em torno de 5,18% (R\$ 30.906.271.564,19) enquanto que para o capital tal aumento gira em torno de 3,94% (R\$ 47.778.382.000,94). No âmbito das despesas vinculadas ao trabalho, o ano de 2011 comparado ao ano de 2012 nos revela pela primeira vez ao longo de 12 anos, uma queda de 5,48% (R\$ 34.494.733.279,46) dos gastos. Já no que tange ao capital, esse mesmo período nos demonstra um crescimento de 7,33% dos gastos com capital o que em valores absolutos corresponde a R\$ 92.331.300.068,42. Na passagem do ano 2012 para o 2013, podemos verificar com base na tabela 7, que existe um crescimento de 5,74% (R\$ 34.043.000.973,57) das despesas relacionadas ao trabalho enquanto há uma queda de 4,76% (R\$ 64.370.741.790,63) das despesas relacionadas ao capital. Por fim, ao verificarmos o período que vai de 2013 a 2014 podemos afirmar que ocorre um aumento das despesas tanto para o trabalho (3,50%) quanto para o capital (17,97%), o que em valores absolutos são respectivamente R\$ 21.969.026.225,66 e R\$ 231.260.514.719,80.

Com base na tabela 7 e no gráfico 3 podemos dizer que com relação a evolução dos gastos destinados tanto para o capital quanto para o trabalho, há um aumento direcionado ao trabalho e uma queda direcionada ao capital ao longo dos 12 anos. Porém, quando analisamos a variação (aumento ou/e queda) ano a ano, percebemos que mesmo os gastos com trabalho tendo na maioria dos períodos aumentos e não quedas, o somatório de todos esses aumentos – que equivale a R\$ 354.113.323.186,33 - ainda são inferiores ao somatório dos aumentos destinados ao capital (R\$ 671.671.133.373,18). Mesmo ocorrendo com menor frequência ao longo dos períodos, o gasto com capital possui um aumento quase duas vezes maior que os aumentos realizados para o trabalho.

Diante do exposto, podemos afirmar que a análise histórica dos dados da tabela 7 e do gráfico 3, quando realizada ano a ano, nos deixa claro um maior gasto do governo federal com o capital. Devemos destacar que tal análise vai à mesma direção da análise realizada com o gasto total do Estado ao longo de 12 anos direcionado ao trabalho e ao capital, nos demonstrando desse modo uma tendência por parte do governo do Partido dos Trabalhadores em privilegiar despesas com capital ao invés de privilegiar despesas voltadas para a classe trabalhadora.

Gráfico 4 – Total das despesas redirecionada para o capital e para o trabalho ao longo de 12 anos:



Fonte: Elaboração própria.

Logo, ao observarmos a tabela 7 bem como o gráfico 4 podemos concluir que o gasto total realizado com o capital quando comparado ao gasto total do governo federal ao longo do período analisado, equivale a 70,81% da despesa total do orçamento público, enquanto que o gasto total voltado para a classe trabalhadora equivale a menos de 30% da despesa total do orçamento público federal. Dessa forma, percebemos que a tendência do Partido dos Trabalhadores ao longo de 12 anos nos poder, foi privilegiar um lado em detrimento de outro. Devemos frisar que temos clareza que a configuração das políticas sociais em uma perspectiva redistributiva não depende apenas do somatório dos gastos que são direcionados a elas, mas também ao critério de taxas e impostos, que podem recair de maneira progressiva ou regressiva sobre o capital ou sobre o trabalho. Diante do exposto, devemos elencar que é fundamental que os trabalhadores disputem os recursos do fundo público sempre em busca de uma tributação mais justa, ou seja, uma tributação dita progressiva e direta.

No que diz respeito aos dados agregados, decidimos priorizar ao longo da análise, cinco funções as quais, julgamos ser essenciais para atender a demandas da classe trabalhadora em contraposição com uma função (Encargos Especiais), que acreditamos ser a que mais beneficia o capital de um modo geral (capital financeiro, rentistas, entre outros).

Ao analisarmos a evolução histórica dos gastos direcionados as funções do Estado, podemos perceber com base na tabela 8, que na maioria dos anos há um esforço por parte do Estado em aumentar os gastos direcionados as funções Assistência Social Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação e Demais Funções. Em contrapartida, notamos que há uma queda dos gastos vinculados a função Encargos Especiais.

Se observarmos, ano a ano, as despesas direcionadas as funções que encontram-se na tabela 8 em relação ao gasto total do Estado ano a ano, podemos afirmar que mesmo havendo na maior parte do período uma queda nas despesas voltadas para a função Encargos Especiais, tal função ao longo de 12 anos, ainda é a que mais possui aportes, sempre mantendo seus gastos acima de 50% dos gastos realizados ano a ano com todas as outras 27 funções do Estado. Logo, por mais que tenhamos um aumento dos gastos totais do Estado ano a ano, mais de 50% desses gastos totais do Estado encontram-se voltados para apenas um função (Encargos Especiais).

Tabela 8 - Porcentagem dos gastos direcionados as principais funções do Estado ano a ano

Ano/Funções	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação	Encargos Especiais	Demais Funções
2003	0,91%	16,87%	2,97%	1,12%	1,51%	70,72%	5,90%
2004	1,53%	18,55%	3,38%	1,18%	1,49%	67,22	6,65%
2005	1,45%	17,47%	3,09%	1,17%	1,30%	69,46%	6,06%
2006	1,85%	18,56%	3,16%	1,42%	1,49%	66,78%	6,74%
2007	2,09%	19,94%	3,42%	1,66%	1,70%	63,69%	7,50%
2008	2,40%	20,32%	3,75%	1,85%	2,00%	61,79%	7,89%
2009	2,47%	20,79%	3,72%	2,14%	2,30%	60,18%	8,40%
2010	2,73%	22,11%	3,92%	2,19%	2,88%	57,32%	8,85%
2011	2,84%	21,98%	4,05%	2,28%	2,98%	58,03%	7,84%
2012	3,14%	22,46%	4,16%	2,42%	3,34%	56,86%	7,62%
2013	3,40%	24,10%	4,29%	3,58%	3,69%	53,28%	7,66%
2014	3,08%	21,75%	3,98%	3,20%	3,73%	57,51%	6,75%

Fonte: Elaboração própria.

Quando analisamos, o gasto total de cada função mencionada acima, no período de 12 anos e comparamos esse somatório de gastos com o gasto total do Estado também em 12 anos (2003-2014), podemos afirmar, (vide tabela 9 e gráfico 5), que a prioridade dos gastos do orçamento público ao longo desse período encontram-se voltadas para a função Encargos Especiais que corresponde a 61,41% dos gastos totais. Devemos destacar, que a segunda

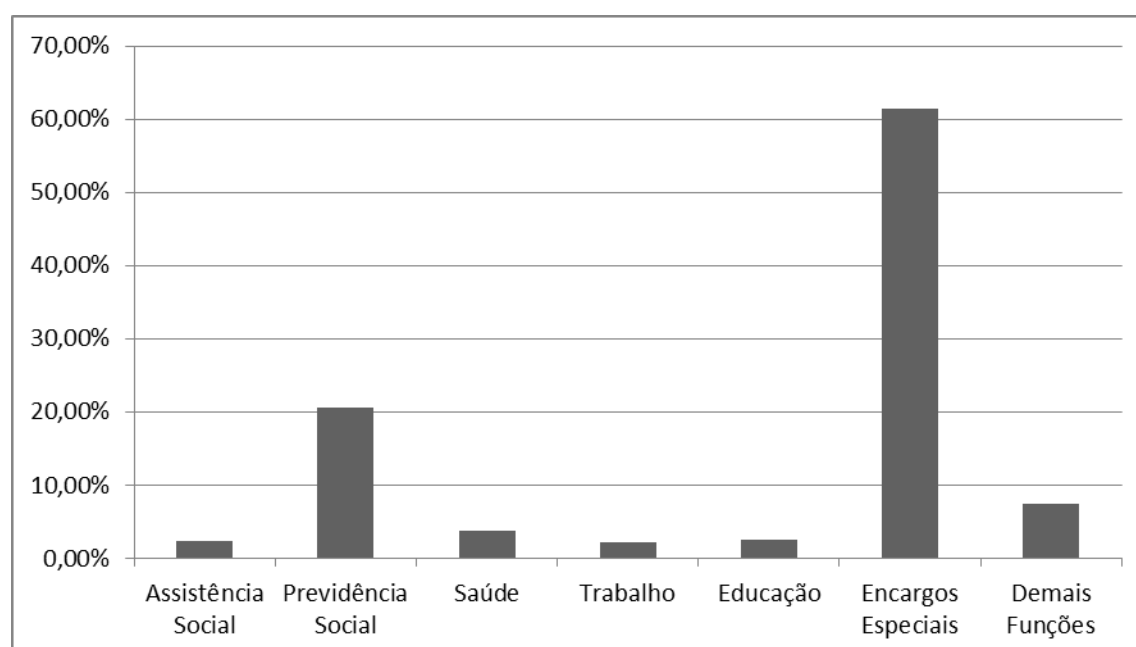
função que recebe maiores aportes do Estado ao decorrer de 12 anos, é a função Previdência Social (20,60%). Em contrapartida, as funções Assistência Social, Saúde, Trabalho e Educação, recebem menos que 4% (cada uma) dos aportes totais do Estado no período que vai de 2003 a 2014. Por fim, as 22 Demais Funções do Estado, possuem um gasto total ao decorrer de 12 anos de apenas 7,35% dos gastos totais do orçamento público federal.

Tabela 9 – Somatório dos gastos direcionados as principais funções do Estado ao longo de 12 anos (2003-2014)

Funções	Gasto total de cada função ao longo de 12 anos em R\$	Gasto total de cada função comparado ao gasto total da união ao longo de 12 anos em %
Assistência Social	502.743.269.930,06	2,40%
Previdência Social	4.310.626.802.804,45	20,60%
Saúde	774.007.886.719,38	3,69%
Trabalho	438.866.219.954,30	2,09%
Educação	515.324.550.740,41	2,46%
Encargos Especiais	12.851.050.546.425,70	61,41%
Demais Funções	1.532.296.433.408,30	7,35%
Total:	20.924.915.709.982,60	100%

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5 - Somatório dos gastos direcionados as principais funções do Estado ao longo de 12 anos (2003-2014)



Fonte: Elaboração própria.

Isto posto, nos fica evidente com base nas tabelas 8 e 9 e no gráfico 5, que o governo federal investe no período de 2003 até 2014, maior parte de seus recursos, ou seja mais de 50%, em apenas uma função de Estado (Encargos Especiais) num universo total de 28

funções. Acreditamos que o Estado ao privilegiar as instituições financeiras e o capital de um modo geral, e ao retirar recursos que deveriam ser direcionados para o trabalhador, gera impactos negativos no campo da saúde, da assistência, da educação e do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de identificarmos qual tendência o governo do Partido dos Trabalhadores, aderiu ao longo de 12 anos no poder, podemos indicar com base nas análises realizadas ao longo do capítulo 3, tanto no que se refere aos dados desagregados quanto no que se refere aos dados agregados, que no decorrer de 2003 a 2014, as medidas econômicas e sociais realizadas pelo Partido dos Trabalhadores, foram de encontro com o que muitos acreditavam, ou seja, os dados nos indicam que Lula ao entrar no poder no ano de 2003, não insere um novo modelo de desenvolvimento denominado por muitos autores de neodesenvolvimentista, tal fato pode ser reforçado pela “Carta ao Povo Brasileiro”, apresentada, pelo ex-presidente Lula em meados de 2002, (período de sua campanha), carta esta em que, deixava evidente a manutenção de todos os contratos firmados na economia, bem como, a permanência da política econômica nos mesmos formatos, estabelecidos no governo FHC.

Ao nos respaldarmos nos dados desagregados e nos dados agregados bem como na nova metodologia de análise proposta, concluímos que ao decorrer de 12 anos (2003-2014), as maiores despesas realizadas pelo Partido dos Trabalhadores foram em prol de operações especiais/encargos especiais, ou seja, o governo do Partido dos Trabalhadores investiu mais de 50% do orçamento público federal em pagamentos de operações especiais/encargos especiais. Tais despesas reiteram o que muitos autores afirmam, ou seja, que o governo Lula vem mantendo a política econômica herdada do governo Cardoso, e sem modificar a base passiva da inserção internacional brasileira, a qual tem gerado resultados expressivos na balança comercial, devido a um cenário internacional extremamente favorável. Quando discriminamos as despesas direcionadas para os serviços das dívidas interna e externa (juros e amortizações/refinanciamento), podemos constatar que o gasto do governo com o montante da dívida pública girou em torno de 46,75% quando comparado ao gasto total do orçamento público, o que equivale a: R\$ 9.784.877.450.524,11.

No que tange aos gastos direcionados para o capital e aos gastos direcionados para o trabalho, podemos constatar que ocorre ao longo dos 12 anos analisados um esforço por parte do Estado em aumentar os recursos direcionados ao trabalho, ou seja, com isso, não podemos afirmar que houve um processo de concentração por parte do governo no decorrer desse período, porém, também temos clareza que esse crescimento de investimentos destinados a ações e programas de interesse da classe trabalhadora, não impactou uma mudança de caráter estrutural nas políticas públicas brasileiras.

Ao contrário dos autores neodesenvolvimentistas, não acreditamos no fato de ter havido com a entrada de Lula no poder um novo projeto desenvolvimentista focado na inclusão social, na distribuição de renda e no combate a pobreza do país. Não podemos negar, que a política social de um modo geral - principalmente com a criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) - ganhou maior visibilidade, porém não podemos também ser ingênuos de acreditar que o carro-chefe da política social ao longo do governo PT, ou seja, o Programa Bolsa-Família com apenas 0,97% de aportes do orçamento federal, é um programa de cunho universal. Tal programa exprime o caráter focalizado da política social aderida pelo governo Lula e levada a diante pelo governo Dilma. Podemos indicar que no campo social o governo do Partido dos Trabalhadores, deu continuidade à política social do governo FHC, com programas de transferência de renda, focalizados, de combate à fome, programas esses, seguindo a lógica do Banco Mundial, porém, com a presença de alguns avanços. Todavia, não podemos deixar de mencionar o papel positivo que tal política de assistência teve ao longo do governo PT, a partir do momento que retirou diversas famílias da condição de miseráveis, permitiu o acesso dessas famílias a bens antes inacessíveis, garantiu a manutenção da criança na escola bem como, nem que seja parcialmente gerou um mínimo de independência para as mães de família. Logo, podemos afirmar que o governo PT ao incorporar de maneira parcial, as demandas dos setores subalternos da sociedade, porém, sem interferir nem prejudicar os interesses do grande capital, cria um “novo consenso”, marcado pelo discurso do “crescimento com distribuição”, em plena era do capital financeiro. É fundamental termos clareza, que as políticas sociais compensatórias, permitem a edificação de uma nova base social alicerçada no segmento da população de mais baixa renda do país de apoio ao governo Lula. Podemos afirmar que tal fato, acontece concomitantemente ao deslocamento do governo PT em relação às suas bases tradicionais – que são os segmentos de trabalhadores politizados e mais organizados – como também, a dificuldade em controlar de modo político esses trabalhadores.

Fica-nos evidente diante desse quadro, uma tendência por parte do governo PT em reforçar a política econômica do governo FHC e ao pautar-se no favorável desempenho externo/internacional, dar novas roupagens ao modelo liberal periférico, tornando-o legítimo politicamente e soldando intensamente os interesses das distintas frações de classes que compõem o bloco de poder dominante.

Ao concluirmos esta dissertação, temos clareza que os dados não podem nos provar qual é de fato, o modelo seguido pelo governo do Partido dos Trabalhadores, mas, eles podem

nos indicar que ao contrário dos neodesenvolvimentistas, não há uma tendência de ruptura por parte desse governo ao longo de 12 anos no poder, com uma estrutura neoliberal instaurada em nosso país nos anos 1990, haja vista que através da análise do orçamento público federal não conseguimos identificar avanços eficazes e estruturais no âmbito da inclusão social, no combate a pobreza e na distribuição de renda, todavia, notamos um forte investimento de recursos no pagamento dos encargos especiais/operações especiais, juros e amortizações da dívida pública, bem como, uma política social de caráter focalizado e seletivo, juntamente com a sorte que o governo PT principalmente em sua “era” Lula teve de vivenciar um contexto econômico internacional extremamente favorável.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. O Brasil da Era Lula. In: *Margem Esquerda ensaios marxistas 16*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 128-132.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S. M. M. S.; MIOTO, R. C. T. M.; (Org.). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 44-63.

_____. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S. M. M. S.; MIOTO, R. C. T. M.; (Orgs). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 13-34.

_____. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S.; (Orgs). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 153-180.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. Política Social e Método. In: *Política Social: fundamentos e história*. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento?. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S.; (Org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 31-58.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: 5 de outubro de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Despesas do Estado, repartição e valor. *Revista de Economia Política* 2(3), julho-setembro 1982, p. 5-29

_____. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L.C.(Org.). *Desenvolvimento econômico e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p.27-66.

CARCANHOLO, M. Inserção externa e vulnerabilidade da Economia brasileira no Governo Lula. In: *Os Anos Lula: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

CARCANHOLO, M. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 119-141.

CASTELO, R. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 191-209.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: *(Neo)desenvolvimentismo e política social*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 112, 2012. p. 613-636.

CHESNAIS, F. *Les dettes illegitimes: quand lês banques font main basse sur lês politiques publiques*. Paris: Raisons D'Agir, 2011.

CIPOLLA, F. Antivalor e socialismo: perguntas sobre o antivalor ou o capital no meio do caminho. In: *Novos Estudos*. São Paulo: Ceprab, n. 42, jul. 1995, p. 142-148.

COELHO, R. *Social-democracia: formas e reformas*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/FESPSP, 2001.

ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. In: *Lua Nova*. São Paulo: Cedec, n. 24, set. 1991, p. 85-116.

FILGUEIRAS, L. *A história do plano real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2006.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FILGUEIRAS, L; PINHEIRO, B; PHILIGRET, C; BALANCO, P. Modelo Liberal – Periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: *Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico. 2003-2010*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p.35-69.

GONÇALVES, R. Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores. In: *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo: SEP, n. 37, jan. 2014. p. 7-39.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacionaldesenvolvimentismo às avessas. In: *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo: SEP, n. 31. fev. 2012a. p. 5-30.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. In: *(Neo)desenvolvimentismo e política social*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 112, 2012b. p. 637-671.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

KATZ, C. Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?. In: *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 57-80.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 333-350/p. 367-392.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 30. ed. 2012. v. 1.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. Disponível em: <www.planejamento.gov.br> . Acesso em: fevereiro de 2015.

NETTO, J. P; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVA, A. M. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: Análise do governo Lula (2003-2010)*. Campinas: Tese de Doutorado, 2010.

OLIVEIRA, F. *Economia e política das finanças públicas: uma abordagem crítica da teoria convencional, à luz da economia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 19-61.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *O decênio que mudou o Brasil*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Instituto Lula/Fundação Perseu Abramo, 2013.

PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. In: *(Neo)desenvolvimentismo e política social*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 112, 2012. p. 729-753.

POCHMANN, M. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADO, F.; MEIRELES, M. Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p.169-190.

SADER, E. Neoliberalismo versus pós-neoliberalismo: a disputa estratégica contemporânea. In: *Margem Esquerda ensaios marxistas 16*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 123-127.

SALVADOR, E. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S. M. M. S.; MIOTO, R. C. T. M.; (Org.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010b, p. 35-63.

_____. Financiamento tributário da política social no pós-Real. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S.; (Org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 123-152.

SAMPAIO JR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: *(Neo)desenvolvimentismo e política social*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 112, 2012. p.672-688.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: Fevereiro de 2015.

SOUZA FILHO, R. de. Política Social no Brasil: notas e críticas a partir da Teoria Marxista da Dependência. In: *Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social*. Revista Conexão Geraes. Belo Horizonte: CRESS, n. 5, Segundo Semestre de 2014.

SOUZA FILHO, R. de. Fundo público e políticas sociais nos Estados dependentes: considerações teóricas. In: *Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 37, v. 14, Primeiro Semestre de 2016.

SOUZA FILHO, R. de. Fundo público e políticas sociais no capitalismo: considerações teóricas. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 126, 2016. p. 318-339.